UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

ÉRICA MARIA DO NASCIMENTO MELO

ANÁLISE DE POLÍTICA EM PROGRAMAS COMUNITÁRIOS DE ATIVIDADE FÍSICA: o programa academia da cidade do Recife

Recife

2019

ÉRICA MARIA DO NASCIMENTO MELO

ANÁLISE DE POLÍTICA EM PROGRAMAS COMUNITÁRIOS DE ATIVIDADE FÍSICA: o programa academia da cidade do Recife

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física, da Universidade Federal de Pernambuco, para obtenção do título de Mestre em Educação Física.

Área de concentração: Biodinâmica do movimento Humano

Orientador: Prof. Dr. Wallacy Milton do Nascimento Feitosa.

Recife

2019

ÉRICA MARIA DO NASCIMENTO MELO

ANÁLISE DE POLÍTICA EM PROGRAMAS COMUNITÁRIOS DE ATIVIDADE FÍSICA: o programa academia da cidade do Recife

Aprovado em: 13/06/2019

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física, da Universidade Federal de Pernambuco, para obtenção do título de Mestre em Educação Física.

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Wallacy Milton do Nascimento Feitosa (UFPE)
(Orientador)

_____

Prof. Dr. Vilde Gomes de Meneses (UFPE)
(Examinador Interno)

_____

Prof. Dr. Francisco Assis dos Santos (Centro Universitário Tabosa de Almeida/Asces-Unita)
(Examinador Externo)

Catalogação na fonte:
Bibliotecária: Elaine Freitas, CRB4:1790

M528a Melo, Érica Maria do Nascimento
Análise de política em programas comunitários de atividade física: o programa academia da cidade do Recife/ Érica Maria do Nascimento Melo. - 2019.
100 f.

Orientador: Wallacy Milton do Nascimento Feitosa.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-graduação em Educação Física. Recife, 2019.
Inclui referências, apêndice e anexo.

1. Programas de saúde. 2. Atividade física. 3. Políticas Públicas de saúde. 4. Pesquisa qualitativa I. Feitosa, Wallacy Milton do Nascimento (orientador). II. Título.

796.07 CDD (23.ed.) UFPE (CCS 2020 - 196)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, meu guia, essencial na minha vida, que me deu forças nessa jornada, meu ombro amigo. Dedico à minha família, que sempre me deu suporte e apoio, ao meu esposo, sempre paciente e apoiador dos meus passos, aos amigos do trabalho, sempre incentivadores, e a todos à minha volta, que sempre, com belas palavras, me incentivaram de alguma forma a buscar meus sonhos. Em especial, ao meu lindo filho, que esteve comigo na barriga durante a reta final do mestrado, meu companheiro, inspirador, de uma linda e tranquila gestação, que hoje enche nossas vidas de alegria.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus pela minha vida e por me permitir sonhar e lutar pelos meus sonhos. Pela saúde e força, pela proteção e pela paz interior de sempre. Não existe forma de descrever tamanha gratidão pela minha vida. Sou grata e sempre serei. Deus é amigo, Deus é bom o tempo todo.

Agradeço à minha família pelo amor, pela base que sempre tive para alcançar meus planos e objetivos, a exemplo deste. Sou grata ao meu esposo, companheiro de profissão, por nossas vidas, nossa família e pelo incentivo de sempre nessa jornada.

Agradeço aos amigos da vida, companheiros de turma, do meu local de trabalho, sempre compreensivos e apoiando o meu crescimento.

Por fim, sou grata a todos os mestres que passaram pela minha vida acadêmica e me ensinaram além do conteúdo.

A todos, os meus sinceros agradecimentos.

“Quem acredita sempre alcança!” (RUSSO; VENTURINI, 1986.)[1].

RESUMO

A promoção de atividade física para a população é uma estratégia de política pública eficaz na redução da inatividade física e de seus riscos à saúde que vem sendo utilizada como uma das prioridades no contexto da saúde pública. Nesse sentido, ações e iniciativas no modelo de programas comunitários de atividade física foram criadas, como o Programa Academia da Cidade (PAC), no município de Recife, capital de Pernambuco, de 2002, com o intuito de promover saúde para a população através da prática de atividade física. Este foi criado com o objetivo de fomentar a prática de atividades físicas e a adoção de hábitos alimentares saudáveis, além de possibilitar a construção e renovação dos espaços públicos, como praças e parques, para o funcionamento do programa. A partir de sua criação, o PAC foi considerado uma experiência nacionalmente bem-sucedida quando se trata de programas comunitários que promovem a saúde através da prática da atividade física, despertando interesse para o desenvolvimento de programas similares no estado e no país. Dessa forma, este estudo realizou uma análise de política, utilizando aportes teóricos sobre o processo de transferência, e identificou um novo modelo de análise de política pública: a contratransferência. Trata-se de um estudo de caso com abordagem qualitativa. Esta dissertação é apresentada em dois artigos. A análise documental foi utilizada para a compreensão e obtenção de informações importantes e foram realizadas entrevistas no período de julho a novembro de 2018. Participaram da pesquisa seis sujeitos-chave envolvidos com os programas analisados, entre eles, gestores, coordenadores, formuladores e profissionais do Programa Academia da Cidade do Recife e programas congêneres. Para a definição da quantidade final dos participantes da pesquisa, foi utilizado o critério de amostra por saturação. Após a coleta dos dados e transcrição dos áudios, foi realizada a análise de conteúdo. Os dados foram analisados com base no modelo de condensação de significados. Esta pesquisa atende à Resolução 466/13, do Conselho Nacional de Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, submetida ao Comitê de Ética, do Centro de Ciências da Saúde (CEP-CCS), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), aprovada sob o parecer consubstanciado Nº 2.489.658/2018. Este estudo resultou em dois artigos: o primeiro analisa o processo de transferência de política envolvendo o PAC e o segundo analisa o programa a partir de um novo modelo de análise, o processo de contratransferência, identificado no programa.

Palavras-chave: Programas de saúde. Atividade física. Políticas Públicas de saúde. Pesquisa qualitativa.

ABSTRACT

The promotion of physical activity for the population is an effective public policy strategy to reduce physical inactivity and its health risks, and has been used as one of the priorities in the context of public health. In this sense, actions and initiatives in the model of community physical activity programs were created, such as the Academia da Cidade Program (PAC) in the city of Recife, capital of Pernambuco, in 2002, with the purpose of promoting health for the population through the practice of physical activity. This was created with the objective of promoting the practice of physical activities and the adoption of healthy eating habits, as well as enabling the construction and renovation of public spaces, such as squares and parks, for the operation of the program. Since its inception, PAC has been considered a nationally successful experience when it comes to community programs that promote health through physical activity, arousing interest in the development of similar programs in the state and country. Thus, the present study conducted a policy analysis using the theoretical inputs on the transfer process and identified a new model of public policy analysis: the counter transference process. This is a case study with a qualitative approach. This dissertation is presented in two articles. Document analysis was used to understand and obtain important information and interviews were conducted from July to November 2018. A total of six key subjects involved with the analyzed programs participated in the research, including managers, coordinators, formulators and professionals of the Recife City Academy Program and similar programs. To define the final amount of the research participants, the saturation sample criterion was used. After data collection and audio transcription, content analysis was performed. Data were analyzed based on the meaning condensation model. This research complies with Resolution 466/13 of the National Health Council / National Research Ethics Commission, submitted to the Ethics Committee of the Health Sciences Center (CEP-CCS) of the Federal University of Pernambuco (UFPE), approved under the opinion. substantiated No. 2,489,658 / 2018. This study resulted in two articles, the first article analyzing the policy transfer process involving the PAC and the second article analyzing the program from a new analysis model, the counter transference process identified in the program.

Keywords: Health programs. Physical activity. Public health policies. Qualitative research.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

OMS	Organização Mundial da Saúde
PAC	Programa Academia da Cidade
PACID	Programa Academia das Cidades
PAS	Programa Academia da Saúde
PNPS	Política Nacional de Promoção da Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO GERAL.....12

1.1 OBJETIVOS.....17

1.1.1 Objetivo geral.....17

1.1.2 Objetivos específicos.....17

2 ARTIGO 1 – PROGRAMA ACADEMIA DA CIDADE DO RECIFE: CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DE POLÍTICA.....18

3 ARTIGO 2 – PROGRAMA ACADEMIA DA CIDADE DO RECIFE: ANÁLISE DA CONTRATRANSFERÊNCIA DE POLÍTICA.....32

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....47

REFERÊNCIAS.....48

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO.....51

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....52

APÊNDICE C – ENTREVISTAS NA ÍNTEGRA.....54

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....98

ANEXO B – CARTA DE ANUÊNCIA.....100

1 INTRODUÇÃO GERAL

Nos últimos anos, observa-se uma mudança no estilo de vida da população, assinalada pelo crescente aumento de pessoas com baixo nível de prática de atividade física. Está claro na literatura que a falta de atividade física regular traz sérios riscos à saúde e à sociedade como um todo[2,3,4]. Esse cenário exige atenção, principalmente por parte dos gestores públicos, para que haja, a partir do desenvolvimento de estratégias públicas, um maior incentivo à prática regular de atividade física, contribuindo com a diminuição dos agravos à saúde. Nesse contexto, a promoção da atividade física surge como uma ferramenta de política pública capaz de apresentar estratégias para viabilizar seu acesso, aproximando população e saúde, sendo, então, consolidada como uma das prioridades no âmbito da saúde pública[5,6,7,8,9].

O termo "políticas públicas" é utilizado neste estudo para identificar programas ou ações governamentais e institucionalizadas de atividades físicas. Compreendemos e tratamos a atividade física enquanto objeto de política pública. Em vista disso, no Brasil, alguns municípios e capitais brasileiros iniciaram estratégias que tinham em comum a prática de atividade física em praças e parques públicos, possuindo formatos e objetivos diversos de acordo com as necessidades do local. Dessa forma, interessados em adotar a proposta de cidades saudáveis, e com o objetivo de promover a prática de atividade física pela população, municípios e estados começaram a implantar programas e ações locais de promoção da saúde a partir da prática de atividade física[10,11]. De acordo com Marcia Faria Westphal[12], a proposta das cidades saudáveis tinha como estratégia motivar gestores governamentais, juntamente com a sociedade, através da realização de ações em diferentes contextos e espaços, inclusive no âmbito do lazer e da atividade física, objetivando a melhoria da qualidade de vida da população[13,14].

Nesse sentido, em 2002, com o intuito de promover saúde para a população através da prática de atividade física, a Cidade do Recife, capital de Pernambuco, deu início ao Programa Academia da Cidade (PAC). O objetivo era possibilitar a prática de atividades físicas e a adoção de hábitos alimentares saudáveis com a construção e renovação dos espaços públicos, como praças e parques, tornando-os polos (espaços de funcionamento do programa). O PAC foi instituído a partir de um programa de extensão já existente da Universidade de Pernambuco (UPE), intitulado *Exercício e Saúde*, que realizava suas ações em bairros do Recife de forma gratuita para a população.

Posteriormente à sua criação, o programa foi institucionalizado em 2003 e, no ano de 2006, tornou-se uma política de saúde do município do Recife. A partir da criação do PAC e

do interesse dos gestores políticos, governantes e secretários do período, sensíveis à questão da atividade física, o alinhamento político existente favoreceu a inserção da mesma na pasta da saúde, dentro da Secretaria de Saúde, do município do Recife, algo até então inédito no país. Para isso, o programa foi reformulado e passou por ajustes e ampliação para outros bairros. Cabe destacar a importância do papel do gestor como um ator importante e fundamental para a administração pública, com a obrigação de prestar serviços que supram as necessidades coletivas na política pública. Para atender ao novo cenário e se adequar à saúde pública, também foi criado o cargo de profissional de Educação Física na saúde por meio de concurso público, em que os aprovados trabalhariam no programa diretamente com a população. Cabe aqui destacar o pioneirismo do PAC Recife na implementação de um programa comunitário de atividade física inserido na Secretaria de Saúde, que, além de espaço de lazer, propicia saúde e qualidade de vida à população[13,14].

O Programa Academia da Cidade do Recife é uma experiência considerada nacionalmente bem-sucedida quando se refere aos programas comunitários de promoção da saúde através da prática da atividade física[5,13,15,16]. Cabe ressaltar que as experiências e êxitos dessa política influenciaram na formulação e também implantação de outros programas similares no estado de Pernambuco[13]. Tratando-se de uma política pública exitosa, é pertinente destacar que as políticas públicas estão se tornando, cada vez mais, objeto de estudo, despertando o interesse de diversas áreas, incluindo pesquisadores, formuladores e gestores[17]. Nas últimas décadas, houve uma expansão em pesquisas no campo da análise de política com diversos objetivos e interesses em explicar e compreender a formulação de política do processo político, além de tratar dos problemas do governo[18].

Nesse contexto, analisar uma ação política é, de forma geral, compreender uma política, e tais análises podem ser utilizadas no desenvolvimento de estudos com finalidades de solucionar problemas sociais[19]. Trata-se também da compreensão da relação mútua que envolve as instituições políticas, o processo político e os conteúdos de uma política[20]. Quando relacionada à saúde, a análise da política é descrita como uma abordagem multidisciplinar que visa explicar a relação mútua entre instituições, interesses e ideias presentes no processo político[21]. Tais estudos são importantes porque fomentam o conhecimento e colocam em debate os caminhos de determinada política pública, além da ação dos governantes. Posto isso, no campo da análise de política de saúde foram desenvolvidos teorias, conceitos, abordagens e diferentes modelos analíticos, que visam contribuir com a compreensão dos estudos das políticas públicas[22].

Dessa forma, ao analisar uma política, é possível compreender fatores interessantes, como as suas transferências, que ocorrem quando os governos tendem a adotar ideias de outros governos na formulação de novas políticas[23]. O referencial teórico sobre a transferência de política investiga o modo como ocorre a transferência, buscando compreender seus contextos e influências. Richard Rose[24] descreve sobre as lições, que seriam um aprendizado político extraído da análise de outros governos. Assim, formuladores de política podem aprender com outros governos a partir de experiências eficazes em diferentes lugares, e também decidirem não transferir algo a partir da análise negativa de programas ou políticas. A transferência de política tem se intensificado no cenário político e as experiências de políticas de êxito são capazes de influenciar a formulação e a implementação de novas políticas públicas. Assim, destaca-se a utilização de políticas similares e o aprendizado e análise comparativa de políticas, trazendo resultados similares para quem deseja implantá-las[25].

De acordo com David P. Dolowitz e David Marsh[23,26], no processo de transferência de política, o conhecimento sobre políticas públicas é utilizado como modelo para o desenvolvimento destas em outros ambientes políticos. Isso ocorre pelo fato de que o uso de informações políticas já existentes poderia contribuir na sua implantação e tenderia a diminuir as possibilidades de fracassos devido às informações disponíveis, que tendem a auxiliar tal processo. Nesse contexto, além de políticas, podem ser transferidas ideologias, ideias, lições negativas, arranjos estruturais e administrativos entre os sistemas políticos e instituições, todos esses descritos como objetos de transferência de política. De forma geral, as categorias de transferência de política podem ser voluntárias quando existe algum problema político para ser resolvido. Lições advindas de outras políticas são utilizadas para encontrar soluções, e transferência coercitiva, quando determinado governo obriga outro governo a adotar determinada política de forma forçada. O processo de transferência de política pode ocorrer dentro do país ou entre países, e em diferentes graus de transferência. A literatura classificou quatro tipos de grau de transferência de políticas para melhor entendimento do processo: a cópia, a emulação, a combinação e a inspiração. A cópia seria uma transferência direta da política; a emulação, uma transferência de ideias acerca de uma política; a combinação, a fusão de diversas políticas e, por fim, a inspiração, em que uma jurisdição influência a outra na elaboração de ideias. Tais formas de transferência poderiam ocorrer em vários estágios na construção de uma política, representando e caracterizando de que forma houve transferência de política.

Segundo Diane Stone[27], a transferência de política pode ser uma transferência de ideias ou programas como forma de aprendizagem das experiências anteriores, e que perpassa

pelos mecanismos, podendo transcender tanto num cenário nacional, como internacional. Para que, de fato, a transferência ocorra, Jean Turgeon et al.[28] sugere que os responsáveis e interessados devem verificar a qualidade da política, se existe alguma avaliação de impacto e se existem evidências sólidas sobre a política a ser transferida.

Embora alguns estudos sobre transferência de política já existam no cenário internacional[6,29,30,31,32], apenas recentemente o tema vem sendo abordado no Brasil. Podemos citar, por exemplo, tendo como referência programas e políticas, o estudo de Yuna Fontoura e Ana Lucia Guedes[33], que identificou, a partir da análise de política, semelhanças destacadas entre a Lei de Biossegurança e o Protocolo de Cartagena. Tais semelhanças seriam um forte indicador de transferência de política no Brasil. No estudo, foi concluído que houve o processo de transferência de política de forma indireta e como aprendizagem, evidenciando que a transferência de política pode ocorrer de várias formas e, neste caso, na de lições. Tatiana Silveira Camacho analisou um programa público e a transferência entre países. A autora desenvolveu um estudo crítico da literatura, pesquisando os modelos teóricos de transferência de política e lições, além dos processos de transferência de política entre países, analisando o Programa Bolsa escola brasileiro e sua transferência para o Equador.

No estudo de Marta Ferreira Santos Farah[34], são descritos os fatores que podem contribuir para a disseminação de políticas públicas e programas governamentais, que seriam as transferências de política. A disseminação não depende apenas de características envolvendo uma política ou programa, mas também da relação do que será disseminado, seu contexto e atores. Alguns estudos na área da saúde exploraram os fatores de natureza política que influenciaram na implantação de políticas sociais de saúde. No estudo de Denilson Bandeira Coêlho, Pedro Cavalcante e Mathieu Turgeon[35], foi explorada a adoção pelos governos municipais do Programa Saúde da Família. Ainda nessa temática da saúde, o estudo de Káren Mendes Jorge de Souza et al.[36] analisou a transferência de política de um tipo de tratamento para a tuberculose na estratégia de saúde da família a partir da perspectiva de enfermeiros.

Alguns estudos corroboram na síntese e levantamento da literatura existente sobre o tema transferência de política[36,37] e várias de suas abordagens. O estudo recente de Osmany Porto de Oliveira e Carlos Aurélio Pimenta de Faria[38] apresenta uma síntese da literatura sobre as principais abordagens relacionadas à difusão de política, transferência de política e circulação, a partir de uma revisão dos estudos brasileiros sobre a difusão de políticas e a difusão internacional de políticas públicas. Evelise Zampier da Silva e Samira Kauchakje[39]

apresentam um debate sobre os conceitos de transferência e difusão de políticas públicas e propõem procedimentos para a análise desses processos.

Não foram encontrados na literatura estudos que analisaram a transferência de política pública envolvendo programas de atividade física no Brasil. Diante do cenário de expansão e ampliação de políticas e programas desse âmbito, ressalta-se a importância de compreender a existência desse processo. Nesse contexto, como já citado, o Programa Academia da Cidade do Recife teria influenciado e servido como modelo para a formulação de programas congêneres, como o Programa Academia da Cidade de Belo Horizonte (MG), Academia da Cidade de Aracajú (SE) e, no próprio estado, o Programa Academia das Cidades, desenvolvido em diversas cidades de Pernambuco. Nessa perspectiva, o Programa Academia da Cidade do Recife serviu de modelo principalmente para a elaboração do programa nacional Academia da Saúde, do Ministério da Saúde (MS), que, antes de montar sua estrutura, captou informações e elementos para iniciar o programa[13].

Portanto, o primeiro artigo do presente estudo buscou descrever e analisar como ocorreu essa transferência de política envolvendo o Programa Academia da Cidade e como este serviu de base para a obtenção de informações por parte de outros gestores. Essa transferência pode ser tratada como a saída para ideias e inspirações em outros âmbitos, demonstrando o quanto o Programa Academia da Cidade do Recife serviu de objeto de transferência de política.

O Programa Academia da Cidade do Recife teria influenciado a criação de programas similares no país e servido como modelo para a criação do programa federal Academia da Saúde, que hoje vem se beneficiando desse programa para sua manutenção e ampliação. Partindo dessa consideração, o segundo artigo desse estudo analisa um possível retorno de influência e informações que retroalimentam o programa de Recife, fenômeno nomeado "contratransferência de política", um novo modelo de análise de política pública, descrito inicialmente por Wallacy Milton do Nascimento Feitosa[13]. De acordo com o autor, a "contratransferência" na política seria quando a política que influenciou a criação de outra política recebe influências (recursos, financiamentos, materiais, estruturas, monitoramentos, entre outros) daquela. Na literatura, ainda não existem dados sobre esse processo ocorrido no âmbito político. Este fenômeno é algo novo e ainda não foi estudado para que haja uma elucidação de como ocorre todo o processo de contratransferência.

Os estudos de transferência de política utilizam métodos qualitativos, baseados em evidências e registros. Nesta pesquisa, as declarações de sujeitos-chave, documentos e relatórios sobre o programa foram utilizados para ilustrar o processo de transferência de

política e da contratransferência envolvendo o PAC no Recife. A partir da análise de política é possível descrever provas ou fatores que influenciam na ocorrência desses processos, contribuindo com a compreensão e o conhecimento dessas práticas no cenário da política pública.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Analisar o Programa Academia da Cidade do Recife quanto ao processo de transferência e contratransferência de política, que, a partir de sua formulação e implantação, influenciou na criação de outras iniciativas.

1.1.2 Objetivos específicos

a) Descrever o processo de formulação e implementação do Programa Academia da Cidade do Recife;
b) Analisar a transferência de política envolvendo o Programa Academia da Cidade do Recife, compreendendo a influência no desenvolvimento de programas congêneres locais, regionais e nacionais;
c) Analisar o processo de “Contratransferência de política” envolvendo o Programa Academia da Cidade do Recife e a relação com programas congêneres.

2 ARTIGO 1 – PROGRAMA ACADEMIA DA CIDADE DO RECIFE: CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA DE POLÍTICA

RESUMO

OBJETIVO: Analisar o processo de transferência de política envolvendo o Programa Academia da Cidade do Recife. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: Estudo com abordagem qualitativa. Foi realizada uma análise documental a partir de relatórios, avaliações, Portarias e Resoluções, Notas Técnicas, Diários Oficiais do Município, Estado e da União, como também dos Planos Municipais de Saúde do município de Recife. Um total de seis entrevistas foram realizadas, no período de julho a novembro de 2018. Participaram da pesquisa seis importantes sujeitos-chave, dentre eles, gestores, coordenadores, formuladores e profissionais envolvidos no Programa Academia da Cidade do Recife e em programas congêneres. Para a definição da quantidade final dos participantes da pesquisa, foi utilizado o critério de amostra por saturação. A análise documental foi utilizada para a compreensão e obtenção de informações importantes. Após a coleta dos dados e transcrição do áudio, foi realizada a análise de conteúdo. Os dados foram analisados com base no modelo de condensação de significados. Esta pesquisa atende à Resolução 466/13, do Conselho Nacional de Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, submetida ao Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde (CEP- CCS), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), aprovada sob parecer consubstanciado Nº 2.489.658/2018. RESULTADOS: Com base no grau de transferência de política, foi possível concluir que houve cópia quando da transferência direta da política e uma possível emulação, nos casos em que a transferência de ideias de um governo foi utilizada por outros gestores ou governos, independente dos níveis governamentais. Foi identificada a existência de interação entre diversos atores políticos no processo de transferência de política envolvendo o PAC. CONCLUSÕES: Podemos considerar que o PAC Recife, devido sua formulação e implantação exitosa, foi alvo do processo de transferência de política. Ao analisar tal programa, percebeu-se a ocorrência da transferência de política do âmbito municipal para o estadual e nacional.

DESCRITORES: Programas de saúde. Atividade física. Políticas Públicas de saúde. Pesquisa qualitativa.

ABSTRACT

OBJECTIVE: To analyze the policy transfer process involving the Recife City Academy Program. METHODOLOGICAL PROCEDURES: Study with qualitative approach. Documentary analysis was performed from reports, evaluations, Ordinances and Resolutions, Technical Notes, Official Journals of the Municipality, State and Union, as well as the Municipal Health Plans of the city of Recife. A total of six interviews were conducted from July to November 2018. Six key stakeholders participated in the research, including managers, coordinators, formulators and professionals involved in the Recife City Academy Program and similar programs. To define the final quantity of research participants, the saturation sample criterion was used. Document analysis was used to understand and obtain important information. After data collection and audio transcription, content analysis was performed. Data were analyzed based on the meaning condensation model. This research complies with Resolution 466/13 of the National Health Council / National Commission of Ethics in Research, submitted to the Ethics Committee of the Health Sciences Center (CEP-CCS) of the Federal University of Pernambuco (UFPE), approved under a consubstantiated

opinion. No. 2,489,658 / 2018. RESULTS: Based on the degree of policy transfer it was possible to conclude that there was a copy upon direct policy transfer and a possible emulation, where the transfer of ideas from one government was used by other managers or governments, regardless of government levels. . The existence of interaction between various political actors in the policy transfer process involving the PAC was identified. CONCLUSIONS: We can consider that PAC Recife, due to its successful formulation and implementation, was the target of the policy transfer process. By analyzing such a program, the transfer of policy from the municipal to the state and national levels was noticed.

DESCRIPTORS: Health programs. Physical activity. Public health policies. Qualitative research.

2.1 INTRODUÇÃO

Estudos envolvendo análise de política crescem progressivamente e atraem a atenção de diversas áreas, despertando o interesse de diversos grupos, gestores, formuladores e pesquisadores. O campo da análise de política apresenta modelos de análise e abordagens que auxiliam na compreensão dos rumos de uma política pública, suas falhas e sucessos, e a interação entre governantes e instituições[1]. Dessa forma, a análise de política permite investigar e compreender os processos políticos e mecanismos da ação pública para contribuir com a ação governamental na resolução de problemas e no desenvolvimento de novas formulações de políticas[2].

Ao analisar uma política, é possível compreender quando os governos tendem a adotar ideias de outros governos na formulação de novas políticas. Uma das abordagens utilizadas no campo da análise de política para este fim é descrita como transferência de política e concentra-se na análise da adoção de ideias e experiências influenciadas por políticas de êxito[3]. Segundo Dolowitz e Marsh[4], podem estar envolvidos no processo de transferência diversos objetos presentes na política, dentre eles, ideias, programas e arranjos políticos. Esse processo de transferência pode ocorrer em cenários internacionais, entre nações[5], e no mesmo território, relacionando diferentes níveis governamentais[6]. Cabe citar que existem, na literatura, algumas teorias sobre a transferência de política. Nesse sentido, utilizaremos como referência os estudos de Dolowitz e Marsh[4,7].

Nesse contexto, em alguns governos, os tomadores de decisão, baseando-se em programas exitosos, podem transferir determinadas ideias ou programas para fora do seu contexto original, em partes ou completos, e, muitas vezes, sofrem adaptações à realidade na qual serão inseridos. Neste estudo, vamos enfatizar a transferência de política relacionada ao Programa Academia da Cidade (PAC) do Recife, um programa comunitário de atividade

física. Considera-se importante a análise da transferência no cenário das políticas públicas. Aborda-se a análise de como o processo de transferência pode ocorrer nas relações verticais entre governo federal, estados e municípios[8,9], e de que forma isso acontece no contexto de governos, onde diferentes níveis de governo, federal, estados e municípios, possuem autonomia política para uma agenda própria, o que resulta em uma divisão de funções e poderes entre os níveis de governo[10].

Cabe destacar as iniciativas advindas de políticas municipais, em que municípios acabam protagonizando uma política. Sabe-se que o município acaba sendo um *locus* de maior contato com a população, poder local e municipal. Isso faz com que seja interessante analisar exemplos de políticas que partiram do âmbito municipal e influenciaram outros níveis de governo, debruçando-se para o que acontece nos municípios e compreendendo de que forma as responsabilidades dos municípios e sua reorganização ocorrem para defender seus interesses.

O PAC é um programa de base populacional que possibilita a prática de atividade física e a adoção de hábitos alimentares saudáveis a partir da reestruturação de equipamentos de lazer e saúde nos bairros do Recife[11,12]. Posteriormente à sua criação, o PAC tornou-se uma política municipal da cidade do Recife e um exemplo de programa para a formulação de outros congêneres. Considerando-o como um programa de promoção de atividade física bem-sucedido e consolidado no município, após sua criação, em 2002, outras iniciativas de programas de atividade física foram criadas em várias partes do Brasil, em diferentes níveis governamentais, com moldes similares ao programa do Recife[11,13,14].

Dessa forma, o problema da pesquisa que orientou o estudo foi analisar o Programa Academia da Cidade do Recife, averiguando como este serviu de base e modelo para a adoção de ideias em outros cenários políticos, caracterizando um processo de transferência de política. Com mais de quinze anos de existência, ainda não existem estudos que analisem a transferência de política envolvendo o PAC. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar o processo de transferência de política envolvendo tal programa.

2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os estudos que analisam a transferência de política geralmente utilizam métodos qualitativos, baseados em evidências e registros. Nessa investigação, as declarações de sujeitos-chave, documentos e relatórios sobre o programa foram utilizados para analisar e descrever o processo de transferência de política envolvendo o Programa Academia da Cidade

do Recife. O presente estudo se caracteriza como um estudo de caso, exploratório e analítico. Estudos de caso são eficientes estratégias de pesquisa, tratando desde a lógica de planejamento, até técnicas de coleta de dados e abordagens específicas para a análise, focando em fenômenos do contexto da vida real em sua totalidade[15]. Foi utilizado o método de triangulação para a coleta dos dados. Este permite a utilização de várias fontes de informações (entrevista, documentos, observação) por meio da combinação de diversas informações e técnicas de coleta de dados[16].

O estudo foi realizado no município do Recife, capital de Pernambuco. As entrevistas foram previamente agendadas e realizadas no período de julho a novembro de 2018. Um total de seis sujeitos-chave participaram da pesquisa. Entre eles, gestores, coordenadores, formuladores e profissionais envolvidos no Programa Academia da Cidade do Recife e de programas congêneres. Para a definição da quantidade final dos participantes da pesquisa, foi utilizado o critério de amostra por saturação. Esse processo é utilizado quando as informações dos novos participantes repetem e se esgotam, não acrescentando mais informação à pesquisa[17]. Para facilitar a captação das informações nas entrevistas, foi utilizado um roteiro de entrevista, através do qual foi possível captar o ponto de vista dos atores sociais para chegarmos às respostas propostas pelo objeto da pesquisa. Após a aprovação do comitê de ética e pesquisa, as entrevistas foram agendadas e todas gravadas, mediante a autorização dos participantes, e, posteriormente, transcritas. A utilização de gravação permitiu uma expressão mais acurada das informações das entrevistas com os participantes.

Na etapa seguinte, após a coleta dos dados e transcrição dos áudios, foi realizada a análise de conteúdo. Para a análise de conteúdo das entrevistas, foram utilizados como referência os modelos de análise de conteúdo de Steinar Kvale[18]. Dentre os tipos propostos por este autor, utilizou-se a Condensação de Significados, considerado o mais adequado aos objetivos do estudo: tem o objetivo de identificar pontos em comum da percepção dos sujeitos entrevistados. Nesse tipo de análise, as passagens das entrevistas foram relacionadas a uma questão específica do estudo e foram cotadas e condensadas num quadro constituído pelas unidades naturais dos significados, que são as respostas dadas pelos sujeitos. Na coluna da esquerda, foram postos os temas centrais relacionados a estes, que são categorias conceituais. Na coluna da direita, a descrição essencial da questão relacionada ao estudo, conforme demonstrado no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Quadro de análise da condensação dos significados

1. Pergunta	
Unidade Natural	**Tema Central**
Resposta do entrevistado	Qual tema central da resposta
Descrição Essencial da Questão de Pesquisa	
Descrição da resposta	

Fonte: Baseado no quadro de Giorgi apud Kvale[18].

A análise documental foi utilizada para a compreensão e obtenção de informações importantes sobre a formulação, implementação e manutenção do Programa. Foram analisados documentos oficiais e manuscritos relacionados à implantação e origem do Programa Academia da Cidade do Recife. Foram analisados também documentos referentes a outros programas congêneres, como o Programa Academia das Cidades, Programa Academia da Saúde, dentre outros, com a mesma nomenclatura do Programa Academia da Cidade. Os dados foram coletados a partir de relatórios, avaliações, Portarias e Resoluções, Notas Técnicas, Diários Oficiais do Município, Estado e da União, como também dos Planos Municipais de Saúde do município de Recife. Esta pesquisa atende à Resolução 466/13 do Conselho Nacional de Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, submetida ao Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde (CEP- CCS) da UFPE, aprovada sob parecer consubstanciado Nº 2.489.658/2018.

2.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo se propôs a descrever o processo de transferência de política, analisando de que forma o PAC, uma política originada no âmbito municipal, serviu de modelo para a formulação e implantação de outros programas comunitários de atividade física. No cenário da política, tal prática tem se intensificado, pois a utilização de políticas exitosas pode trazer resultados similares para quem deseja implantá-las[4]. É interessante destacar e observar a existência de um fenômeno em que uma política que parte do âmbito municipal influencia outras políticas, inclusive nacionais. Tal fenômeno deveria ser mais recorrente no cenário nacional da política, pois essa verticalidade ascendente na influência em políticas públicas confere a possibilidade de os municípios introduzirem inovações num

governo em que ainda predominam políticas que se originam no nível federal do país e são descentralizadas ou replicadas por estados e municípios.

Muitos municípios protagonizam políticas públicas que acabam sendo incorporadas pelo governo federal. Existem exemplos, na política de saúde, de políticas que fizeram um caminho ascendente e não o tradicional. Iniciativas em municípios que acabaram inspirando a proposta da construção de uma política para levar saúde à casa dos brasileiros. Dessa forma, não seria mais uma proposta advinda de cima para baixo, mas que estaria aproveitando experiências que já existiam no país. Podemos citar como política ascendente, que partiu de iniciativas municipais, a atenção pré-hospitalar móvel, denominada posteriormente de Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), sem nenhum investimento federal. Antes mesmo da regulação federal, algumas capitais implantaram oficialmente o SAMU. Tais implantações partiram da iniciativa dos gestores visando solucionar problemas locais[19].

Mais um exemplo é a existência de ações e de vários modelos em diversas regiões, influenciados por iniciativas de cuidados primários[20], como os agentes comunitários de saúde em alguns municípios, que facilitaram a criação e implantação do Programa Saúde da Família no Brasil[21]. Nesse sentido, cabe destacar que o PAC, desde sua formulação e implantação, recebeu visitas externas de pesquisadores, gestores e formuladores de outros programas e entes governamentais, inclusive de entidades internacionais para conhecer e avaliar o programa[13,22,23]. De acordo com Dolowitz e Marsh[4,7], no processo de transferência de política o conhecimento sobre políticas públicas ou programas é utilizado como modelo para o desenvolvimento de políticas públicas em outros ambientes políticos.

Os achados dessa pesquisa evidenciaram que, após o surgimento do PAC Recife, outros programas começaram a aparecer pelo país, inclusive com nomes similares. Dentre tais programas, o Programa Academia da Cidade de Aracaju, na capital do estado de Sergipe, foi o primeiro a surgir nos moldes do PAC. Foi implantado no ano de 2004, dois anos após a criação do PAC Recife, e, aparentemente, teria se inspirado nas ideias do programa de Recife para construir sua própria iniciativa, objetivando proporcionar à população a prática de atividades físicas e um estilo de vida ativo através da orientação para a atividade física regular[24]. A partir da análise nos documentos legais do programa do Recife e de Aracaju, foram evidenciadas algumas semelhanças em alguns termos e objetivos de ambos os programas. Cabe destacar que, além de semelhanças analisadas, de acordo com o estudo de Feitosa[11], o Programa Academia da Cidade de Aracaju teria recebido o mesmo nome do programa do Recife devido à exigência político-partidária, que, naquela época, detinha o poder tanto em Recife, como em Aracaju.

Destarte como ocorrido em Aracaju, Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, também criou uma iniciativa parecida com o programa de Recife. O Programa Academia da Cidade de Belo Horizonte nasceu a partir da necessidade do município em promover saúde para a população. Para sua implantação, os gestores tiveram como referências os programas existentes. Foram realizadas visitas a iniciativas já consolidadas, dentre elas, o Programa Academia da Cidade de Aracaju e o PAC Recife. Dessa forma, foi colocado em prática um projeto-piloto que, mais tarde, se consolidaria e se expandiria em diversos polos, sendo tratado como uma prioridade pela gestão do município. O Programa Academia da Cidade de Belo Horizonte tem suas particularidades, porém, possui alguns de seus objetivos semelhantes ao PAC Recife. Sabe-se que o processo de transferência de política ocorre quando a formulação de políticas públicas é influenciada por iniciativas e experiências de êxito de outros lugares e contextos. A utilização de informações de políticas de êxito já existentes pode auxiliar no processo de formulação e implantação, reduzindo as chances de fracasso, economizando tempo e recurso[7,25].

Outra evidência da ocorrência de transferência de política envolvendo o PAC é verificada no Programa Academia das Cidades (PACID), um programa estadual, que tem como proposta levar a vários municípios a oferta de espaços públicos para a promoção da saúde e do lazer. Criado pelo governo do estado de Pernambuco, no ano de 2007, o PACID foi instituído na gestão do ex-secretário de saúde, no município do Recife, no momento em que o PAC Recife foi implantado. Isso evidencia que a implantação do PACID é decorrente de uma forte influência do PAC Recife, como bem relata o Entrevistado 1:

> Na minha opinião, sim, ele serviu de modelo para ser criado no estado. Por que a gente não replicar? A gente não compartilhar por mais cidades de Pernambuco? Então, foi assim que foi feito e todo processo e os benefícios, mudando a cara com cada realidade, é isso. A diversidade vai acontecendo em cada município, mas ele serviu de modelo sim[26].

Segundo Dolowitz e Marsh[4], a transferência de política pode incluir políticas, instituições, ideologias, lições negativas e arranjos estruturais e administrativos entre os sistemas políticos, ocorrendo em qualquer esfera do setor público, seja ela municipal, estadual ou nacional. A partir da institucionalização da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), a promoção de atividades físicas passou a integrar a agenda nacional[27,28]. Com a institucionalização da PNPS no Sistema Único de Saúde (SUS), esta passa a ser uma estratégia de ampliação da integralidade no cuidado e na melhora da qualidade de vida. A partir desse marco, foram disponibilizados recursos orçamentários por meio de editais ou

portarias públicas para que os municípios enviassem seus projetos voltados à promoção da saúde para serem avaliados. Após 2011, surgiram recursos que possibilitaram a implantação do Programa Academia da Saúde, um programa nacional para a promoção da atividade física[29].

Nesse contexto, o Programa Academia da Saúde foi desenvolvido e instituído em 2011 na esfera do SUS, com foco na promoção da atividade física e em orientações para estilos de vida saudáveis, utilizando locais com boa infraestrutura e profissionais qualificados[22], sendo redefinido, no ano de 2013, como parte integrante do SUS[30]. O PAS é uma importante estratégia de articulação no âmbito da Atenção Primária, sendo um programa relevante para os cuidados com a saúde, já que a atenção primária é o primeiro acesso para os cuidados com a saúde no setor público do Brasil[31,32]. O PAS se mostra positivo. Além dos benefícios com as intervenções do programa, a criação de estruturas físicas contribui para a renovação dos espaços públicos e se mostra capaz de influenciar grandes grupos populacionais[33].

Para a implantação do programa, o município se inscreve por edital em diferentes modalidades de financiamento, podendo ser realizadas obras para a construção dos polos, ou, no caso dos municípios que possuam polos similares, que atendam aos requisitos do edital do PAS, pode-se solicitar custeio mensal para suas atividades[34]. Nesse contexto, o PAC Recife, que já é um programa existente e institucionalizado na cidade, participa desses editais e, hoje, quase todos os polos do PAC Recife recebem custeio do governo federal.

Cabe destacar que documentos referentes à criação do PAS fazem referência ao PAC Recife e também a outros programas similares no Brasil, que serviram de base para sua formulação. Dessa forma, o PAC serviu de base para o PAS, como expresso no relato do Entrevistado 3: “O academia da cidade veio primeiro, então muita coisa nossa, o academia da saúde colocou na sua implantação nos seus objetivos, nas suas metas”[35]. E, quando questionado sobre o processo de transferência de política envolvendo o PAC Recife, o Entrevistado 4 afirmou: “Essa transferência para o nível nacional foi real. Ele serviu de base para isso”[36]. Por ser pioneiro, o PAC foi visitado e serviu de base para a elaboração do PAS, devido seu tempo de experiência e existência, como revela a fala do Entrevistado 3:

> O PAC serviu de base para obter informações e sugestões. Eles vieram aqui com os gestores na época, e ainda continuamos indo para Brasília, porque todos os estudos que se faz pela Academia da Saúde, eles convidam a Academia da Cidade do Recife para participar, dando sugestões e contribuições[35].

Essa informação é confirmada na fala do Entrevistado 2, que relata que, mesmo antes de montar sua estrutura, foram captar informações e ter elementos para iniciar o PAS: "[...] eles vieram para cá com equipe de San Diego do CDC e de algumas universidades do sul. Vieram muitas equipes para captar informação, ter elementos para criar o Programa Academia da Saúde. Então foi daqui não é..."[37]. É importante ressaltar que, até os dias de hoje, o PAC é consultado pelo PAS e mantém uma relação de troca de experiência, como relatado pelo Entrevistado 4:

> Mas a relação desses dois programas é sempre uma relação de muita troca, não é. O Academia da Cidade, ele é o primeiro desse modelo, ele é o mais velho, ele tem experiências, não é, que os municípios estão passando agora e o Academia da Cidade já passou, e eu sempre busco esse contato com o Academia da Cidade para fazer determinados nivelamentos[36].

No processo de transferência de política, também pode ocorrer a transferência de ideias, ações e programas como forma de aprendizagem das experiências anteriores, transcendendo tanto num cenário nacional, como internacional entre países[5]. A partir da análise de diferentes gestões e governos, as experiências de outros lugares podem ser utilizadas como lições para a elaboração de um programa novo. Essas lições constituem o que é apreendido do conteúdo e da avaliação de uma política nas evidências sobre experiências já existentes[38]. A partir do Recife, houve uma replicação em nível municipal, estadual e também nacional, de acordo com cada realidade. Essas iniciativas traziam também outras características, dando um tom diferente conforme suas particularidades, mas tendo como essência e ponto em comum a promoção da saúde das pessoas, como descrito na fala do profissional do PAC: "Foi replicado como projeto adotado pelo ministério da saúde a nível nacional e a nível estadual foi replicado como o programa Academia das Cidades"[39].

O PAC Recife, desde sua criação, tinha o objetivo de ser ampliado e difundido, servindo de modelo para o país, como uma iniciativa comunitária positiva para a saúde. Fica evidente tal afirmação na fala do Entrevistado 3: "Em 2002, quando foi criado o programa academia da cidade, normalmente tinha esse objetivo, e alcançou, e porque, logo depois, o estado criou o Programa Academia das Cidades, e, seguindo essa ordem, o Ministério da Saúde criou o Academia da Saúde"[35]. O processo de transferência de política pode ocorrer de várias formas. Na literatura existem graus de transferência de política que tratam da forma que se incorpora uma política. Segundo Dolowitz e Marsh[7], os graus de transferência podem ser classificados como: cópia, quando a transferência de uma política é completa, sem qualquer alteração; emulação, quando existe a adoção apenas de ideias relacionadas a uma política em

que se baseia; combinações, quando se mistura diversas políticas distintas para idealizar uma nova política ainda melhor, e inspirações, conhecimento sobre novos modelos para inspirar mudanças na realidade local.

Rose[38] destaca que as formas de transferência de uma política apresentam características que identificam o tipo de adoção de uma política baseada em outras políticas já existentes. Ao analisar os dados coletados neste estudo, com base no grau de transferência de política, pode-se dizer que houve cópia nos casos em que existiu a transferência direta da política, como verificado com o PACID. Também é possível identificar o grau de transferência do tipo combinação, como pudemos identificar nos programas PAC BH e PAS.

Quadro 2 – Descrição do grau de transferência identificado

GRAUS		**PROGRAMAS**			
		PACID	PAC BH	PAS	PAC ARACAJU
Cópia	Transferência completa da política	**X**			
Emulação	Adoção apenas de ideias relacionadas a uma política				
Combinação	Mistura de diversas políticas distintas para idealizar uma nova política		**X**	**X**	
Inspiração	Conhecimento sobre novas políticas para inspirar mudanças				**X**

Fonte: Graus de Transferência de política, segundo Dolowitz e Marsh[7].

O processo de transferência de política apresenta também a presença de interação entre os agentes sociais envolvidos[40]. Fica evidente a ocorrência dessa interação entre diversos atores políticos no processo de transferência de política identificada no PAC Recife, em que atores de vários níveis de governo interagiram para obter informações e desenvolver seus modelos conceituais de programas. Dessa forma, vários atores de diferentes categorias podem estar envolvidos no processo de transferência e, ao que parece, pode ser vantajoso realizar a

transferência de política não apenas para resultar em mudanças ou criação de novas políticas para atender a uma demanda ou problema político e obter soluções, mas também porque ocorre a utilização de informações como lições de aprendizado[38] e de ensinamentos de como não proceder[4].

Cabe destacar que existiu um alinhamento político partidário que foi fundamental e favoreceu a implantação desses programas. Os gestores envolvidos nesses processos faziam parte de um momento político singular. A criação e o sucesso de políticas e do ineditismo de muitas delas ocorreram nos governos progressistas de esquerda. Tais políticas influenciaram o processo de transferência de política. Reitera-se que as políticas aqui citadas foram favorecidas e fortalecidas durante esses governos.

2.4 CONCLUSÃO

Em vista dos argumentos apresentados, podemos afirmar que o PAC Recife é um exemplo de política pública que foi objeto de transferência de política. Mediante o exposto no presente estudo, podemos afirmar que o PAC Recife serviu de modelo para a criação de programas a nível estadual, em Pernambuco, bem como em outros estados, com as iniciativas também nomeadas de Academia da Cidade, fortemente evidenciadas no PAC BH e, em nível federal, com a formulação e implantação do PAS. Ao analisarmos os documentos legais e as falas supracitadas, foi identificado que, após a criação e implantação do PAC no município do Recife, o governo do estado de Pernambuco criou o Programa Academia das Cidades e, mais tarde, o Governo Federal, por meio do Ministério da Saúde, formulou e implantou o Programa Academia da Saúde. Nessa conjuntura, podemos considerar, à luz das ferramentas de análise de política, que o PAC Recife, devido sua formulação e implantação exitosa, foi alvo do processo de transferência de política dentro do cenário estadual e nacional de programas comunitários de atividade física.

2.5 REFERÊNCIAS

1. SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

2. VIANA, A. L.; BAPTISTA, T. W. DE F. **Análise de políticas de saúde**. Políticas e sistema de saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/CEBES, 2012.

3. CARVALHO, T. L. A reutilização de políticas pelo mundo: compreendendo os processos e a literatura sobre difusão/transferência de políticas públicas. **Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais**, Minas Gerais, v. 11, n. 21, p. 66–85, 2016.

4. DOLOWITZ, D.; MARSH, D. Who learns what from whom: a review of the policy transfer literature. **Political studies**, v. 44, n. 2, p. 343–357, 1996.

5. STONE, D. Transfer agents and global networks in the "transnationalization" of policy. **Journal of European Public Policy**, Reino Unido, v. 11, n. 3, p. 545–566+568, 2004.

6. FARAH, M. F. S. Disseminação de inovações e políticas públicas e espaço local. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 15 n. 45, p. 107–126, abr./jun. 2008.

7. DOLOWITZ, D. P.; MARSH, D. Learning from Abroad: The Role of Policy Transfer in Contemporary Policy-Making. **Governance**, Oxford, v. 13, n. 1, p. 5–23, 2000.

8. ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 17-26, 2004.

9. SOUZA, Celina. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, v. 24, n. 24, p. 105-122, 2005.

10. ABRUCIO, Fernando Luiz; FRANZESE, Cibele. Federalismo e políticas públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil. **Tópicos de economia paulista para gestores públicos**, v. 1, p. 13-31, 2007.

11. FEITOSA, W. **Programas de promoção da atividade física**: estudo de caso acerca da implementação do Programa Academia da Cidade (PAC) em Recife entre 2002 e 2014. 2015. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2015.

12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária em Saúde. Departamento de Análise de Situação em Saúde. **Avaliação de efetividade de programas de educação física no Brasil** [recurso eletrônico]. Departamento de Análise de Situação em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2013a.

13. HALLAL, P. C. et al. Avaliação do programa de promoção da atividade física Academia da Cidade de Recife, Pernambuco, Brasil: percepções de usuários e não-usuários. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 70–78, jan. 2010.

14. SIMOES, E. J. et al. Effects of a community-based, professionally supervised intervention on physical activity levels among residents of Recife, Brazil. **American Journal of Public Health**, Maryland, v. 99, n. 1, p. 68–75, 2009.

15. YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e método. 3. ed. São Paulo: Bookman, 2005.

16. MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. 406 p.

17. FONTANELLA, B. J. B. et al. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, p. 388-394, fev. 2011.

18. KVALE, S. **Interviews:** an introduction to qualitative research interviewing. Thousand Oaks: Sage, 1996.

19. O'DWYER, Gisele et al. Implementation of the Mobile Emergency Medical Service in Brazil: action strategies and structural dimension. **Cadernos de saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 7, ago. 2017.

20. ARANTES, Luciano José; SHIMIZU, Helena Eri; MERCHÁN-HAMANN, Edgar. Contribuições e desafios da Estratégia Saúde da Família na Atenção Primária à Saúde no Brasil: revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 1499-1510, 2016.

21. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Memórias da saúde da família no Brasil / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010a.

22. BRASIL. Ministério da Saúde. [Portaria (2011)]. Portaria nº 719, de 7 de abril de 2011. Institui o Programa Academia da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 abr. 2011.

23. KNUTH, A. G. et al. Avaliação de programas de atividade física no Brasil: uma revisão de evidências em experiências selecionadas. **Secretaria de Vigilância em Saúde**/MS. n. 4, 2010.

24. PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJÚ. [Decreto 2013)]. Decreto n. 4497 de 13 de setembro de 2013. *In*: **SGA Aracaju**, 2013.

25. TURGEON, J. et al. **Policy health transfer and health impact assessment**. Quebec: Groupe d'étude sur les politiques publiques et la santé, 2008.

26. ENTREVISTADO 1. **Entrevista I**. [Entrevista cedida a] Érica Nascimento. Recife, ago. 2018. 1 arquivo, mp3, 46m54s.

27. AMORIM, T. E. C. **Programas de promoção de atividade física no Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Epidemiologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

28. BRASIL. [Portaria (2006)]. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010b.

29. MALTA, D. C. et al. Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS): capítulos de uma caminhada ainda em construção. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1683–1694, 2016.

30. BRASIL. Ministério da Saúde. [Portaria (2013)]. Portaria nº 2.681, de 7 de novembro de 2013. Redefine o Programa Academia da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 nov. 2013c.

31. FLORINDO, A. A. et al. Description of health promotion actions in brazilian cities that received funds to develop "Academia da Saúde" program. **Rev. Bras. Cineantropom. Desempenho Hum.**, Florianópolis, v. 18, n. 4, p. 483–492, jul./ago. 2016.

32. GUARDA, F. R. B. et al. Caracterização das equipes do Programa Academia da Saúde e do seu processo de trabalho. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Florianópolis, v. 20, n. 6, p. 638, 2016.

33. HALLAL, P. C. Academia da Saúde: mais um passo na direção certa (Editorial). **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, v. 16, p. 92, 2011.

34. BRASIL. Ministério da Saúde. [Portaria (2013)]. Portaria nº 2.684, de 8 de novembro de 2013. Redefine as regras e os critérios referentes aos incentivos financeiros de investimento para construção de polos e de custeio no âmbito do Programa Academia da Saúde e os critérios de similaridade entre Programas em Desenvolvimento no Distrito Federal ou Município e o Programa Academia da Saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, 8 nov. 2013b.

35. ENTREVISTADO 3. **Entrevista III**. [Entrevista cedida a] Érica Nascimento. Recife, set. 2018. 1 arquivo, mp3, 17m42s.

36. ENTREVISTADO 4. **Entrevista IV**. [Entrevista cedida a] Érica Nascimento. Recife, ago. 2018. 1 arquivo, mp3, 9m27s.

37. ENTREVISTADO 2. **Entrevista II**. [Entrevista cedida a] Érica Nascimento. Recife, ago. 2018. 1 arquivo, mp3, 58m42s.

38. ROSE, R. What is lesson-drawing? **Journal of public policy**, Örebro, v. 11, n. 1, p. 3–30, 1991.

39. ENTREVISTADO 5. **Entrevista V**. [Entrevista cedida a] Érica Nascimento. Recife, out. 2018. 1 arquivo, mp3, 15m17s.

40. EVANS, M. New directions in the study of policy transfer. **Policy Studies**, Reino Unido, v. 30, n. 3, p. 237-241, jun. 2009.

3 ARTIGO 2 – PROGRAMA ACADEMIA DA CIDADE DO RECIFE: ANÁLISE DA CONTRATRANSFERÊNCIA DE POLÍTICA

RESUMO

OBJETIVO: Analisar o processo de contratransferência de política envolvendo o Programa Academia da Cidade do Recife. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: Estudo com abordagem qualitativa. Foi realizada análise documental a partir de relatórios, avaliações, Portarias e Resoluções, Notas Técnicas, Diários Oficiais do Município, Estado e da União, como também dos Planos Municipais de Saúde do município de Recife. Um total de seis entrevistas foram realizadas, no período de julho a novembro de 2018. Participaram da pesquisa seis importantes sujeitos-chave, dentre eles, gestores, coordenadores, formuladores e profissionais envolvidos no Programa Academia da Cidade do Recife e em programas congêneres. Para a definição da quantidade final dos participantes da pesquisa, foi utilizado o critério de amostra por saturação. A análise documental foi utilizada para a compreensão e obtenção de informações importantes. Após a coleta dos dados e transcrição dos áudios, foi realizada a análise de conteúdo. Os dados foram analisados com base no modelo de condensação de significados. Esta pesquisa atende à Resolução 466/13, do Conselho Nacional de Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, submetida ao Comitê de Ética do Centro de Ciências da Saúde (CEP- CCS), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), aprovada sob parecer consubstanciado Nº 2.489.658/2018. RESULTADOS: A contratransferência é identificada posteriormente ao processo de transferência e está relacionada a uma retroalimentação, que pode ser percebida a partir da identificação do recebimento de recursos para além do âmbito financeiro. Foi identificada a contratransferência de política envolvendo o PAC e o Programa Estadual Academias das Cidades do Governo do Estado de Pernambuco e o Programa Federal Academia da Saúde. CONCLUSÕES: Podemos considerar que o PAC Recife, devido sua formulação e implantação exitosa, foi alvo do processo de transferência e de contratransferência de política.

DESCRITORES: Programas de saúde. Atividade física. Políticas Públicas de saúde. Pesquisa qualitativa.

ABSTRACT

OBJECTIVE: To analyze the policy counter transference process involving the Recife City Academy Program. METHODOLOGICAL PROCEDURES: Study with qualitative approach. Documentary analysis was performed from reports, evaluations, Ordinances and Resolutions, Technical Notes, Official Journals of the Municipality, State and Union, as well as the Municipal Health Plans of the city of Recife. A total of six interviews were conducted from July to November 2018. Six key stakeholders participated in the survey, including managers, coordinators, formulators and professionals involved in the Recife City Academy Program and similar programs. To define the final quantity of research participants, the saturation sample criterion was used. Document analysis was used to understand and obtain important information. After data collection and audio transcription, content analysis was performed. Data were analyzed based on the meaning condensation model. This research complies with Resolution 466/13 of the National Health Council / National Commission of Ethics in Research, submitted to the Ethics Committee of the Health Sciences Center (CEP-CCS) of the Federal University of Pernambuco (UFPE), approved on the basis of an opinion. No. 2,489,658 / 2018. RESULTS: Counter transference is identified after the transfer process and

is related to a feedback, which can be perceived from the identification of the receipt of resources beyond the financial scope. The policy counter-transfer involving the PAC and the State Academies of the State Program of the Pernambuco State Government and the Federal Academy of Health Program was identified. CONCLUSIONS: We can consider that PAC Recife, due to its successful formulation and implementation, was the target of policy transfer and counter transference process.

DESCRIPTORS: Health programs. Physical activity. Public health policies. Qualitative research.

3.1 INTRODUÇÃO

Nas teorias da ciência política, a análise de política constitui um campo multidisciplinar, utilizada na compreensão da inter-relação que ocorre entre as instituições políticas[1], o processo político, os atores e os conteúdos de política. Para Christopher Ham e Michael Hill[2], analisar uma ação política é, de forma geral, compreender uma política, sendo tais informações utilizadas no desenvolvimento de estudos com a finalidade de solucionar problemas sociais. Nesse sentido, é importante que os rumos tomados por uma política sejam analisados e as ações públicas questionadas, assim como seus determinantes, suas finalidades, processos e consequências[3,4].

Nesse contexto, uma análise importante, referente ao cenário político, trata da utilização do conhecimento sobre políticas públicas já existentes em determinados locais, que são utilizadas como modelo para o desenvolvimento de novas políticas públicas em outros contextos e ambientes políticos. De acordo com Dolowitz e Marsh[5,6], esse processo é descrito como transferência de política, e ocorre devido às contribuições que o uso de informações de políticas já existentes poderia trazer para quem pretende adotar uma política. O uso de informações políticas já existentes tenderia a diminuir as possibilidades de fracasso e a orientar todo o ciclo, desde a formulação, até a implantação de uma política.

Dessa forma, nos últimos anos, a partir do problema de inatividade física e da possibilidade da utilização da promoção da atividade física como estratégia de política pública para viabilizar o acesso à prática de atividade física, surgiram ações e programas comunitários de atividade física no país[7,8,9,10,11]. Nesse contexto, no Recife, capital de Pernambuco, surge o Programa Academia da Cidade (PAC), que foi institucionalizado em 2003 e, no ano de 2006, tornou-se uma política de saúde do município, visando possibilitar a prática de atividades físicas e a adoção de hábitos alimentares saudáveis para a população, requalificando praças e parques para a construção dos polos onde ocorrem as ações do programa[12].

A partir do seu surgimento e consolidação, outros programas começaram a ser formulados com nomes ou moldes similares, baseados no programa do Recife[13,14]. Tal fato caracteriza o processo de transferência de política. De acordo com Mark Evans[15], a prova de que houve uma transferência de política está em sua implantação. Com a implantação de uma política, a partir de uma já existente, é possível analisar e identificar o conteúdo de uma transferência. A partir da análise do processo de transferência, é possível identificar a importação de ideias de outra política, desde provas documentais até a análise das interações entre os agentes sociais envolvidos. Fica evidenciado, nesse caso, que a formulação de políticas públicas foi influenciada por iniciativas e experiências de êxito, como o PAC.

Com base na existência do processo de transferência de política, o presente estudo propõe analisar o PAC a partir de um novo modelo de análise de política pública: o processo de contratransferência, identificado e descrito inicialmente por Wallacy Feitosa[14]. De acordo com o autor, a contratransferência ocorre quando um programa que influenciou e serviu de modelo para a criação de outros programas, posteriormente, passa a ser beneficiado. Nesse caso, o doador de uma política passa a ser retroalimentado pela política que o originou. Para que ocorra o processo de contratransferência, é necessário que a política tenha sido objeto de transferência de política. Com base na análise do processo de contratransferência, é possível caracterizá-lo e compreendê-lo. Na literatura, ainda não existem dados sobre a análise desse processo nos estudos sobre política.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho se caracteriza como um estudo de caso, exploratório e analítico. Os estudos que analisam a transferência de política geralmente utilizam métodos qualitativos, baseados em evidências e registros. Neste estudo, utilizou-se declarações de sujeitos-chave e documentos e relatórios sobre o programa para analisar e descrever o processo de transferência de política envolvendo o Programa Academia da Cidade do Recife. Cabe destacar que os estudos de caso são eficientes estratégias de pesquisa, que tratam desde a lógica de planejamento, até técnicas de coleta de dados e abordagens específicas para a análise, focando em fenômenos do contexto da vida real em sua totalidade[16]. Para a coleta dos dados, foi utilizado o método de triangulação. Tal método permite a utilização de várias fontes de informação (entrevista, documentos, observação) por meio da combinação de diversas informações e técnicas de coleta de dados[17].

O estudo foi realizado no município do Recife, capital de Pernambuco. As entrevistas foram previamente agendadas e realizadas no período de julho a novembro de 2018. Um total de seis sujeitos-chave participou da pesquisa. Entre eles, gestores, coordenadores, formuladores e profissionais envolvidos no Programa Academia da Cidade do Recife e de programas congêneres. Para a definição da quantidade final dos participantes da pesquisa, foi utilizado o critério de amostra por saturação. Esse processo é utilizado quando as informações dos novos participantes repetem e se esgotam, não acrescentando mais informação à pesquisa.

Para facilitar a captação das informações nas entrevistas, foi utilizado um roteiro de entrevista, através do qual foi possível captar o ponto de vista dos atores sociais para chegarmos às respostas propostas pelo objeto da pesquisa. Após aprovação do comitê de ética e pesquisa, as entrevistas foram agendadas e gravadas, mediante autorização dos participantes, e, posteriormente, transcritas. A utilização de gravação permitiu uma expressão mais acurada das informações das entrevistas com os participantes.

Na etapa seguinte, após a coleta dos dados e transcrição dos áudios, foi realizada a análise de conteúdo. Para a análise do conteúdo das entrevistas, foi utilizado como referência os modelos de análise de conteúdo de Kvale[18]. Dentre os tipos propostos por este autor, utilizou-se a Condensação de Significados, por ser considerado o mais adequado aos objetivos do estudo: tem o objetivo de identificar pontos em comum na percepção dos sujeitos entrevistados. Nesse tipo de análise, as passagens das entrevistas foram relacionadas a uma questão específica do estudo, cotadas e condensadas num quadro constituído pelas unidades naturais dos significados, que são as respostas dadas pelos sujeitos. Na coluna da esquerda foram postos os temas centrais relacionados a estes, que são categorias conceituais. Na coluna da direita, a descrição essencial da questão relacionada ao estudo, conforme demonstrado no Quadro 1 abaixo:

Quadro 1 – Quadro de análise da condensação dos significados

1. Pergunta	
Unidade Natural	**Tema Central**
Resposta do entrevistado	Qual o tema central da resposta
Descrição Essencial da Questão de Pesquisa	
Descrição da resposta	

Fonte: Baseado no quadro de Giorgi apud Kvale[18].

A análise documental foi utilizada para a compreensão e obtenção de informações importantes sobre a formulação, implementação e manutenção do programa. Foram analisados documentos oficiais e manuscritos relacionados à implantação e origem do Programa Academia da Cidade do Recife, além de documentos referentes a outros programas congêneres, como o Programa Academia das Cidades, Programa Academia da Saúde e outros com a mesma nomenclatura do Programa Academia da Cidade. Os dados foram coletados a partir de relatórios, avaliações, Portarias e Resoluções, Notas Técnicas, Diários Oficiais do Município, Estado e da União, como também dos Planos Municipais de Saúde do município de Recife. Alguns documentos são de domínio público, e outros foram disponibilizados mediante a apresentação da carta de anuência.

Esta pesquisa atende à Resolução 466/13, do Conselho Nacional de Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, submetida ao Comitê de ética do Centro de Ciências da Saúde (CEP-CCS), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), aprovada sob parecer consubstanciado Nº 2.489.658/2018.

3.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de transferência de política tem crescido no cenário político. Nesse processo, as experiências de políticas de êxito podem influenciar na formulação e implementação de novas políticas públicas. Cabe destacar que a transferência de política pode, de fato, ser uma transferência direta de ideias ou programas, ou apenas uma forma de aprendizagem das experiências anteriores[19]. Evidencia-se, nesse processo, de acordo com Dolowitz e Marsh[5], a ocorrência de uma transferência de política, em que o conhecimento a respeito de políticas públicas, ou, por exemplo, programas, é utilizado como modelo para o desenvolvimento de políticas públicas em outros ambientes políticos, que, de acordo com as evidências, teria ocorrido com o PAC Recife.

Um fato interessante identificado neste estudo, que comprova o sucesso e a visibilidade desse programa como uma referência importante para a rede de saúde no Recife, é que o programa tem se esforçado para trabalhar em rede, orientando seus usuários a buscarem assistência médica sempre que necessário. Dessa forma, foi identificado que o programa preza pela saúde de seus usuários e serve de referência na rede de saúde, inclusive particular, conforme relato:

> O médico de um plano de saúde particular encaminhando, vá para o Academia da Cidade fazer fortalecimento dos paravertebrais, usando a linguagem da gente. A

> coisa mais linda do mundo, então, assim, prova que, assim, há muito tempo já, a gente tá lutando por essa referência e contrarreferência[20].

No município de Recife, foi identificado que, após o surgimento do PAC, outros programas começaram a ser formulados com nomes ou moldes similares ao programa. A partir da análise da fala de alguns atores envolvidos no processo, é possível identificar diversas evidências da ocorrência da transferência de política. O conhecimento do programa por entes interessados em conhecer e implantar seu modelo em outros contextos foi relatado na fala a seguir:

> A gente recebeu muita gente, e não só do Brasil, a gente teve uma equipe de San Diego que queria implantar lá e eles vieram para conhecer, passaram dias e dias com a gente, acompanhando o professor do polo para implantar lá o Academia da Cidade, lá em San Diego... A gente conseguia sim fazer essa transferência, pensando de política, como que a gente fazia e como a gente conseguia compartilhar com os outros e eles iam levando isso[21].

Para Richard Rose[22], a partir desse conhecimento e análise de ações ou políticas de outros governos e lugares, é possível o aprendizado de lições importantes para os formuladores de política, que podem ser positivas ou negativas, podendo ser transferidas quando constatadas como eficazes. Também é identificado, a partir dessa fala, um interesse na transnacionalização da política, em que, segundo Stone[19], uma política ultrapassa as fronteiras nacionais. Nesse caso, a atividade de transferência transcende tanto o cenário nacional como também o internacional. Cabe destacar que o PAC foi objeto de algumas pesquisas e avaliações, inclusive internacionais, divulgando seus resultados e ações, fomentando a transferência dessa política para esses contextos[23,24,25].

A literatura apresenta alguns estudos que analisam o que seria essa transnacionalização de políticas. No estudo sobre a implementação de políticas públicas nacionais de desenvolvimento rural na América Latina, os princípios fundamentais dessa política foram emulados de um programa desenvolvido na União Europeia, analisando sua viabilidade em contextos diferentes, que podem influenciar ou desencadear sucessos ou fracassos na transferência de política[26]. Em outro exemplo de estudo, porém, no contexto de políticas ambientais, Fontoura e Guedes[27] trataram de como o protocolo de Cartagena (Colômbia) influenciou na formulação e implementação de uma política brasileira de biossegurança, analisando a transferência de política em contextos distintos, identificando que, nesse caso, houve a transferência de política.

Após ter sido objeto de transferência de política, o PAC passa a apresentar um fenômeno interessante, denominado "contratransferência"[14]. De acordo com Feitosa[14], a contratransferência ocorre quando um programa serve de modelo e influencia na criação de outros programas, e, posteriormente, passa a ser beneficiado por estes. A partir das análises deste estudo, identifica-se que o PAC começa a receber alguns retornos advindos de programas e políticas que teriam surgido a partir de seu modelo, ou seja, o objeto de transferência passa, agora, a ser retroalimentado, recebendo influências dos programas advindos dele.

Quadro 2 – Conceitos de transferência e contratransferência

TRANSFERÊNCIA DE POLÍTICA	CONTRATRANSFERÊNCIA
Conhecimento a respeito de determinada política pública é utilizado como modelo para o desenvolvimento de outra política pública.	Ocorre quando determinada política, que foi objeto de transferência para a criação de uma nova política, passa a ser retroalimentada por essa nova política.

Fonte: Autora.

Um desses programas de atividade física que se baseou nos princípios do PAC para a sua criação foi o Programa Academia das Cidades (PACID), do governo do estado de Pernambuco[28]. Cabe evidenciar que o Secretário das Cidades, responsável pela criação do PACID, havia sido Secretário da Saúde do município de Recife na época em que foi criado o PAC Recife, podendo-se, assim, evidenciar uma forte influência do programa do Recife na criação do PACID[14]. Fica evidenciada a importância do papel do gestor e do alinhamento político verificado, que cooperou e foi fundamental para essas implantações.

Nesse contexto, quando da sua implantação, o PAC Recife teve todo seu financiamento demandado exclusivamente do município de Recife, tanto para a construção de polos, como para o custeio mensal[12]. A partir do surgimento do PACID, foi estabelecido um convênio com o PAC para a construção de novos polos. Dessa forma, observa-se que o PACID, que se baseou no programa PAC, agora passa a retroalimentar a política que inspirou sua criação a partir de parcerias para a construção de novos polos do Programa Academia da Cidade do Recife. Essa retroalimentação foi identificada pela parceria estabelecida entre os programas. De acordo com os achados deste estudo, esse é um primeiro indício do processo de contratransferência de política. Nessa parceria, a Secretaria das Cidades, em convênio com

a Prefeitura do Recife, financiava a construção de novos polos, conforme relato: “com lançamento em 2007 do Programa Academia das Cidades, a partir de 2008, o programa de Recife já conseguiu fazer parceria e implantou mais 21 novos polos”[21].

Além da parceria supracitada, foi possível identificar outras influências que o PAC recebeu do PACID: influências no âmbito da gestão em relação ao acompanhamento do programa, o que contribui com a sua organização. Nesse caso, foi identificado que o PACID, por possuir um sistema informatizado de acompanhamento do seu programa, disponibiliza e compartilha seus modelos de planilhas de acompanhamento com o PAC, que é utilizado por este no seu monitoramento anual, conforme expresso nos relatos abaixo:

> O Academia das Cidades, por exemplo, o sistema de informação da gente todo, ele foi feito pela gente, mas teve um pessoal do estado e lá tem uma pessoa, um nodal que faz isso e a gente, aqui, não tem[20].

> O estado que tem monitoramento próprio, e quando a gente monitora, a gente consegue avaliar e dá um retorno para o programa. A gente sabe o quanto que o Recife já avançou nesse processo de monitoramento a partir de experiências do Estado, não é. Eu acho que é isso, é transferir valor, não necessariamente valor financeiro[21].

Essa retroalimentação é reconhecida, inclusive, pela própria gestão do programa, conforme observada na fala do Entrevistado 2:

> A gente trabalhou com a planilha de monitoramento cedida... Olha, já vem o estado de novo, está vendo, retroalimentando o programa, eles cederam para a gente a planilha de monitoramento, não é, de planejamento, é... de monitoramento, que ela é uma visão do ano todo com as atividades e o *status*[20].

Além do convênio e das contribuições técnicas citadas, por ser um programa de atividade física, e com alguns princípios parecidos com o PAC, o PACID também contribui com o PAC nos aspectos metodológicos, trazendo maior diversificação na oferta de outras atividades, com aspectos culturais e de acordo com o contexto de cada localidade, o que enriquece a produtividade dos polos, características próprias do programa estadual[28].

Nesse estudo, cabe ressaltar que o PAC Recife foi fundamental ao formular um programa de promoção da atividade física e saúde numa perspectiva mais ampliada, como um equipamento de saúde do município, o que contribuiu para a visibilidade do programa, que, inclusive, foi reconhecido em âmbito nacional pelo Ministério da Saúde como uma proposta exitosa de atividade física de base populacional[13], despertando o interesse e motivando outras iniciativas a seguir o modelo, como evidenciado abaixo:

> O Academia da Cidade influenciou o programa Academia da Saúde, influenciou a sua gestão e sua execução. Nós, graças a Deus, somos privilegiados, porque nós fazemos um trabalho diferenciado aqui na cidade do Recife, coisa que se o Academia da Saúde pudesse fazer em todos os estados do Brasil, seria ótimo. Um exemplo é trabalhar em rede, nós trabalhamos com rede, a rede de saúde, está inserido, é um equipamento de saúde pública o PAC[29].

Outro programa de abrangência nacional, em que foi evidenciado o processo de transferência de política em relação ao PAC, foi o Programa Academia da Saúde (PAS). O PAS é uma estratégia de promoção da saúde da atenção básica que se articula com outros programas e ações da saúde. Cabe destacar que o programa no Recife é um dos que mais se aproxima das grandes diretrizes e objetivos do PAS, pois o PAC Recife trabalha numa perspectiva ampliada. Após a formulação e implantação do PAS, a partir de modelos de programas de êxito pelo Brasil, foi lançado um edital para custeio mensal e construção de polos, passando a retroalimentar o programa do Recife[30,31].

Inicialmente, o PAC era custeado exclusivamente pelo município do Recife. Após a criação do PAS e a participação no edital de custeio, os polos do PAC, classificados como similares e que atendiam aos critérios do PAS, passaram a receber um custeio de três mil reais mensais do Governo Federal para sua manutenção[32]. A partir dessa evidência, fica claro o início do processo de contratransferência de política entre o PAC e o PAS. Atualmente, a maioria dos polos do PAC Recife possui convênio com o PAS; apenas quatro polos não são conveniados com este, pois não atendem aos critérios, como informado na fala do Entrevistado 3:

> Dos 42 polos, hoje, quatro não são, porque não atende às exigências e aos critérios do ministério[29].
>
> A gente tem alguns polos que não entram dentro das características de polo similar para receber o recurso e ser caracterizado[21].

Nesse caso, além de recursos financeiros, a contratransferência traz também influências positivas para o PAC. Em relação às capacitações profissionais, o PAS elabora cursos à distância em parceria com algumas universidades e realiza seminários durante o ano. Essa relação colabora e valoriza tanto o programa, como os profissionais do Recife, como expressa a fala do Entrevistado 1:

> Promovem seminário, que promove algum movimento de estar repensando a prática, ele está valorizando o que os profissionais estão fazendo, valorizando o que a gestão está fazendo, valorizando o processo de trabalho, de alguma maneira isso agrega um pouco de aspectos positivos[21].

Existe uma relação muito boa entre ambos os programas. O PAS realiza algumas amostras nacionalmente e convida o PAC para participar e compartilhar suas intervenções, devido aos resultados exitosos. As formações geralmente estão relacionadas ao sistema para monitoramento do programa, prestação de contas e documentos, que devem ser direcionados ao Ministério durante o ano. Cabe mencionar que o PAC, desde sua implantação, possui sua própria linha de formação e continua realizando suas próprias formações, mesmo nos polos conveniados com o PAS. Nesse caso, as influências advindas agregam e contribuem no seu funcionamento. Após o convênio com o PAS, o PAC passou a entrar na agenda das discussões interministeriais e no sistema de gestão de informação da atenção básica. Essa transferência de política e contratransferência pode ser uma prática eficiente, podendo ser inserida dentro do planejamento das políticas públicas. Isso deve constar em todo o processo das políticas públicas, corroborando com resultados finais esperados e com uma relação de confiança e aprendizado entre os diversos atores envolvidos de forma conjunta[33].

Além do custeio, o programa recebeu o fortalecimento do profissional, pois o Programa Academia da Saúde insere diretamente o profissional na rede de saúde. Esse ganho é expresso no relato de um profissional entrevistado:

> O custeio, o fortalecimento do vínculo do profissional da saúde na rede, onde a gente pode dizer que Recife é um exemplo diferencial do restante do país, onde, consequentemente, nos insere diretamente, de fato, na rede de saúde no Sistema Único de Saúde e isso, assim, acho que é o maior ganho que a gente ganha como profissional e como intervenção profissional[34].

O programa foi alvo de estudos e avaliações externas, e os resultados dos estudos foram publicados em artigos nacionais e internacionais. Várias experiências no país, similares ao PAC Recife, foram avaliadas, e possuíam em comum o fato de serem programas públicos, sem taxa e de base populacional, que vêm promovendo a prática de atividade física pela população[35]. A partir de estudos, avaliações e publicações, é identificada a influência do PAS na parte documental e na construção de livros e manuais que proporcionaram maior divulgação e visibilidade municipal e nacional do PAC, conforme se justifica no relato abaixo:

> Academia da Saúde influenciou a gente toda a parte documental [...] deu uma visibilidade diferenciada, agora a gente não tem mais uma visibilidade só de Recife, a gente tem uma visibilidade de apoio do Ministério da Saúde[20].

Essa relação com o PAS reforçou tudo de forma geral, contribuindo na manutenção e ampliação do programa já existente, como demonstra a fala do Entrevistado 1:

> E quando surgiu o Academia da Saúde valorizou, reforçou o polo, não é, que é um serviço com a unidade de saúde da família, dentro de uma rede que precisa conversar com essa rede, ele precisa seguir os princípios do SUS e pensar isso com as diretrizes também do Sistema Único de Saúde e eu acho que isso reforça o Academia da Cidade, que nasceu com esse desejo, mas fazia, ainda, de alguma forma limitada[21].

Nesse cenário, é identificada uma relação de troca. O PAS busca sempre um contato com o PAC Recife por ser o modelo mais velho e pioneiro; o PAC é utilizado como nivelamento e parâmetro para discussões de procedimentos em outros programas. De acordo com Rose[22], os formuladores de políticas podem tirar lições a partir de outras políticas, que irão ajudar na resolução de seus problemas. O aprendizado, a partir de políticas ou programas positivos, pode gerar uma transferência com adaptações necessárias ao contexto para o qual irá ser utilizado. A partir da fala do Entrevistado 4, percebe-se a importância do PAC por seu pioneirismo e tempo de experiência exitosa:

> A relação desses dois programas é sempre uma relação de muita troca, não é. O Academia da Cidade ele é o primeiro desse modelo, ele é o mais velho, ele tem experiências, não é, que os municípios estão passando agora e o PAC já passou. E eu sempre busco esse contato com o Academia da Cidade para fazer determinados nivelamentos, discussões de procedimentos de profissionais, problemas e barreiras, então, tem muito esse relacionamento de troca ainda[36].

Percebe-se que, mesmo após a transferência ocorrida, existe uma relação de troca e compartilhamento entre o PAS e o PAC, uma relação cíclica e contínua, que não foi encerrada após a implantação do PAS. É possível identificar uma contratransferência positiva para o programa. Mesmo após os indícios de transferência, percebe-se, além da contratransferência entre os programas, um ciclo de interação entre ambas as políticas, justificado principalmente pelo pioneirismo do PAC em relação ao PAS, que serve de parâmetro para programas mais novos. Essa retroalimentação, advinda dos programas citados neste estudo, que teriam utilizado o PAC como modelo e hoje retroalimentam o programa de alguma forma, fica evidente na fala do Entrevistado 3:

> A parceria que existia não é com o estado, com o governo do estado, era com relação à construção dos polos, nós criamos quatorze polos e demos 80% dos recursos da construção do estado, e nós temos trinta e oito polos recebendo do Ministério da Saúde o custeio de três mil reais mensais por polo, não é. Esses são os

> dois, esse do ministério é um recurso mensal que nós recebemos, e o do governo do estado foi na construção do polo[29].

Quadro 3 – Esquema de transferência e contratransferência ocorrido com o PAC Recife

	TRANSFERÊNCIA	
PAC RECIFE	---------->	**PACID** **PAS**
	CONTRATRANSFERÊNCIA	
PAC RECIFE	<----------	**PACID** **PAS**

Fonte: Autora.

Cabe destacar que a contratransferência pode ser categorizada em positiva, quando existe um retorno positivo, visando contribuir e fomentar benefícios para a política doadora, que agora está sendo retroalimentada; e em contratransferência negativa, quando existe um retorno, porém, sem qualquer contribuição para a política ou para fatores burocráticos, por exemplo, que podem dificultar ou enfraquecer uma política. Neste estudo, podemos identificar alguns fatores positivos e negativos resultantes do processo de contratransferência ocorrido no PAC, como demonstrado na tabela abaixo:

Quadro 4 – Contratransferência no PAC

POSITIVAS	**NEGATIVAS**
Convênios	Maior burocracia
Custeios	Normatizações
Capacitação profissional	
Gestão organizacional	
Visibilidade	

Fonte: Autora.

3.4 CONCLUSÃO

A contratransferência é identificada posteriormente ao processo de transferência e está relacionada a uma retroalimentação, que pode ser percebida a partir da identificação do recebimento de recursos para além do âmbito financeiro. Foi identificada uma contratransferência de política envolvendo o PAC e o Programa Estadual Academias das Cidades do governo de Pernambuco e o Programa Federal Academia da Saúde. Para explicar essa contratransferência, é importante a análise das provas da ocorrência da transferência de política[15], identificando o conteúdo de uma transferência, o objeto em questão e as tomadas de decisão dos atores envolvidos. Posteriormente, verifica-se a relação estabelecida com os programas ou políticas advindas dessa transferência e os recursos provenientes destes que retroalimentam a política que foi pioneira, apresentando, assim, uma relação de ida e volta entre ambas políticas, comprovando o fenômeno de contratransferência.

3.5 REFERÊNCIAS

1. FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, v. 21, n. 21, p. 211–259, 2009.

2. HAM, C.; HILL, M. **The policy process in modern capitalist society**. Harvester Wheatsheaf: Hemel Hempstead, 1993.

3. BARROS, N. F. et al. Política de práticas integrativas em Recife: análise da participação dos atores. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 45, n. 6, p. 1154–1159, dez. 2011.

4. VIANA, A. L.; BAPTISTA, T. W. DE F. **Análise de políticas de saúde**. Políticas e sistema de saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; CEBES, p. 59–87, 2012.

5. DOLOWITZ, D.; MARSH, D. Who learns what from whom: a review of the policy transfer literature. **Political studies**, Newbury Park, v. 44, n. 2, p. 343-357, jun. 1996.

6. DOLOWITZ, D. P.; MARSH, D. Learning from Abroad: The Role of Policy Transfer in Contemporary Policy-Making. **Governance**, Oxford, v. 13, n. 1, p. 5-23, 2000.

7. BARROS, M. et al. Programs and interventions for physical activity promotion in the Brazilian Unified Health System: a research object that starts to be unveiled. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Florianópolis, v. 21, n. 5, p. 385–387, 2016.

8. BRASIL. [Portaria (2006)]. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

9. HALLAL, P. C. Physical activity and health in Brazil: research, surveillance and policies. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, p. 2487–2489, 2014.

10. HEATH, G. W. et al. Evidence-based intervention in physical activity: lessons from around the world. **The Lancet**, Maryland, v. 380, n. 9838, p. 272–281, 2012.

11. MALTA, D. C. et al. Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS): capítulos de uma caminhada ainda em construção. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1683–1694, 2016.

12. PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. [Decreto (2003)]. Decreto no 19.808 de 03 de abril de 2003. Institui e regulamenta o Programa Academia da Cidade. In: **Legiscidade Recife**, 2003.

13. CRUZ, D. A.; ALBUQUERQUE, G.; DAMASCENA, W. Programa Academia da Cidade do Recife: minimizando contrastes sociais. **DDS Brasil**, 6 fev. 2013.

14. FEITOSA, W. **Programas de promoção da atividade física**: estudo de caso acerca da implementação do Programa Academia da Cidade (PAC) em Recife entre 2002 e 2014. 2015. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2015.

15. EVANS, M. Policy transfer in critical perspective. **Policy Studies**, Reino Unido, v. 30, n. 3, p. 243-268, jun. 2009.

16. YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e método. 3. ed. São Paulo: Bookman, 2005.

17. MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. 406 p.

18. KVALE, S. **Interviews:** an introduction to qualitative research interviewing. Thousand Oaks: Sage, 1996.

19. STONE, D. Transfer agents and global networks in the “transnationalization” of policy. **Journal of European Public Policy**, Reino Unido, v. 11, n. 3, p. 545–566+568, 2004.

20. ENTREVISTADO 2. **Entrevista II**. [Entrevista cedida a] Érica Nascimento. Recife, ago. 2018. 1 arquivo, mp3, 58m42s.

21. ENTREVISTADO 1. **Entrevista I**. [Entrevista cedida a] Érica Nascimento. Recife, ago. 2018. 1 arquivo, mp3, 46m54s.

22. ROSE, R. What is lesson-drawing? **Journal of public policy**, Örebro, v. 11, n. 1, p. 3–30, 1991.

23. HALLAL, P. C. et al. Avaliação quali-quantitativa do programa Academia da Cidade, Recife (PE): concepções dos professores. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 9–14, 2009.

24. KNUTH, A. G. et al. Avaliação de programas de atividade física no Brasil: uma revisão de evidências em experiências selecionadas. **Secretaria de Vigilância em Saúde/MS**, Mato Grosso do Sul, n. 4, 2010.

25. SIMOES, E. J. et al. Effects of a community-based, professionally supervised intervention on physical activity levels among residents of Recife, Brazil. **American Journal of Public Health**, Maryland, v. 99, n. 1, p. 68–75, 2009.

26. GHESTI, J. P.; SILVA, S. P. A Abordagem territorial do Programa Leader na Europa e sua transferência institucional ao contexto latino-americano: uma análise crítica. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, Brasília, p. 219-231, jun. 2016.

27. FONTOURA, Y.; GUEDES, A. L. Governança global e transferência de política: do protocolo de Cartagena à política nacional de biossegurança. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 3-23, 2013.

28. PERNAMBUCO. [Decreto (2007)]. Decreto nº 31.140 de 6 de dezembro de 2007. Institui o Programa Academia das Cidades no âmbito do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. **Diário Oficial de Pernambuco**, Recife, PE, 7 dez. 2007. Nº 230, p. 3.

29. ENTREVISTADO 3. **Entrevista III**. [Entrevista cedida a] Érica Nascimento. Recife, ago. 2018. 1 arquivo, mp3, 17m42s.

30. BRASIL. Ministério da Saúde. [Portaria (2016)]. Portaria nº 1.707, de 23 de setembro de 2016. Redefine as regras e os critérios referentes aos incentivos financeiros de investimento para construção de polos; unifica o repasse do incentivo financeiro de custeio por meio do Piso Variável da Atenção Básica (PAB Variável); e redefine os critérios de similaridade entre Programas em desenvolvimento no Distrito Federal e nos Municípios e o Programa Academia da Saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 nov. 2016.

31. BRASIL. Ministério da Saúde. [Portaria (2013)]. Portaria nº 2.681, de 7 de novembro de 2013. Redefine o Programa Academia da Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 nov. 2013.

32. SÁ, Gisele Balbino Araujo Rodrigues de. et al. O Programa Academia da Saúde como estratégia de promoção da saúde e modos de vida saudáveis: cenário nacional de implementação. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 1849-1860, 2016.

33. OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Challenges of public policy planning: different views and practices. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 273-287, 2006.

34. ENTREVISTADO 5. **Entrevista V**. [Entrevista cedida a] Érica Nascimento. Recife, ago. 2018. 1 arquivo, mp3, 15m17s.

35. BENEDETTI, Tânia R. Bertoldo et al. **A formação do profissional de Educação Física para o setor saúde**. Florianópolis: Editora Postmix, 2014.

36. ENTREVISTADO 4. **Entrevista IV**. [Entrevista cedida a] Érica Nascimento. Recife, ago. 2018. 1 arquivo, mp3, 9m27s.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas no presente estudo, percebeu-se a existência de um processo de retroalimentação de uma política que foi objeto de transferência de política. Tal fenômeno é identificado nas relações apresentadas entre os programas aqui citados. É importante que, a partir de estudos como este, seja possível explicar como e por que a contratransferência ocorre, utilizando, assim, a análise da transferência de política para explicar por que determinado programa ou política foram adotados e se existe a ocorrência da contratransferência nesses casos.

Nesta pesquisa, fica evidente que a ocorrência inicial da transferência de política se dá pelo pioneirismo do PAC e por seus resultados exitosos apresentados, podendo, assim, servir de modelo para outros contextos na busca por resoluções de problemas na agenda pública, além de economizar tempo e recursos. A contratransferência é identificada posteriormente ao processo de transferência e está relacionada a uma retroalimentação, que pode ser percebida a partir da identificação do recebimento de recursos para além do âmbito financeiro. Tal prática representa um processo positivo dentro da política e merece destaque nos estudos sobre influências de política, pois é possível identificar benefícios para ambos os programas envolvidos.

REFERÊNCIAS

1. RUSSO, R.; VENTURINI, F. Mais uma vez. 1986. *In:* **Letras.mus**, 1986. Disponível em: Acesso em: 15 ago. 2019.

2. BUENO, D. R. et al. Os custos da inatividade física no mundo: estudo de revisão. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 1001–1010, 2016.

3. DING, D. et al. The economic burden of physical inactivity: a global analysis of major non-communicable diseases. **The Lancet**, Maryland, v. 388, n. 10051, p. 1311–1324, 2016.

4. LEE, I. M. et al. Effect of physical inactivity on major non-communicable diseases worldwide: an analysis of burden of disease and life expectancy. **The Lancet**, Maryland, v. 380, n. 9838, p. 219–229, 2012.

5. BARROS, M. et al. Programs and interventions for physical activity promotion in the Brazilian Unified Health System: a research object that starts to be unveiled. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Florianópolis, v. 21, n. 5, p. 385–387, 2016.

6. BULMER, S.; PADGETT, S. Policy transfer in the European Union: an institutionalist perspective. **British journal of political science**, Cambridge, v. 35, n. 1, p. 103-126, 2005.

7. HALLAL, P. C. Physical activity and health in Brazil: research, surveillance and policies. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, p. 2487–2489, 2014.

8. HEATH, G. W. et al. Evidence-based intervention in physical activity: lessons from around the world. **The Lancet**, Maryland, v. 380, n. 9838, p. 272–281, 2012.

9. MALTA, D. C. et al. Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS): capítulos de uma caminhada ainda em construção. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 6, p. 1683–1694, 2016.

10. ADRIANO, J. R. et al. A construção de cidades saudáveis: uma estratégia viável para a melhoria da qualidade de vida? **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 53–62, 2000.

11. SANTOS, E. R. R. **Ações de promoção à saúde**: caminho para a construção de uma cidade saudável? O caso do Recife. 2004. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Ageu Magalhães Araújo Junior, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2004.

12. WESTPHAL, M. F. O movimento cidades/municípios saudáveis: um compromisso com a qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 39–51, 2000.

13. FEITOSA, W. **Programas de promoção da atividade física**: estudo de caso acerca da implementação do Programa Academia da Cidade (PAC) em Recife entre 2002 e 2014. 2015. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2015.

14. PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. [Decreto (2003)]. Decreto n. 19.808 de 3 de abril de 2003. Institui e regulamenta o Programa Academia da Cidade. *In*: **Legiscidade Recife**, 2003.

15. REIS, R. S. et al. Promoção de Atividade Física Através das Políticas e Planejamentos Amplos na Comunidade: Resultados de Curitiba, Brasil. **Journal of Physical Activity and Health**, Estados Unidos, v. 7, n. 2, p. S137–S145, 2010.

16. SIMOES, E. J. et al. Effects of a community-based, professionally supervised intervention on physical activity levels among residents of Recife, Brazil. **American Journal of Public Health**, Maryland, v. 99, n. 1, p. 68–75, 2009.

17. SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

18. SERAFIM, M. P. et al. Análise de política: uma revisão da literatura. **Cadernos Gestão Social**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 121-134, 2012.

19. HAM, C.; HILL, M. **The policy process in modern capitalist society**. Harvester Wheatsheaf: Hemel Hempstead, 1993.

20. FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, Brasília, v. 21, n. 21, p. 211–259, 2009.

21. VIANA, A. L.; BAPTISTA, T. W. DE F. **Análise de políticas de saúde**. Políticas e sistema de saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; CEBES, 2012.

22. DAGNINO, R.; THOMAS, H. E.; COSTA, Greiner; GOMES, Erasmo J. Metodologia de Análise de Políticas Públicas. **Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura**, Espanha, 2002.

23. DOLOWITZ, D. P.; MARSH, D. Learning from Abroad: The Role of Policy Transfer in Contemporary Policy-Making. **Governance**, Oxford, v. 13, n. 1, p. 5–23, jan. 2000.

24. ROSE, R. What is lesson-drawing? **Journal of public policy**, Örebro, v. 11, n. 1, p. 3–30, 1991.

25. WOLMAN, H. Understanding cross national policy transfers: the case of Britain and the US. **Governance**, Oxford, v. 5, n. 1, p. 27–45, 1992.

26. DOLOWITZ, D.; MARSH, D. Who learns what from whom: a review of the policy transfer literature. **Political studies**, Newbury Park, v. 44, n. 2, p. 343–357, jun. 1996.

27. STONE, D. Transfer agents and global networks in the "transnationalization" of policy. **Journal of European Public Policy**, Reino Unido, v. 11, n. 3, p. 545–566+568, 2004.

28. TURGEON, J. et al. **Policy health transfer and health impact assessment**. Quebec: Groupe d'étude sur les politiques publiques et la santé, 2008.

29. COMMON, R. **Public management and policy transfer in South-East Asia**. Aldertshot: Ashgate, 2001.

30. PARSELL, C.; FITZPATRICK, S.; BUSCH-GEERTSEMA, V. Common ground in Australia: An object lesson in evidence hierarchies and policy transfer. **Housing Studies**, Reino Unido, v. 29, n. 1, p. 69-87, 2014.

31. PECK, J.; THEODORE, N. Exporting workfare/importing welfare-to-work: exploring the politics of Third Way policy transfer. **Political geography**, v. 20, n. 4, p. 427-460, 2001.

32. PRINCE, R. Globalizing the creative industries concept: travelling policy and transnational policy communities. **The journal of arts management, law, and society**, Reino Unido, v. 40, n. 2, p. 119-139, 2010.

33. FONTOURA, Y.; GUEDES, A. L. Global governance and transfer policy: influences of the Cartagena Protocol on Brazilian National Policy on Biosafety. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 3–23, 2013.

34. FARAH, M. F. S. Disseminação de Políticas Públicas e Programas Governamentais no Nível Subnacional de Governo. **Revista Administração em Diálogo**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 1–19, 2008.

35. COÊLHO, D. B.; CAVALCANTE, P.; TURGEON, M. Mecanismos de difusão de políticas sociais no Brasil: uma análise do Programa Saúde da Família. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 58, p. 145–165, jun. 2016.

36. SOUZA, K. M. J. et al. Atuação da Enfermagem na transferência da política do tratamento diretamente observado da tuberculose. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 48, n. 5, p. 874-882, out. 2014.

37. CARVALHO, T. L. A reutilização de políticas pelo mundo: compreendendo os processos e a literatura sobre difusão/transferência de políticas públicas. **Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais**, Minas Gerais, v. 11, n. 21, p. 66–85, 2016.

38. OLIVEIRA, O. P.; FARIA, C. A. P. Policy transfer, diffusion, and circulation: research traditions and the state of the discipline in Brazil. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 13-32, 2017.

39. SILVA, E. Z.; KAUCHAKJE, S. Entre teorias e modelos de análise: uma proposta metodológica de pesquisa sobre transferência e difusão de políticas. 2012.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE CIENCIAS DA SAÚDE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convido o(a) senhor(a) a participar da pesquisa "ANÁLISE DO PROCESSO DE "CONTRATRANSFERÊNCIA" EM PROGRAMAS COMUNITÁRIOS DE PROMOÇÃO DE ATIVIDADE FÍSICA NA CIDADE DO RECIFE", coordenado pelos pesquisadores Érica Maria do Nascimento e Wallacy Milton do Nascimento Feitosa, que tem por objetivo analisar o processo de contratransferência em programas de atividade física na cidade do Recife, neste caso o Programa Academia da Cidade, buscando descrever e entender os fatores que estão associados ao processo da transferência e contratransferência de políticas em saúde.

Para a participação na pesquisa o (a) senhor (a) não precisará se identificar com nomes ou números de quaisquer documentos. Além disso, a participação é voluntária e o (a) senhor (a) poderá desistir a qualquer momento. Caso concorde em participar, o (a) senhor (a) precisará responder a uma entrevista, recebendo para tanto o auxílio de um entrevistador de nossa equipe de pesquisadores que, com sua permissão, gravará suas respostas. Lembre-se que os procedimentos de coleta de dados adotados nesta pesquisa garantem a não divulgação da identidade dos participantes e não traz riscos à saúde física dos mesmos, podendo apenas causar desconforto devido ao tempo que o participante precisará estar concentrado para responder aos questionamentos.

Os benefícios esperados com o resultado desta pesquisa podem subsidiar na tomada de decisão, implantação, organização e avaliação das gestões locais no contexto de programas de promoção de atividade física. A realização deste levantamento permitirá a sugestão de políticas públicas para o setor saúde. Será garantido o direito a qualquer esclarecimento sobre a pesquisa em qualquer etapa desta; o direito de recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase de sua execução sem qualquer prejuízo.

Nos casos de dúvidas e esclarecimentos o (a) senhor (a) deve procurar os pesquisadores Érica Maria do Nascimento e Wallacy Milton do Nascimento Feitosa, Av. Professor Moraes Rego, s/n - Campus da UFPE - Cidade Universitária | Recife/PE - Brasil | CEP: 50.670-420 Você pode também ligar para o telefone (81) 997442667 ou ainda entrar em contato por e-mail ericanascimento1991@hotmail.com.
Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: (Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br).
Eu, _____, após ter recebido todos os esclarecimentos e ciente dos meus direitos, concordo em participar desta pesquisa, bem como autorizo a divulgação e a publicação de toda informação por mim transmitida em publicações e eventos de caráter científico. Desta forma, assino este termo, juntamente com o pesquisador, em duas vias de igual teor, ficando uma via sob meu poder e outra em poder do pesquisador.
Local: Data: ____/____/____

_____
Assinatura do participante

_____
Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevistado: _____
Data: _____
Horário de início: _____
Término: _____

Olá. Meu nome é Érica Maria do Nascimento. Eu sou estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O objetivo do estudo é analisar o processo de contratransferência em programas de atividade física na cidade do Recife, neste caso, o Programa Academia da Cidade (PAC).
Queremos agradecer por ter aceitado participar desta entrevista. Como é do seu conhecimento, estamos interessados em conhecer mais sobre sua experiência e liderança à frente do PAC. Especificamente, gostaríamos de conhecer mais sobre o programa no tocante ao seu processo de formulação e implantação, alcance, descrever os fatores que estão associados à transferência de política e contratransferência, analisando o Programa Academia da Cidade e sua influência em programas similares, como o Programa Academia da saúde (PAS). Identificar como ocorre e quais fatores que caracterizam o processo de "contratransferência" de políticas.
Lembramos que as informações que venhamos a coletar serão tratadas como dados científicos, assim, seu nome e identidade não serão revelados e o registro será mantido em estrita confidencialidade.
Nós gostaríamos de ter a sua autorização para gravar (áudio) a sua entrevista. Toda informação será estritamente confidencial e os dados não serão facultados a qualquer pessoa. Temos a sua autorização para gravar?
Antes de iniciar, nós gostaríamos de saber um pouco mais acerca de sua experiência no PAC:

1. Quando começou a trabalhar no/com o programa Academia da Cidade?

2. Por quanto tempo você trabalha/trabalhou com o programa?

3. Quais são/eram suas responsabilidades no programa?

4. Qual é sua formação profissional neste momento?

5. Qual é sua experiência de trabalho neste momento?

Muito obrigado.

Agora, vamos iniciar a entrevista. Você tem alguma pergunta?
Bem, por favor, fique à vontade para responder as perguntas dentro de suas próprias condições.

1. Quando começou os primeiros ensaios para a formulação do Programa Academia da Cidade?

2. Em sua opinião, qual era o objetivo principal do programa? Ele foi e está sendo atingido?

3. Como foi e está o processo para obter financiamento?

Os valores que são repassados para o PAC sofreram reajustes ao longo do tempo durante a vigência da parceria...?

4. Você sabe se o programa foi replicado em outras cidades ou comunidades? Caso sim, quais?

5. O Programa recebe ou recebeu algum tipo de recurso de outro programa?

6. O Programa Academia da Cidade serviu de modelo para algum programa?

7. Como é a manutenção e funcionamento do programa e recebimento de recursos?

8. Como se encontra a relação da Academia da Cidade com o Programa Academia da saúde?

9. Existem registros/relatórios do recebimento de recursos provenientes do Academia da Saúde?

10. (Além do financiamento recebido, se sim, pelo PAS) quais outras influências o PAC tem recebido do PAS?

11. Os objetivos e princípios do PAS têm influenciado o funcionamento do PAC?

12. O planejamento e organização das atividades do PAC recebem influência do PAS ou de alguma outra política?

13. O PAS tem promovido formação continuada para os profissionais do PAC? (Como são as capacitações, usam quais diretrizes PAS, PAC?)

APÊNDICE C – ENTREVISTAS NA ÍNTEGRA

ENTREVISTADO 01 – EX COORDENADOR PAC
(08.2018 – Recife)

1. Quando você começou a trabalhar no programa?

Eu comecei a trabalhar no programa em 2006, foi quando, na época, ainda, eles ainda faziam seleção, não era concurso, era uma seleção. Foi seleção simplificada, eu entrei como professora e trabalhei no polo de Boa Viagem, um dos primeiros polos do programa Academia da Cidade do Recife. E, depois, em 2008, a gente teve concurso e eu passei. Continuei no mesmo polo. Em 2009, a gente teve um convite para a coordenação, e fiquei lá na coordenação do programa até 2013.

2. Nesse tempo que você passou lá, quais eram as suas principais atribuições e responsabilidades no programa?

No polo, nesse período, as responsabilidades estavam tanto no ponto de vista de planejar as atividades que eram desenvolvidas, as atividades corporais, as atividades físicas. Então, a gente tinha, a gente sempre trabalhava em dupla, a gente tinha todo esse processo de fazer o planejamento das aulas, de conduzir as aulas. Não é de atividades físicas, mas, como também está desenvolvendo outras ações para além da atividade física, então, tinha as rodas de conversas, tinha as atividades culturais, tinha os passeios... Então, a gente fazia tanto a parte de orientação mesmo, da parte de ginástica, de caminhada de corrida, que estavam dentro do nosso rol de atividade física, mas, além disso, as atividades culturais relacionados aos passeios. Isso no miudinho, não é. Além disso, a gente tinha acadêmicos e a gente também precisava orientar os acadêmicos de educação física, e a gente também tinha os acadêmicos de nutrição, que tinha uma nutricionista lá, logo no começo, depois, a gente não teve mais. Mas a gente tinha também esse trabalho de estar orientando eles durante esse processo de formação, então, tinha isso e, além disso, tinha as atribuições que estavam comum a todos os profissionais. Não necessariamente relacionadas ao polo, que era a gente tinha atividades do polo, a gente tinha atividades do distrito, que a gente precisava participar também, como atividades pontuais, atividades com relação a... Tem uma campanha, uma campanha x, uma ação x... A gente estava sempre sendo convidado a participar desses momentos de conferência. [...] Então, a gente estava sempre sendo convidada a participar desses momentos, então, a gente tinha esses momentos: fazer abertura, fazer acolhimento... A gente tinha essas

atribuições do polo e comum aos distritos fazia e tinha as atribuições comum, dentro do programa, que era participar, por exemplo, do Encontro de Formação, que era, que ainda hoje acontece, que é a educação permanente do programa. Ela acontecia sempre uma vez por mês e a gente também tinha essas atividades de tá, enquanto professora, não é. E tá participando, então, era só as atividades do distrito que estavam paralelas e as atividades comuns do programa. Quando, na coordenação, as atribuições são pouco diferenciadas, não é, e, aí, a gente tem, enquanto coordenação, tem o [...] de vista o gráfico, que a gente precisa tá lidando com processo administrativo. A gente tinha que fazer esse trabalho mais administrativo também, mas o principal para mim foi tudo que eu fiz a vida toda no programa do [...] de técnico pedagógico. Então, o quanto que a gente conseguiu tá tentando a orientar os profissionais não é dentro do rol dessas atividades, do que era do polo, do que era comum ao distrito, do que era comum ao programa. Então, o de fazer reuniões distritais, fazendo planejamento e avaliação do que a gente estava fazendo. Então, olha, a gente planejava, a gente avaliava. Enquanto era a coordenação dos distritos, eu acompanhei o 4 e o 5, a gente fazia também, não é. Essa questão do acompanhamento mesmo, os profissionais presencialmente, mesmo nos polos, e essa parte mais administrativa, coordenadores do programa, que era as ações na macro, os polos, eles tinham as atividades pontuais e tem as atividades com os eventos que sempre pinha. Então, como o dia mundial da atividade física, a gente precisava tá desenvolvendo esse trabalho. Dentro desse período de coordenação, eu tive a oportunidade de estar junto, produzindo junto com os profissionais, alguns grupos de trabalho. A gente teve alguns grupos de trabalho para discutir e escrever sobre os programas, discutir o processo de condução das aulas, condução das avaliações físicas, condução mesmo do processo de trabalho. A gente fez o que é super importante: a condução dos encontros, informação que, diferente de quando você está no polo como professora, você participa mais e, quando você está na gestão, você tem um papel, está fazendo o planejamento desse encontro a partir da demanda dos profissionais, dos usuários... Então, a gente também ficava nesse movimento. Além disso, tinha o movimento de fazer o programa junto com os profissionais da rede mesmo e com a... Mesmo depois do concurso, o profissional, uma carga horária de 30 horas. Então, a gente tinha a carga horária polo e tinha a carga horária extra forte, então, todo profissional, ele poderia estar no CAPS ou na comunidade. Era as atividades na saúde da família. Então, a gestão precisava também articular o programa dentro dessa. Como é que o programa deveria estar atuando de forma articulada com a rede de saúde, não só pra cumprir a carga horária, mas também para cumprir a sua função, que é capitalizar as ações do programa. Aí, entram diversas ações, diversos momentos para que os profissionais

atuais, dentro do território nas unidades de saúde, no território do NASF, nesses espaços que hoje eu sei, por exemplo, que já está bem diferente, tem outras perspectivas. Mas, até onde eu acompanhei na coordenação, a gente conseguiu muito, muitos avanços, mas, também, tivemos diversas dificuldades para poder fazer essa articulação. O grande problema, o grande nó, a gente só estava lá, fazia aula e pronto, e a gente queria. O objetivo era tá fazendo parte da equipe, desenvolvendo as intervenções em conjunto e não só fazendo lá tal dois dias na semana, três dias na semana, sem tá compreendendo o processo total do programa dentro da rede, não é.

3. Você citou que, nesse tempo, tiveram a participação de estudantes. De onde eram esses estudantes?

Esses estudantes eram da UPE e da Federal. Hoje, eu sei que tem faculdades privadas também, mas, na minha época, os que eu acompanhei, eles eram qual da Federal ou da UPE. Era como se fosse um convênio de estágio com a UPE e com a UFPE por [...]. Então, tinha os acadêmicos, eram de lá, mas eu sei que eles vêm, a maioria, de faculdade privada. Na verdade, recentemente mesmo, ele estava fazendo seleção de estágios na prefeitura, então, como eu tô ligada às universidades, eu tenho duas ICs da UPE e fazem também o estágio no programa, mas eu sei que várias universidades hoje que é seleção faculdades privadas também.

4. Qual a sua formação e atuação profissional?

Minha formação é educação física. Aí, eu fiz, ao mesmo tempo, mas especialização em saúde pública, em saúde pública e atividade física, que era uma coisa que eu gostava e queria trabalhar com essa integração. O seguinte: eu fiz o mestrado em saúde pública, no Aggeu Magalhães. Atualmente eu tô fazendo meu doutorado em educação física e sempre estudando a parte da atividade física dentro da saúde pública e com educação permanente incluída nesse processo hoje. De 2013, até março de 2018, foi quando eu saí da coordenação do programa, tanto do nível municipal, quanto do nível estadual, porque eu também coordenava o programa Academias das Cidades estadual, então, eu saí de lá e fui para a Secretaria de Saúde, para coordenação de Promoção da Saúde, onde lá eu fiquei com a coordenação. Dentro dessa coordenação, eu fui referência para a Academia da Saúde, que engloba... Então, eu fiquei lá com outras atribuições também, atuando, em especial, na gestão da parte do programa, da parte dos programas de Promoção da Saúde, do programa de controle de tabagismo, rede do Hospital de Câncer e outras ações. Fiquei lá de 2013, até março de agora, 2018. Como esse

meu trabalho está relacionado com a escola de saúde pública e com alguns cursos que a escola promove, aí, esse ano, em abril, eu vim para cá e, hoje, estou na coordenação de educação permanente. Aí, a gente tem essa interface com o programa. Por exemplo, a gente está desenvolvendo EAD para os profissionais do Academia da Cidade e Academia da Saúde e todos os similares. Vai tá lançando, no próximo ano. Esse ano tá saindo o edital para a seleção de tutores, de seleção de tutores. Acaba a gente tendo uma interface com os programas, mas, hoje, uma atuação mais distante do núcleo da minha formação.

5. Quando começou os primeiros ensaios para a formulação do programa?

O programa foi lançado em 2002. Eu não sei o tempo ao certo, mas como minha pesquisa da especialização eu vi um pouco do histórico do programa, então, eu sei que ele foi implantado, não é, o programa Academia da Cidade, em 2002. Mas que ele veio de um programa, não é, que já existia na Universidade de Pernambuco, de extensão, que era o Exercício e Saúde. Então, essa é a história que eu mais me aproximei, poxa, que já tinha um programa, que era um programa de extensão, Exercício e Saúde, em algumas praças, que já desenvolviam trabalho, porém, estava limitado no ponto de vista de ampliação. E, aí, na gestão do PT, quando ele assumiu, vamos trazer esse programa, ampliar ele para o território e dar uma cara mais voltado para a saúde pública. Então, em 2002, ele foi implantado com esse nome. O primeiro polo foi em Jardim São Paulo, o segundo polo foi o de Boa Viagem, que eu trabalhei e teve várias organizações durante esse tempo todo. Eu sei que, no começo, ele tinha médicos, tinha vários profissionais, tudo junto, e foi mudando, e, em 2006, já tinha só educação física e nutrição e, agora, só profissional de educação física que faz articulação com a educação básica. Mas o que eu sei da sua implantação, eu não vi. Vi, mas o que eu sei da minha própria, eu conversei com professores da UPE, que eles compraram um pouco dessa história, que tem esse programa, que teve essa necessidade de ampliar... Precisou tirar o nome, pegou um pouco da expertise da universidade, mas, ao mesmo tempo, quando cresceu, novo nome, novo processo, também criou-se rinchas entre os envolvidos. Então, é isso. Mas foi nesse tempo, não sei a data e o ano do Exercício de Saúde, mas ele foi anterior que deu início. Isso é o que eu sei, porque cada um conta uma história e cada um quer ser o pai do programa, e ele só tem o pai e a mãe.

6. Em sua opinião, qual o objetivo principal do programa?

Promover a saúde.

7. Você acredita que esse objetivo está sendo atingido?

Em partes, em partes. Eu acho que ele consegue e ele não consegue totalmente, exatamente por todas as limitações que não está só para ele, o programa Academia da Cidade, mas está para todos os serviços de atenção à saúde de uma maneira geral. E, aí, a gente envolve a rede como um todo, desde a formação dos profissionais, desde a gestão, desde o político partidário. Se a gente olhar o programa hoje, ele está sendo esmagado, sendo deixado à míngua. Quando a gestão atual não consegue entender que a gente não precisa brigar, precisa agregar, precisa se unir, precisamos disso, precisamos daquilo, então, vamos. O que é que tem de bom nisso e o que é que tem de bom naquilo? Não é só porque outra gestão que implantou que eu vou abandonar, vamos dizer que eu melhorei esse também, esse tem seus benefícios hoje... Então, é por tudo isso, é por tudo isso que ele alcançou e impactou onde as pessoas resistem, onde os profissionais resistem, onde os gestores resistem e usuários existem. Ele alcança isso muito bem.

8. Você sabe como foi ou como está sendo o processo para obter financiamento?

Na época que eu era profissional, eu não me aproximava muito disso, mas eu sei que todo o financiamento do programa se deu pelo município até 2011. A partir de 2011, com o lançamento do programa Academia da Saúde, na verdade, antes de 2011, o município conseguiu fazer uma parceria com a Secretaria das Cidades, que implantou 21 polos. Até aí, eram todos os polos financiados. Eles eram construídos, custeados pelos, pelo município, com lançamento em 2007 do Academias das Cidades. A partir de 2008, o programa de Recife já conseguiu fazer parceria com a Secretaria das Cidades e implantou mais novos 21 polos. Então, a parceria com a Secretaria das Cidades. Mas o custeio continuou com o município, quando, em 2011, foi lançado o programa Academia da Saúde. Então, Recife solicita o custeio para os seus polos. Ele solicitou o custeio em 2011 e solicitou o custeio em 2013, e foi aprovado em todos. Então, hoje, Recife tem, se a gente olhar assim, a gente tem 21 polos que teve construção e financiamento do estado e, hoje, tem 37 polos que têm custeio de três mil mensais para suas atividades do programa no município, fora o financiamento que precisa acontecer do município como um todo. Por que esses três mil não dá conta de tudo? Ao longo dessa parceria houve algum reajuste? Nada, é esse valor para sempre. Agora, com relação ao custeio, com relação à distribuição dos polos, ele sempre variou de acordo com o espaço. A gente tem polos menorzinhos e tem polos monstruosos, cheios de... Eles têm a mesma estrutura, mas, se você for, por exemplo, no polo de Roda de Fogo, você vai ver que ele é uma estrutura imensa e, em diversas partes, ele tem pista, ele tem campo, tem a quadra, tem várias

coisas, mas, se você for, por exemplo, para o de Treze de Maio, que foi construído na mesma época, ele não tem essa estrutura toda, ele tem uma estrutura diferenciada, apesar de ser grande.

9. Hoje, todos os polos do programa Academia da Cidade são polos do programa Academia da Saúde?

Não, só 37, que eu acompanhei, porque pode ter tido alguma mudança e porque a gente tem alguns polos que não entra dentro das características de polo similar para receber o recurso e ser caracterizado. Por exemplo, o polo Ermínio de Moraes, o polo da UPE, ele não entra. O Sítio da Trindade, pela sua estrutura... Decorado eu não lembro todos, mas eu sei que são 37 até então. Onde eu estava, tinham sido habilitados como programa Academia da Saúde.

10. Ele tem apenas com recurso municipal, enquanto os outros recebem?

Isso. Esses outros que não tem, recebem só recurso municipal. Os outros, os três mil mensais.

11. Você sabe se o programa foi replicado em outras cidades?

O Academia das Cidades que eu sei, quando eles foram iniciados, eu não sei se partiu daqui, eu não sei se foi ao mesmo tempo, não é. Assim, a gente sabe que tem Academia da Cidade de BH/Belo Horizonte, sei que tem de Aracaju e que, aqui em Pernambuco, a gente tem o Cabo, e que foi implantado em Paulista com outro nome. Mas eu digo que, em ampliação nacional, foi realmente o Academia da Saúde, porque assim, se for pensar em estado, que é o que a gente pensa depois do Academia da Cidade, teve a implantação estadual do Academia das Cidades. Foram replicados em todas as cidades do estado de Pernambuco. Acho que não tem, até hoje, um pouquinho mais de dez. Não tem porque o município não fez o mínimo que ele podia fazer para construir um forte, então, eu digo assim, a partir de Recife, ouvir replicação para o estado e a partir do estado e das experiências e outros municípios, houve a replicação nacional com outras características, dando um tom diferente para lá e para cá, seja cidade, cidade ou saúde, a essência é promover a saúde das pessoas.

12. Você sabe dizer se o próprio ele recebe algum tipo de recurso de outro programa?

O que eu sei é que os profissionais estão até brigando para receber recursos do PMAC também, mas, que eu saiba, eles não têm de outro programa. O PMAC, se eles alcançar tal, tal, tal meta, eles receberiam... Eu não sei... Pode ser que eles recebam.

13. O programa Academia da Cidade serviu como modelo para algumas elaborações de propostas de programa?

Sim, na minha opinião, sim. Ele serviu de modelo para ser criado no estado, tanto que o secretário de saúde, na época em que foi criado o programa Academia da Cidade, quando ele foi para a Secretaria das Cidades, ele disse assim: “poxa, a ideia está sendo tão legal, está funcionando tão bem em Recife. Por que a gente não replica, a gente não compartilha por mais cidades de Pernambuco?”. Então, foi assim que foi feito todo o processo e os benefícios mandando a cara. Cada realidade é isso, a diversidade vai acontecendo em cada município, mas ele serviu de modelo sim.

14. Como é, hoje, a manutenção, o funcionamento do programa e os recebimentos de recurso em relação com o PAS?

Os recursos vão para o município, que é responsável pela manutenção dos polos. Então, o município pode tanto para pagar os funcionários, como para fazer a manutenção do polo. A manutenção de todos os polos, ela se dá pelo mesmo município, é uma gestão municipal. É por isso que a gente vai ter algumas limitações, a gente vai ter municípios que vai fazer sua manutenção regular direitinho, ou os que vão abandonar, os que não vão fazer, os que vão fazer de conta que utilizam o recurso para o programa, mas se dá pelo município a manutenção...

15. Como é a relação do programa Academia da Cidade com o programa Academia da Saúde?

De Recife, do que eu sei, não é. Eles não têm, a gente não consegue separar bem cidade e saúde. Na verdade, eles são juntos, eles são cidades, cidades e saúde. Eu acho que o programa em Recife é um dos que mais se aproxima das grandes diretrizes e objetivos do programa Academia da Saúde, pensando porque Recife tem a história, Recife tem profissionais concursados e 30 horas que já têm uma história dentro da rede, resistem à participação em conferências, como eu estava comentando de quando eu era profissional... A gente tinha essa atribuição também de fazer essas ações, então, eu não consigo ver essa separação, eu consigo ver que Recife tem uma história acrescentada pela história do Academia da Cidade. É como se fosse agregando valor ao programa em Recife, então, eu penso assim, essa relação se dá de uma forma muito positiva e, pensando também aqui no nível nacional, sempre é referência. Quando se quer algo de referência no âmbito nacional, sempre recaem a solicitar apoio de Recife. Na verdade, eu digo de Recife, de outros estados e de outros municípios de

Pernambuco. Como eu estava na coordenação estadual, então, a gente sempre via quando eles queriam alguma coisa; tinha que passar pela gente.

16. Você sabe da existência de registros e relatórios que provem que o Academia da Cidade recebe recursos provenientes do Academia da Saúde?

Tem sim, agora teve uma mudança no piso da atenção básica, mas, até então, essa mudança, que virou um bloco só, até então, você consegue facilmente qualquer pessoa. Não precisa ser da gestão, de nada. Entrar no site do Fundo Nacional de Saúde você consegue acessar todo o recurso que o Academia da Cidade recebe como Academia da Saúde, pagamento pelo Fundo Nacional de Saúde. Os que são habilitados para construção também tem outro sistema. Então, Portal Transparência também você consegue conferir tudo isso, do que gasta, do que não gasta... Hoje é muito acessível essas informações.

17. Você sabe informar se, além desses recursos que a gente falou, desses financiamentos, quais outras influências que o PAC tem recebido do programa Academia da Saúde?

De recurso, só tem esse. Eu não sei recurso sem ser financeiro... Eu acho que o programa Academia da Saúde, e isso não só no âmbito nacional, no âmbito estadual, pensando nessa história, quando eles promovem seminário, promovem algum movimento de estar repensando a prática. Ele tá valorizando o que os profissionais estão fazendo, valorizando o que a gestão está fazendo, valorizando o processo de trabalho. De alguma maneira, isso agrega um pouco de aspectos positivos dentro do programa. Então, assim, se a gente for pensar programa Academia da Saúde, tanto no âmbito estadual, como no âmbito nacional, que eles ajudam nesse sentido. Porque financeiro só esse mesmo, sabe. O estado não financia nada, a não ser as formações, então, eu acho que, quando o nacional faz esse acompanhamento, promove seminários, transfere sim um pouco de valor. E, no estadual, uma coisa. Porque também tem acompanhamento, a gente tem monitoramento... É um estado que tem monitoramento próprio e, quando a gente monitora, a gente consegue avaliar e dá um retorno para o programa, a gente sabe o quanto que o Recife já avançou nesse processo de monitoramento a partir de experiências do estado, não é. Eu acho que é isso, é transferir valor, não necessariamente valor financeiro que... Que é o que a gente já sabe que é padrão, e é isso mesmo.

18. Quais os objetivos e princípios que o programa Academia da Saúde tem influenciado no funcionamento do PAC? Você percebeu alguma influência?

Eu acho que Recife, ele já pensou grande nessa perspectiva mais ampliada de ser para além da atividade física... Atividade física, ela ser um meio de atingir outros objetivos, ele já nasceu assim. Mesmo com essa história da forma do exercício, mas acho que ele já nasceu assim. O programa Academia das Cidades, eu acho que ele agrega um pouco do ponto de vista assim... Ofertar outras atividades que não seja aquelas atividades mais tradicionais, exercício, mas outras com aspectos culturais importantes. E, quando veio o Academia da Saúde, eu acho que... Que valorizou, que reforçou o polo, não é, que é um serviço com a unidade de saúde da família dentro de uma rede que precisa conversar com essa rede, ele precisa seguir os princípios do SUS e pensar isso, as diretrizes também, do Sistema Único de Saúde. E eu acho que isso reforça o Academia, que nasceu com esse desejo, mas fazia ainda de alguma forma limitada, mas foi aumentando. Nesse sentido, pensar que a atuação desse programa, não é, precisa estar alinhado a essas diretrizes maiores, a promover a atividade física sim, mas, também, falar em promoção da saúde. É muito mais do que atividade física quando a gente tá ali para discutir moradia, quando a gente tá ali para discutir... Para discutir as questões sociais, para trabalhar o social... Então, é um pouco disso. Eu penso que transferiu sim o Academia da Saúde, ele reforçou esse processo e qualificou o programa.

19. Você sabe da existência da formação continuada? O PAS tem promovido formação para os profissionais do PAC?

O Academia da Saúde, no ponto do vista do que eles vêm fazendo, eles só conseguiram fazer seminários pontuais, presenciais, mas eles promovem cursos EAD que, antigamente, era um curso EAD de promoção da saúde, mas eu não vou saber a data ao certo. Mas, posteriormente, esse curso EAD de promoção da saúde, ele focou em um eixo do Academia da Saúde, então, ele falava de promoção da saúde, depois ele focava aquele conteúdo para a intervenção do Academia da Saúde. Então, do ponto de vista de educação permanente, o que eles promoveram foram seminários que ficam bem pontual, foram bem pontuais, sistemáticos mesmo... Foi esse EAD que eles fizeram, foi o Ministério com outras universidades.

20. Você sabe da frequência?

O curso, do que eu lembre, ele tinha uma oferta anual. A oferta é pública, libera as pessoas, se cadastra e pronto. Tem o desejo de querer ou não, e os seminários, eu lembro que eram dois assim... Não era pra todo mundo, porque vem pessoas de todos os estados, então, era uma

quantidade pouca, do Academia das Cidades... Do ponto de vista estadual, a gente teve um seminário em 2013, no próprio ano quando eu entrei. Lá, a gente teve em 2014, anual, e a perspectiva dele ser anual. Só que, em 2015, com a mudança de gestão, a gente não conseguiu fazer isso, aí, como foi que a gente fez? Continuou anual, só que sem ser seminário, ser por encontros, por macro regionais. Então, até hoje acontece os encontros por regional no estado liderado pelo estado, que são as de monitoramento e oferta também, monitoramento, oferta, uma formação e, sempre, no final do ano, faz uma amostra de experiência. Isso desde 2015 vem acontecendo anualmente no estado, aí, isso o estado faz agora. Município e o âmbito nacional não consegue ainda, acho que porque... Porque uma coisa é algo pequeno, uma coisa é para o Brasil todo.

21. Sobre a questão dos recursos humanos, a gente sabe que não teve mais concurso. Como é que é esse cenário?

Até onde eu acompanhei o programa hoje, ele, na época, era mais ou menos assim: cento e cinquenta e pouco profissionais, mas, quando você vai fazer a conta direitinho, você vai ver... Tem um monte de profissionais desse que já saíram, tem um monte de profissional desse, como eu, por exemplo. Estou à disposição desde 2013 e, mesmo antes de 2013, desde 2009, eu não estou no polo, eu estava na gestão. Então, tem um monte de profissionais concursados, tem um monte de profissionais de licença médica e tem... Aí, fica oito profissionais à disposição na gestão e ficam os poucos profissionais sem concursos nos polos. Então, a gente tem uma defasagem de ter muitos polos que funcionam com apenas um profissional. Isso é muito ruim, a gente tem polos sem alguns turnos que não funcionam... O que eu sei hoje: uma defasagem enorme de profissionais e eles tentam fazer, tipo... Você, que é do turno da manhã, você trabalha também à noite, e eles conseguirem pagar esse profissional por outras formas só pra não deixar o polo fechar, eu sei que eles fazem isso, e é bem ruim.

22. Existe, hoje, contratação?

Eles não contratam. Eles só têm o concurso e pronto, eles não têm nenhuma contratação extra, a não ser o gerente, que é um cargo. Mas, o resto é tudo concursado. Nem fizeram seleção, nada, só trabalha no programa quem é concursado, tirando o gerente que é.

23. Tem previsão, tem conversa de contratação?

O que eu sei: na última conferência, os profissionais e usuários pautaram isso para ir para o relatório e conferência. Quando ela foi aprovada, parecem que tiraram algumas coisas, mas

dizem o que a gente sabe das reuniões de conselho municipal: é que vai ter o concurso como o academia, ele tem representação... Então diz que vai ter o concurso no Recife para área de saúde e, dentro dessa área, dentro desse concurso, vai ter profissional do academia, e já com o ajuste, que é profissional da academia do polo e profissional do academia para o CASP. Eles também brigaram no sentido positivo de profissional de educação física para o NASF, porque Recife é o único município que não tem o profissional de educação física no NASF. Eles entendem que o profissional do PAC...

24. Em relação ao NASF, como você vê essa aproximação?

Eu acho que, hoje, eu acho que o PAC sempre buscou essa aproximação, mas, como as características do programa, ele tem um horário bem diferenciado de desenvolvimento. A gente tem essas limitações de atuação da equipe com os horários que o polo funciona, mas hoje eu vejo o que eu acompanhei. O programa tem tido uma relação em alguns distritos muito mais próximos do NASF do que na minha época, e isso se dá de diversas maneiras. É a própria aproximação com a coordenação distrital. Acho que continua, mas acho que é uma atuação que precisa estar alinhada, que precisa estar unida, mas como ainda o academia parece em alguns lugares como se fosse um serviço à parte da rede, e não dentro da rede, aí, eu acho que acaba distanciando essa aproximação, esse trabalho mais conjunto.

25. Em relação à transferência de política, se o PAC serviu como modelo, você recebeu visitas na época em que trabalhava, por exemplo, de gestores, formuladores de outros estados?

Então, em Recife eu não vou lembrar agora, mas a gente recebeu muitas visitas de vários... De outros municípios, de outros estados. Eu lembro que a gente ganhou alguns prêmios exatamente por isso, mas a gente sempre recebeu muita gente de fora para conhecer o programa e, no estado, eu fui convidada para vários outros estados. Eu lembro agora de Roraima, Maceió... Eu lembro de Santa Catarina, eu lembro Rio Grande do Sul que eu fui... São Paulo, Brasília... Eu lembro de vários que eu, enquanto responsável técnica da equipe de Pernambuco, eu fui muito convidada para contar um pouco da experiência, e eu levava comigo a experiência de Recife, obviamente... Então, a gente sempre foi convidada pra contar um pouco dessa história e contar um pouco o que a gente fazia aqui, por que que a gente tinha... De alguma maneira, se diferenciava de outros estados, né, que os de outros municípios. É... A gente teve muito isso em Recife, a gente recebeu muita gente, e não só do Brasil, a gente teve uma equipe de San Diego, que queria implantar lá. E eles vieram para

conhecer, passaram dias e dias com a gente, acompanhando o professor do polo para implantar lá o Academia da Cidade, lá em San Diego.... A gente conseguia sim fazer essa transferência, pensando de política, como que a gente fazia e como a gente conseguia compartilhar com os outros, e eles iam levando isso.

26. O nome Academia da Cidade, a gente tem outras iniciativas que surgiram depois da Academia da Cidade do Recife em outros estados. Você tem alguma opinião a respeito? Por que ou se você tem uma opinião por que eles têm o nome similar?

Eu acho que é um nome bem... Eu acho que mais num sentido de demarcar mesmo e, assim, a Academia da Cidade é uma coisa que vai levar a história daquele que existe em Recife. Eu penso que é isso, apesar de muita gente não gostar do nome, porque a academia já lembra exercício e parece que a gente se resume em exercício. Eu sempre digo brincando: se a gente fizesse muito bem exercício aqui e alimentação saudável, se o problema fosse só isso, meramente isso, e fizesse bem, a gente estava muito... A gente não estava com essas doenças que estava hoje. Então, acho que muita gente tem essa crise com o nome, mas eu, ao meu ver, não acho que é um nome que diz que a academia é nossa. É da cidade. Então, se ela é nossa, acho que a gente pode fazer ela de uma maneira diferente, a gente pode fazer, promover a saúde das pessoas nesse espaço, que não é meu, nem teu, é da cidade. Acho que é bem legal por isso. Acho que as pessoas foram levando o nome porque não dizia qualquer coisa, dizia uma coisa importante: o espaço para fazer exercício, atividade física, para a gente compartilhar sobre saberes, para falar sobre cultura, sobre aspectos sociais, para cuidar um do outro, para sair de casa, para não fazer nada... Mas o principal era que era nosso, era da cidade, era uma coisa que a gente podia tanto viver junto, como construir junto. E é por isso que foi levado Academia das Cidades e, por isso, que ficou o nome Academia da Saúde...

27. Houveram mudanças de gestão na cidade do Recife. Você presenciou, teve alguma barreira que quase deixou para trás o Academia da Cidade?

Então, eu participei de três gestão, lógico... Como foram semelhantes do mesmo partido, a gente teve diferença de condução, mas não houve desvalorização do programa. Ao contrário, a gente teve uma valorização à medida e à maneira de cada gestor do mesmo partido, não é, que foi o dos trabalhadores, que, mesmo sendo pessoas e equipes diferentes, a gente tinha um direcionamento de valorizar aquele espaço, de valorizar a construção coletiva, de valorizar todo esse processo de trabalho, que foi construído desde 2002, como a gente tinha. Do PSD, aí eu acompanhei só o comecinho, e, no município, eu acompanhei 2013 pra cá. No estado,

infelizmente foi isso. É... Eu fico triste porque eu acho que nenhum partido precisava acabar ou desmerecer o que o outro fez. Se isso é bom, se não presta, a gente refaz, a gente vê como é, analisa... Mas o programa não é brincadeira, o programa não está esse tempo todo por nada, o programa tem uma história e tem muitos benefícios para a população. Não sou eu que estou dizendo, são as pesquisas, são os usuários, os profissionais... Então, desmerecer, desvalorizar, querer apagar uma história que essa gestão tem feito, criando outro programa que a gente... Mas a gente não pode desmerecer o outro, a gente tem que pensar em custo benefício, então, como a gente agrega no lugar de separar, isso é o que essa gestão está fazendo, desde que ela entrou. E o programa ainda não acabou, porque... Exatamente porque ele não é brincadeira, ele é resistente a isso e ele é resistente porque as raízes dele são bem profundas e são bem profundas por causa dos usuários, por causa dos profissionais e por causa dos gestores e coordenadores. E, juntos, cada um com sua maneira, cada um com suas realidades, a gente sabe... Todos profissionais são bons, não todos os usuários são atípicos, bons, todos os coordenadores são bons e maravilhosos, não. Mas são eles que fazem o programa não morrer, além de não datar. Mas com os profissionais, que é a associação dos próprios profissionais de educação física da academia, mesmo que tem uma perspectiva de se tornar sindicato, de um tempo para cá tem muito protagonista nesse processo de não deixar morrer, então, é outra que eu digo. A PEF também tem sido muito diferenciada nesse processo, então, a gente está resistindo, resistir é a palavra, mas não tem sido fácil e a gente percebe, todo momento, que eu estou com eles eu percebo o quanto eles estão cansados e cansa, e aí espero que, quando um cansa, o outro levante, quando o outro levante, o outro já cansado, enfim, para que a gente não deixe essa estória morrer.

28. Certo, por fim, o que hoje o programa Academia da Cidade teria como necessidade para realmente suprir tudo? O que precisa hoje o PAC para continuar se mantendo, com qualidade, satisfação para quem trabalha e para os usuários, o que ele precisa hoje? Para continuar, então, primeiro, é isso: a gestão política partidária do município precisa abraçar o programa. Quando ele abraça o programa, a gente vai deixando de sentir. A própria gestão do programa precisa também se organizar para estar ocupando cada vez mais os espaços dentro da rede de saúde para que essa ação, ela tenha qualidade e o programa consiga desenvolver sua ação cada vez mais com qualidade. Está relacionado à qualificação dos profissionais, à qualificação dos usuários, mas que, pra que eles vêm fazendo isso, só que de forma, porque a gestão é difícil ir de encontro a esse processo.

29. O que você acha dos estudos e pesquisas?

Eu acho que elas são fundamentais para alicerçar mesmo o que vem fazendo. Não ficar na minha fala ou de um ou outro que a gente gosta do programa. Eu acho que as pesquisas são fundamentais para alicerçar mesmo o que o programa está fazendo, e que tenham as que já aconteceram, que tenham tantas outras e que, cada vez, a gente possa tá apresentando, não é. Para os gestores, no ponto de vista dos benefícios para saúde, a gente precisa avançar. Eu acho que, por exemplo, a gente, academia, ele é muito cobrado por isso. Quanto que o programa consegue, x ou y de aspectos de saúde, melhorar tanto e tanto... Infelizmente porque a gente sabe que saúde é uma... Se a gente pensar na oitava conferência, e pensar no que é saúde, não é no conceito de saúde, a gente... Coitado do programa se ele desse conta de todos os aspectos da saúde, mas é um pouco disso assim. As pesquisas, elas precisam dar conta dessa parte, precisa dar conta de custos, precisa dar conta disso que você está estudando, a questão do quanto ela está influenciando. Mas acho que o principal é ter... Ter e que dê às pesquisas, ela dê norte de dizer: vocês estão indo por aqui, está bom, mas, por aqui, parece que precisam melhorar. As pesquisas precisam exercer esta função, que está mais para além do ponto de vista teórico, sabe, Érica. Precisa ser do ponto de vista social, o papel social mesmo da nossa produção acadêmica, porque, às vezes, a gente produz, produz, publica, publica, publica e não consegue ver nada na prática. E, aí, isso que é ruim na pesquisa, quando a gente não vê a mudança na prática. Acho que as pesquisas precisam acontecer nesse sentido.

ENTREVISTADO 02 – COORDENADOR PAC
(08.2018 – Recife)

1. Quando você começou a trabalhar no programa Academia da Cidade?

Eu tenho a mesma idade do programa. Desde 2002, na verdade. Eu venho do Exercício e Saúde. Eu fui estagiária voluntária. Na época, era no polo da Jaqueira. Meu professor que me... Como eu vou dizer? Que era meu tutor, não é. Era da minha sala também, mas ele tinha mais experiência na área no Exercício e Saúde, que era Jaime, Jaime... Depois, passou no concurso da Academia da Cidade e, ano passado, ele faleceu por outras questões, não é. E eu tive esse privilégio de ter Jaime como meu tutor no Exercício e Saúde. Eu passei, acho que foi um ano, mas deu pra entender a dinâmica e depois eu fui chamada para a Academia da Cidade. Em 2002, eu comecei em Boa Viagem. Na época, as funções eram bem segmentadas. Você era avaliador, tinha o grupo de professores de ginástica em contrapartida, tinha o

programa multiprofissional, tinha médico no polo, tinha estagiário de medicina, de nutrição e tinha acadêmico de nutrição também. Eu acho que são dezesseis anos de academia. No caso, quinze, né, porque, quando teve o concurso, eu passei o ano fora, eu não fiquei na primeira remessa de profissionais. Chamou até oitenta e um, aí eu passei um ano para chamar a segunda remessa. Quando chegou a segunda chamada, eu entrei e voltei. Aí, voltei para o polo Ipsep noite, como professor, mas, aí, nesse formato de concurso público, já mudou algumas coisas. Por exemplo, você não era professor no programa de avaliação física e ginástica, você era professor. Você vai fazer tudo, só organizar o processo de trabalho, e entrei no Ipsep noite.

2. Quais eram as suas responsabilidades?

Quando eu era de Boa Viagem, que era avaliador, que era tudo separadinho, eu só fazia avaliação. Agora, lá, que eu me meti porque minha formação... Acho que fui uma das únicas que era plena. Eu sou assim, cara de novinha, mas eu sou velha. Minha formação é plena, então, assim, se precisasse dar aula, eu estava lá, dando aula. Mas a gente tinha rotina de ter reuniões nos polos, de fazer avaliação. Fazia uma educação em saúde que, naquela época, em 2002, não tinha orientação, que a gente tem hoje é até pelo SUS, orientação pelo SUS. Tem um GT de educação em saúde no capítulo de Humaniza SUS, e tem todo uma orientação. Naquela época, a gente não tinha nada por escrito e, intuitivamente... Eu não gosto de dizer essa palavra não, porque parece que é ao acaso, mas a gente fazia essa questão de abordagem em educação em saúde com o usuário porque a gente queria complementar a ginástica. Hoje, a gente tem toda uma literatura, mas, naquela época, não tinha. A gente participava de educação em saúde com os usuários. Eu também dava aula, acompanhava caminhada, fazia tudo, né.

3. Qual sua formação profissional?

Educação física. Me formei na UPE e foi uma das últimas turmas de plena, que são o bacharelado e licenciatura.

4. Hoje você continua com essa mesma formação?

Eu fiz uma pós [graduação] em fisiologia do exercício e uma pós [graduação] em exercício físico e saúde pública, e uns cursos voltados para o SUS.

5. E, hoje, qual é a sua atuação, seu cargo?

Então, de 2008 até 2016, eu estava na coordenação do Distrito 6. Aí, em 2017, Ricardo me chamou para ser apoio de... Que é o cargo de apoio técnico da coordenação geral do programa Academia da Cidade. E, pronto, tô aí vai fazer um ano. Já fez um ano e eu tô nessa parte mais nível central... Tô aqui na GAB, o meu ponto de trabalho é aqui, mas, aí, a gente pode fazer a agenda dos distritos de acordo com a necessidade. Às vezes, a gente precisa ir fazer uma sensibilização específica com gerente do distrito, aí a gente também vai para o distrito.

6. Certo. Vou começar a falar um pouquinho do programa desde sua formulação. Quando começou os primeiros ensaios para a formulação do PAC?

Bem, como a gente era desde do Exercício e Saúde, a gente sabe que não começou em 2002. Teve todo uma interlocução do programa Exercício e Saúde. Era um programa de extensão da universidade, então, um programa de extensão, ele não tem esse compromisso de estar voltado, ligado à rede de saúde. É um programa que tem... Que dá conta das metas dele, tem uma outra... Outro objetivo. Não significa que ele é ruim ou bom, é melhor ou pior, é porque ele, dentro de uma universidade, ele tem outro objetivo do que se tivesse fora. Mas a gente sabe que teve algumas ligações, algumas conversas e reuniões com os professores da UPE, diretamente com o secretário de saúde que, na época, era Humberto Costa e, aí, como era PT e estava início, não sei se era João Paulo, e João Paulo, ele é muito sensível a essa questão de atividade física, ele é bastante ativo nisso... E, aí, tornou-se a proposta, veio para o município, dentro da Secretaria de Saúde, que é inovador, mais uma coisa inovadora do programa, porque, no Brasil inteiro, não tinha nada ligado à Secretaria de Saúde. Tudo era voltado à Secretaria de Esporte ou Educação... Não tinha. Então, foi um *plus*. A gente vim para a prefeitura, na pasta da Secretaria de Saúde, foi super estratégico, foi super positivo para... E fez diferença na nossa vida hoje, até hoje. Então, a gente sabe que teve uma vida, o programa. O programa Academia da Cidade teve uma vida para trás, que eu não sei te dizer nomes... Sei que Humberto estava no meio e professores da UPE também, mas eu não sei te dizer mais nome. E PT... Mas foi por aí mesmo. Quando ele veio para o município, ele teve que ter outra cara, porque ele já vai entrar dentro de uma rede de saúde e ele precisa ser mais um ponto, uma unidade de saúde, mais um ponto de atenção à saúde. Aí, ele precisa tomar outra cara, então, ele tem que conhecer o que é um território, o que é uma rede, conhecer as outras políticas. E a gente foi aprendendo com o passar do tempo e, mesmo que a formação da gente, naquela e ainda hoje, né, não trazia nada, nem visão nenhuma, eu lembro que, em 2005, foi quando a gente começou. A coordenadora, que era Geórgia, ela começou, porque ela era

psicóloga da rede faz tempo, aí ela que começou [...]. Aí, o programa teve que... Como mudou de extensão para um programa político do município, ele teve que se adequar ao cenário novo, não é. Então, foi só uma questão de ajuste mesmo, porque toda ideia, incrivelmente... Essa análise que a gente faz hoje, sabe, a gente olha pra trás e, meu Deus, o pessoal da UPE acertou muito, muito! Um programa gratuito pra população, um programa de parte aeróbica, complementando a parte localizada de exercício, com uma abordagem do usuário... Fantástico! Aí, os ajustes que teve foram pouco. Assim, não é. A gente teve que adequar rotina dos distritos sanitários, participar de reuniões, ir pra rua para conhecer a unidade de saúde, porque o vizinho, a unidade vizinha, ela precisava conhecer a gente, então, a gente tinha que ir lá. Até hoje, a gente faz trabalho. Na verdade, na verdade, não é. Porque a referência e contrarreferência, ela depende de você conhecer o outro, e você só conhece o outro quando você tá de cara a cara em um. É verdade. Não adianta você dizer. O médico, ele não vai referenciar você: olha, vai para o Academia da Cidade, como tem hoje por escrito, a gente até... Vou fazer até um quadro. O encaminhamento desse médico e de um plano de saúde particular. Também tem da rede de saúde encaminhando: vá ao Academia da Cidade fazer fortalecimento dos paravertebrais, usando a linguagem da gente, a coisa mais linda do mundo. Então, assim, prova que, assim, há muito tempo já, a gente tá lutando por essa referência e contrarreferência, que não é incipiente no programa Academia da Cidade em mediante a rede, mas não é um privilégio do Academia da Cidade. Todo mundo sofre. O usuário vai e, às vezes, não volta.

7. Certo. Você está desde o programa de extensão. Você fazia parte e, quando virou Academia da Cidade, as próprias pessoas que trabalhavam começaram a trabalhar no PAC?

Veja, vou falar por mim. Eu fui acadêmica voluntária. As pessoas que organizavam, organizaram a equipe, me conhecia e me chamou também. Quando eu entrei na academia, o vínculo era contrato temporário. Depois, foi para simplificado e, depois, teve concurso público. Foi essa graduação assim. Eu já entrei como professora, tinha acabado de me formar, aí entrei como avaliadora, aí depois teve o concurso público profissional de educação física no programa Academia da Cidade. As pessoas que eram do Exercício e Saúde veio também, o corpo docente, professor, os professores, vieram alguns, mas, aí, depois, o programa sofreu vários ajustes, aí, depois, ficou só o pessoal da prefeitura. Não foi assim, nessa automática, não. Teve uma seleção, aí, eu não sei, eu não participei, eu não fui uma das selecionadoras, entendeu?!

8. Certo. Então, na sua opinião, qual é o principal objetivo do programa e, se, assim, ao longo do tempo está sendo atingido?

Então, o objetivo do programa é contribuir. Ser uma política de promoção da saúde na rede de atenção básica, estimulando a prática de atividade física, alimentação saudável e lazer, e assim, na minha visão, você ir para o programa, você já tá exposto à prática regular de atividade física, não é? Então, considerando que a gente tem, não sei, tá na tela do meu computador, a quantidade exata de usuário, a média que a gente tem. Então, a gente pode entender que sim, está atingindo objetivo sim, precisa melhorar, precisa mais. A gente vem contribuindo bastante para essa ser mais uma possibilidade de atividade física para a população Recifense.

9. Como é o processo de financiamento do programa? De onde vem recurso para ele continuar existindo, para ele continuar a se manter?

Tem três, não é. Um que é o Academia da Saúde, do ministério, que é o custeio que a gente recebe... Um custeio para aqueles polos que estão inscritos no edital, mas não são todos, porque tem alguns polos da gente que não atende ao critério. Por exemplo, Alto do Capitão, ele não tem uma casinha, a gente usa uma sala dentro da unidade de saúde, que, para a gente, é super bom isso, é muito positivo, porque a gente tá trabalhando num local, que é de convergência do usuário. Vai pra lá, né, aí, tem uma quadra do lado, mas, infelizmente, ele não atende ao critério de... para ganhar esse custeio. E o da Academia das Cidades, que é do estado, a gente também é um custeio de construção, como custeio. E o do município é o do dia a dia, do cotidiano, RH, salário dos professores, a manutenção, a limpeza, a compra dos materiais... Se bem que a compra dos materiais, a gente já pode usar o dinheiro do ministério. Então, são três fontes.

10. Esses valores de custeio do PAS que você falou, ele sofreu algum reajuste?

Não. Vê só, quando a gente fala em... fala em construir polo, uma construção de uma casinha muda, não é? Eu não sei te dizer se teve variação na Academia da Cidades para construir polos. Acredito que sim, quando... Porque quando eu lembro os valores dos polos, eles variavam muito de um para outro.

11. E em relação ao custeio do PAS, esse valor que recebe todo mês?

Não. São três mil por mês. Que eu saiba, não, três mil por polo.

12. Desde quando começou esse custeio? Continuou os três mil até hoje?

É... Não, era dois mil e quinhentos por polo, depois, virou três. Não, sempre foi três. Se você quiser ver, verificar essa resposta, tem no edital, não é. Que eu sempre soube, era três mil... Se Ricardo tivesse aqui, ele responderia na lata, ele é que fica com essa parte mais próxima, ele é que entra lá em cima, entra e sai dinheiro é com ele.

13. Você sabe se o programa, ele foi replicado em outras cidades ou lugares?

Sim, a gente sabe que Humberto Costa tinha as amizades com outros secretários, outras figuras importantes de outros municípios. E houve um pedido de Aracaju, Belo Horizonte... Inclusive, para levar a experiência para lá e utilizar o nome também, Aracaju, Belo Horizonte... E falhou a memória agora, mas Wallacy sabe (risos), Flavio da Guarda (risos), se eu lembrar o terceiro, eu falo. Aracaju, Belo Horizonte.... Esqueci o restante. Pronto, teve esse. Até hoje, a gente se fala, inclusive a gente tá discutindo por telefone um detalhe do e-SUS, que é um sistema de informação e tem um tal de ficha de atividade coletiva que, pra gente, a operacionalização dele é complicado. Do jeito que é proposto, do ministério para o mundo, não é para o Brasil, mas a gente fez uma proposta e a gente tá amadurecendo essa proposta pra ver se a gente consegue modificar o sistema, e a gente sempre tem contato com o de BH, Aracaju, Rio de Janeiro. Não é Academia da Cidade, é Academia Carioca, mas, como a gente vai para evento assim, a gente acaba se conhecendo, não é. Antigamente, o Ministério da Saúde fazia evento e chamava esses programas de atividade física, facilitava muito o contato.

14. Então, você acredita, por exemplo, que Aracaju, o programa Academia da Cidade de lá, utilizou como modelo e se inspirou?

Isso, e depois deu a cara dele. BH foi do mesmo jeito. Eu até acredito que eles superaram em algumas coisas. Eles têm a própria casinha, eles têm o mesmo nome da gente, mas eles... eles avançaram em algumas coisas, tipo, integração entre a universidade. Se for procurar Academia da Cidade, tirando Flavio da Guarda, campeão de publicação da Academia da Cidade, você vai ver que BH tem publicação boa, principalmente na parte de nutrição. E BH tem nutrição, tem nutrição que eu saiba não, mas a ligação que eles têm com a universidade... eles produzem muito, muito artigo de intervenção que esse grupo de nutrição faz. Aí, eu vejo, assim, alguns avanços. Deram a cara deles, a cara da região deles e o formato também, não é. Eles usam aulas... por necessidade para hipertensos... Então, aquele horário, aquelas pessoas que tem as mesmas necessidades, eu acho que isso é um avanço para eles. Assim, deram a

cara deles. Nesse momento, voltando ao assunto, Aracaju e BH, eles vieram para cá, eles entraram em contato com você pessoalmente para tá olhando de perto o Academia da Cidade do Recife, e tá levando pra lá. Eu sei que teve contato de gestor, secretário de lá e secretário daqui. Eu não era da coordenação da época, eu não sei te dizer, porque, assim, de vez em quando, a gente recebe mesmo coordenadores gerais de programas querendo saber, conhecer o Academia da Cidade. A gente faz uma apresentação pra eles do programa, leva no polo, leva na unidade. Na época, a gente levava no CAPS... A gente... Até o ano retrasado, a gente estava, a gente saiu por decisão de categoria, porque ainda estava muito... como dizer... os processos de trabalho ainda estava muito ruim. Por exemplo, o CBO do professor de educação física não estava no sistema, no Brasil, não tem professor de educação física dentro do CAPS, no Recife, a gente estava em todos os CAPS. Se a gente quisesse que viesse um repasse do dinheiro, porque no CAPS tem repasse de dinheiro pela sua produtividade, a gente tinha que usar o CBO de outro profissional. Então, essas questão fizeram a gente sair do CAPS por uma decisão da categoria. Tem nada a ver com o programa. Então, a gente apresentava todos esses, todos esses eixos do programa para ele, mas, assim, eu não era da coordenação, mas eu sei que tinha contato de secretário mor com secretario mor.

15. O programa Academia da Cidade serviu de modelo?

Serviu de modelo o de BH, Aracaju e outro que eu não estou lembrando. E, hoje, eu tô pensando fora de Recife, de Pernambuco. Pronto, com certeza é Academia da Cidade e a própria Academia da Saúde, porque, antes de fazer, de montar sua estrutura nacional, eles vieram para cá com a equipe de San Diego do CDC, de algumas universidades do Sul, vieram muita equipe para captar informação, ter elementos para estartar o Academia da Saúde. Então, foi daqui, não é... Inclusive, eu participei da pesquisa, levei as americanas para lá e para cá (risos), e saiu, aí, em 2010, um monte de artigo de toda essa movimentação do CDC, junto com a universidade e Ministério da Saúde. Uma universidade do sul, que eu não lembro agora, vieram para cá fazer esse estudo, não é.

16. Em relação hoje ao programa Academia da Cidade e ao programa Academia da Saúde, como se encontra essa relação hoje?

Academia da Cidade, Academia da Saúde... Tem polos que têm as três chancelas, a logomarca da Academia das Cidades e da Saúde. Isso, para os usuários, é difícil de entender, mas para a gente, é super tranquilo, não é. Em relação ao nosso relacionamento com o Ministério da Saúde, a gente tem o privilégio de ter uma coordenadora lá que foi coordenadora geral da

gente, que foi Danielle Cruz. Ela não está mais com a pasta, mas tudo que a gente quer é pelo WhatsApp. Essa questão do e-SUS, eu tô compartilhando pra ela e o próximo passo é a gente pedir uma vídeo conferência, então, ela já sinalizou: se você quiser, eu aciono. Eu disse "eu vou precisar", porque isso não pode ser uma coisa só de Recife pedindo, não. Se a gente quiser que mude o sistema de informação para o Academia da Cidade, tem que ser Brasil, todo mundo pedindo a mesma coisa. E eu, a gente já acionou... Bota isso na tua pesquisa não (Risos). E todo mundo quer... achou a ideia muito boa, de vivenciar no formato, mudar nada pro sistema... são as mesmas informações, a única coisa que a gente vai mudar é a forma de registro e a leitura do pessoal que digita aqui... pronto.

17. Existem registros, relatórios de recebimento de recursos provenientes do Academia da Saúde? E onde a gente encontra, por exemplo?

Então, você pode ligar para Ricardo e fazer uma conversa por telefone, porque essa parte toda financeira é tudo lá em cima. Existe sim. Tudo é feito por edital, tem de ser legalizado, documentado, tem uma conta específica da Academia da Cidade, da Academia da Saúde para Academia da Cidade. Eu não sei depois dessa reforma de fundo a fundo, mas tinha uma conta da Academia da Cidade para esse custeio do Academia da Saúde, e tudo é organizado com relatório, tudo certinho.

18. Além de financiamento, quais outras influências que o PAC recebe, recebeu do PAS?

Então, eu posso apontar, do estado, ele... Academia das Cidades, a gente tem duas pessoas do nosso quadro lá, então, isso facilita também a interlocução. Por exemplo, o sistema de informação da gente todo, ele foi feito pela gente, mas teve um pessoal do estado, e lá tem uma pessoa, um nohal, que faz isso, e a gente aqui não tem, então, é caseiro, é tudo no drive, é... mas é nosso, é *on-line*, ele é funcional. Ele funciona de verdade e ajuda a gente mais rápido, e chega no usuário na rede. Então, a gente teve essa parceria em que eles tinham nohal e a gente não tinha. Então, como monitora PAC, o nome dos relatórios que utiliza é PACID. Com os relatórios deles, eles montaram pra gente fazer um relatório pra eles, então, fizeram pra gente o nosso relatório, porque quando a gente fala de estado, as informações que ele quer são informação mais gerais, não quer coisa mais detalhadinha não. E a gente quer, a gente precisa desse detalhamento, então, a gente foi é aprendendo a trabalhar com eles. A questão de trabalhar no *Google Forms*, não é. Aí, a gente foi aprendendo isso. Em relação ao Academia da Saúde, o que a Academia da Saúde influenciou a gente, toda a parte documental, que, muito embora a gente, desde 2002, a gente tem o nosso... nossa nota técnica, tem nosso

livro, mas nada publicado, a gente tem a publicação de todos os avanços do programa. 2002, foi criado, 2006, foi institucionalizado, 2011, virou uma política. Foi o professor de educação física na saúde, depois foi o concurso público... Mas a questão do processo de trabalho, o Academia da Saúde ajudou muito na parte documental, de organizar ideia e livro, manual, num sei o que... que veio ajudar muito e veio a questão da divulgação de um programa de atividade física, aí na sua porta veio divulgar. E a visibilidade, deu uma visibilidade diferenciada. Agora, a gente não tem mais uma visibilidade só de Recife, a gente tem uma visibilidade de apoio do Ministério da Saúde, não é.

19. Os objetivos e princípios do Academia da Saúde influenciaram ou influenciam os objetivos do PAC?

É a mesma coisa. Com outras palavras, os objetivos dele... Só a terminologia, por exemplo, a gente dizia assim: programa Academia da Cidade caracteriza uma política de promoção da saúde, de estímulo a hábitos e atividade física, lazer e alimentação saudável. Quando a gente vai ver, o objetivo do PAS é algo assim: programa de estímulo à atividade física, a práticas corporais, considerado como mais um ponto na rede de saúde. É só uma questão de terminologia que a gente, não é, vai aprendendo. Terminologia atual. A gente vai aprendendo, não é, estas termino... nos atualizando... A questão deles dividir em eixos também. A gente não tinha tido essa ideia, dividir em eixo. A gente sabia que a gente tinha várias frentes, a gente não chamava de eixo, chamava de frentes de trabalho, práticas corporais, educação em saúde, avaliação física, chamadas de frentes de trabalho. Aí, ele vem com a terminologia atual de SUS, eixos. Então, assim, a parte documental deles veio a limitar bastante o Academia da Cidade e, também, o que que alimenta é isso que Wallacy falou, a retroalimentação, não é. Eles promovem cursos, cursos à distância... A Academia da Saúde, voltada à promoção da saúde, então, assim... E isso, hoje, aqui em Recife, vale pontuação no PCCDV, que é o plano de cargos e carreiras. Então, tudo vai colaborando, tudo vai se encaixando, então, ao longo dos anos, vários professores já fizeram mais de uma versão. Eu já fiz duas vezes o mesmo curso, mas você vê que vai.... vai mudando.

20. A formação continuada do PAS promove formações para os profissionais do PAC?

A Academia da Cidade... Eu fico olhando o programa assim, como ele consegue ser tão avançado hoje em dia. A gente tem... Eu não tô me gabando não, é só uma constatação mesmo, é... O programa sempre teve encontro de educação permanente, mas não todo mês. A gente fazia reunião com os profissionais antigamente, era reunião de ginástica, o pessoal da

ginástica. Reunião com avaliadores físicos e estagiários era no sábado de manhã, só pra estagiário... Então, era uma formação de estagiário que a gente fazia, a gente fazia trabalho com estagiário diferenciado. Estagiário que entrasse aqui, ele, realmente, se ele quisesse, ia sair muito preparado. Aí, hoje em dia, não. Desde dois mil e tanto, continuou, mas, hoje, foi se adequando à terminologia de encontros de formação. A linguagem não é essa... encontro de formação. É outra coisa. A gente teve que se adequar à linguagem do SUS, em que formação é só formação na educação, na saúde, que é só formação... E essa parte de... educação permanente sempre fez. Agora, a gente vem qualificando... Era uma questão muito técnica, a gente via coisas técnicas, só não... não é mais o foco, era o serviço, mas não era uma coisa muito qualificada, até porque a gente... Hoje a gente consegue falar: bastam. Trazer as políticas para nosso encontro de educação. Por exemplo, esse ano a gente teve saúde mental, levou a equipe de saúde mental para falar, a gente continuou a falar, continuou nas reuniões distritais da gente, que é coordenação. Encontro de educação permanente são todos os professores; distrital, só professores daquele distrito e seu coordenador... Que mais, então... Ao longo dos anos, a gente tá tendo esse privilégio de trazer as políticas para falar da política dela dentro da nossa política. Eu acho fantástico.

21. Em relação ao planejamento das atividades que são realizadas no PAC, desde quando ele começou depois que veio o PAS nos polos? Onde tem esse convênio houve alguma mudança por exigência?

Ai, é uma percepção minha, não sei se do coletivo, porque eu tô desde do início, desde sempre, mas essa temática, ela é um nó, porque eu... Às vezes, você quer fazer o modelo lógico do programa, um desenho do programa, ou conseguir fazer uma ferramenta de monitoramento que vai ajudar. A prefeitura... você tem que correr atrás. Foi até uma crítica que eu fiz numa apresentação, fiz anteontem, apresentação da política, que eles queriam saber quais formulários que as políticas aqui da GAB usam para monitorar sua própria política. Aí foi uma crítica que eu fiz: “oh, vocês tão aqui, ótimo... A gente precisa de ajuda para montar essa questão de planejamento, e eu não tenho planejamento das atividades não, porque a gente domina muito bem, a gente quer esse *plus*, a gente quer fazer algumas coisas que a gente não tem... Vocês, que são técnicos na área, deveria ajudar a gente, vocês sabem as dificuldades, são vinte e quatro políticas aqui dentro na GAB, a gente sabe a dificuldade que tem deles, equipes reduzidas”. Mas, esse ano, ai, eu vou falar especificamente esse ano, que eu vejo um avanço... O planejamento de polo e coordenação de área com os professores e usuários também, não é. Tem usuário também, precisa ter usuário no meio. Do programa, a gente

começa a fazer... Ah, parece que o programa, em novembro, termina em dezembro. A gente faz isso com professores, dezembro a gente fecha esse consolidado, a gente faz uma semana e, esse ano, a gente trabalhou com a planilha de monitoramento cedida... Olha, já vem o estado de novo, tá vendo? Retroalimentando o programa. Eles cederam para a gente a planilha de monitoramento, não é, de planejamento, é... de monitoramento, que ela é uma visão do ano todo com as atividades e o *status*... Como é que eu vou conseguir essa atividade aqui? Então... Durante o ano, a gente faz de quinze em quinze dias no núcleo gestor. A gente pega essa tabela e vê: daqui a dois meses tem o que? Tem esses dois eventos. Vou fazer o que ontem mesmo a gente fez, isso. Aqui tá dizendo que é pra ter uma nota técnica em agosto, no seminário dos usuários. Vocês já fizeram, não tem que fazer aí ou quer que eu boto no *status*... em andamento. Você clica "iniciar em andamento adiado" ou "cancelar", aí, a gente usa isso ao longo do ano e eu acho que a gente fez um grande avanço, porque, antes, a gente só... O planejamento era só das execuções do programa, grandes atividades... de carnaval, dia da saúde. A gente fecha aqui a cidade e faz um eventão, mas esse processo de trabalho com linha de cuidado de hipertensão do programa foram anos, e, esse ano, a gente conseguiu colocar no polo, porque pedir autorização a todo mundo... Tem que alinhar com todo mundo, tem que ajustar os horários do programa, tem que ter aferição dos usuários que têm hipertensão diagnosticado. Antes da aula, então, isso dá trabalho, isso mexe com a rotina do professor, não é. Isso não pode acontecer com um professor só no polo, enfim, é... trabalhoso. O barco é grande para você mudar de direção. Teve essa parte de planejamento do programa que a gente teve esse *plus*. Acho que, ano que vem, a gente vai dar mais um salto de qualidade, a gente vai desenhar o programa e vai fazer um modelo lógico, não é. Então, a gente não quer que seja só a equipe do programa, a gente quer que tenha usuário também. Vai dar mais trabalho ainda, não sei como a gente vai fazer isso, mas vai tentar fazer. O planejamento de polo, ele é feito com o professor e com o aluno, aí a gente fecha um calendário mínimo, não é, e, ao longo, vai chegando perto, trimestralmente. Aí, a gente vai fechando: como vai cumprir aquilo ali, aí... E coordenação de área e seus professores.

22. Como é a relação dele (PAC) com a unidade básica, o NASF, enfim?

Ai, esse ano eu tive que fazer alguns estudos para apresentar um planejamento. A gente viu que, desde 2005, nas nossas apresentações, tem lá: fortalecer referência e contratransferência. Vê quantos anos a gente tá falando a mesma coisa, como é difícil essa relação com a rede, com os outros pontos da rede de saúde. A gente fez até um estudo, um guarda-chuva com Manu, depois tu dá uma lida, porque pode trazer elementos bons pra você na questão de o

quanto o Academia da Cidade conhece a rede e os outros pontos e quanto os... esses pontos conhecem o Academia da Cidade. E não foi uma coisa, é... tão desastrosa assim. Mas foi ruim o cenário de todos os lados. Não foi a rede de saúde, não é vilã não, mas o professor, imagine, ele também precisa se movimentar para fora, entendeu? A gente tá com todo um caminho de fortalecimento do polo, não é. Aí, depois, a gente vai conversar um pouco mais se você quiser, porque a gente tá voltando para o polo hoje, a gente tá dividindo a carga horária do professor. Ele, por exemplo... De manhã, começa no polo e sai para a comunidade, terminar sua carga horária. Só que isso quebra o trabalho no polo. Ele, às vezes, não consegue fazer avaliação física direito, porque tem que se deslocar para a comunidade. Então, hoje, a gente tem que voltar esse professor para o polo para ele continuar, mas tem outra questão também: como eu vou exigir o professor que ele fique num lugar que não tem ar condicionado, sol desesperador... você não consegue trabalhar lá dentro. Mas tem alguns polos que estão conseguindo fazer isso. Buriti é um exemplo do porquê. Conseguiram um ar condicionado agora, aí ele consegue começar. Às duas e meia, já estão lá no polo, fazendo avaliação física, caminhada, orientada, caminhada, orientada, gestão lá... E, aí, a gente conseguiu tirar os dois professores. Um tava no CAPS, que era pior ainda. Quem tem carga horária no CAPS não tem carga horária no polo mais pra nada. Tirou o professor, foi um nó, tira... E tirar o professor da comunidade para eles se voltarem para o polo e tá nesse fortalecimento aí do trabalho. A gente tem avançado? Tem, porque tem provas, tem encaminhamentos que foram, que o usuário voltou com a medicação ajustada, porque começou a fazer exercício físico e pôde... teve a necessidade de ajustar, de diminuir a medicação e, às vezes, até mudar o horário da medicação, porque tá chegando na aula e tá com a glicemia muito baixa, então ajusta por causa do exercício... Eu me arrepio quando eu falo “tem usuário criança que diminuiu as furadas”. Era mais de cinco. Diminuir furadas para uma criança faz diferença. Tem usuário que também emagreceu muito e, voltando para a referência e contrarreferência... Tem muito, tem também o que a gente diz, também, que a gente perdeu, que vai mais, que não volta. Às vezes, tem exemplo que foi e voltou, e a gente não sabe ler nada, ninguém... Ser humano nenhum consegue ler nada, aí a gente volta para o início, encaminha de novo para alguém que sabe escrever... Acontece, mas, assim, a gente já está conhecendo o fruto do nosso trabalho. A gerente nova, não é nova não, o primeiro colegiado que ela fez foi sobre a temática de todas as políticas. Já ouviram falar sobre o Academia da Cidade? Já ouviram falar sobre o Academia da Cidade amanhã, que é outro colegiado sobre saúde mental, como as políticas podem fortalecer a saúde mental? Vão ouvir de novo sobre o Academia da Cidade, coloquei na apresentação tudo sobre o Academia da Cidade, vai ter overdose. Outra oportunidade.

Então, assim, ocupar os espaços de gestão no distrito e ia mostrar, até quando apresentou o trabalho para a gente, a gente saiu com alguns encaminhamentos e ajuste do processo de trabalho, e sair do polo e participar de reuniões lá na unidade. Então, ele precisa sair do polo dele e ir na unidade de saúde e em diante. E os espaços que tem, que a gente pode usar o programa, a gente vai também. Não é uma prática atual da gesta... como eu vou dizer, há um direcionamento da divulgação do Academia Recife. Não é que é outra secretária. Eu estou falando porque tá vinculado, porque se não tivesse, não estaria falando. Tem propaganda... É uma academia na Secretaria de Turismo, e ela é que tem a prioridade da gestão. Agora, é a mesma prefeitura, é programas iguais, não porque eles têm uma linha diferente e só musculação, apesar que eles ampliaram o leque de oferta deles, começaram a fazer ginástica, dança, zumba... Aí, estão fazendo praticamente a parte de musculação e também a parte que a academia desenvolve. Em alguns polos, a gente tenta minimizar essa discórdia, porque a leitura que se faz é programas que concorrem. Não tem necessidade ter programas que concorrem, não é, mas a gente tenta. Como a gente é gestor, a gente não pode fazer uma política de desconforto, então, tem, às vezes, se fazer uma política de boa vizinhança. Então, tem polos que desenvolve atividades juntos. Superou o estresse, entendeu?! Consegue fazer uns eventos juntos, as duas equipes dando aula aos usuários... praticamente são os mesmos usuários que o da gente.

23. Você acha que, devido à questão política partidária, o programa que recebe maior atenção é o Academia Recife, a nível municipal também, mas na Secretaria de Turismo?

Isso, o foco são eles.

24. E, assim, desde que iniciou o programa Academia da Cidade, iniciou com uma gestão política, um grupo político e, ao longo desse tempo, ela vem resistindo, mesmo com essa mudança. Como está a questão do recurso humano?

Desde 2010, que foi o primeiro e único concurso que a gente teve, claro que a gente vai tá com déficit de professor. Cresceu, teve professor que pediu exoneração, e não foi pouco. Flávio da Guarda era um deles, que foi dar ênfase num espaço, numa área da vida dele, que ele gosta. Outro professor também que passou em João Pessoa num mestrado e foi seguir a carreira, e teve um momento que não podia, saía normalmente... “Ah, tô precisando para estudo”, a gente dava tranquilo... Hoje em dia, chegou um momento no programa que nem isso a gente mais pode dar, mesmo a gente dizendo “pode ir, pode ir, que ainda fica um

professor no polo", a gestão diz "por que você tá liberando, se tá um déficit no programa, tem um déficit grande?".

25. E por que não abrem novos concursos?

Tem uma promessa sim de concurso, mas ele ainda não saiu, a gente não sabe dizer quando é. Como a PEF, que é a associação, eles fazem muita pressão em relação a isso, porque há uma promessa, inclusive do secretário. Eu não sei por que ainda não saiu, urge a necessidade, é para ontem.

26. Mas, mesmo com esse quantitativo de recursos humanos, todos os polos em funcionamento conseguem funcionar como deveria?

Algumas áreas estão bem críticas, não é. Estão bem críticas. Outros distritos não tem problema, mas o distrito 8 tem, que foram unidades que inauguraram, últimas. Então, já inaugurou UR 5 e Vila dos Milagres, já inaugurou numa situação periclitante. Então, tem áreas que tá tranquilo, mas tem área, como o 8, que tá complicado.

27. Hoje, quais são as principais necessidades do programa Academia da Cidade?

Ai, gritante, a gente precisa melhorar o sistema de informação do programa, a gente precisa de um aplicativo para ontem, um recurso, uma ferramenta... Eu digo até pra ti: o que tem na minha cabeça é o que vem, a gente precisa de uma ferramenta que tenha convergência dos bancos de dados da gente, que a gente tenha um canal com o usuário, que eles saibam quais são os pontos da gente, que eles saibam onde estão localizados os pontos da gente, que ele possa ver o treino dele, que ele possa ver o horário de avaliação dele, e também o local onde ele possa ver o local de avaliação que tá marcado pra ele, que possa ter um local institucional de aviso pra ele... É esse sistema de informação que a gente precisa. Hoje consegue andar com os cinco num drive, mas, sabe aquela coisa caseira? Precisa tá avançando em relação a isso. Informação é uma coisa que eu destacaria, mas, o gritante, é o RH, a necessidade do programa. É o RH. A gente precisa de professor urgente.

28. Em relação à manutenção das estruturas?

Esse é um problema, esse é um problema, mas esse não é urgente, a gente consegue administrar com muita precariedade. Como é terceirizado o serviço, não é legal, não há uma supervisão, apesar que eles têm essa figura de supervisão que era. Mas assim fica muito... Acabou uma reforma hoje, amanhã, e não é um privilégio do Academia da Cidade. A gente

faz a reforma amanhã, tá, então, assim, não é porque não tem o serviço, até tem, de manutenção, mas a qualidade do serviço é muito ruim.

29. Por fim, para fechar, o que o Academia precisa para continuar de forma exitosa? Quais essas melhorias?

Precisa. A gente, eu digo assim, eu até fico pensando... Segunda-feira, na apresentação, a gente, até hoje, consegue se cuidar sozinho, só que tem coisa que a gente não consegue fazer sozinho, a gente precisa de apoio da gestão. Se eu depender só... Então, tá ótimo, eu consigo me relacionar com o pessoal aqui.

30. Quando você fala gestão, as pessoas?

A gestão maior da Secretaria de Saúde, eu não digo que ele não dá apoio, mas que ele fosse mais próximo, não é. Mas é porque o problema, o benefício da gente é que a gente sabe onde está e sabe onde quer chegar. É muito claro para a gente isso. Eu acredito que, para continuar, para ser um programa exitoso, a gente precisa basicamente continuar com esse trabalho que a gente tá. Mas ele precisa ser qualificado, não é, em alguns aspectos, não é. Precisa ser qualificado. A gente já conseguiu uma pós-graduação para os professores, não é, eu acho que tá na hora de a gente pedir de novo um mestrado. Então, essa qualificação profissional precisa... A questão de materiais, ela precisa ser licitação, não é, ter mais atenção em relação a isso, ter sistema... A gente trabalha com sistema que não tem como a gente exigir qualidade. Às vezes, de uma mercadoria, a gente, às vezes, pega um equipamento e bota especificação do melhor equipamento que a gente conhece. Aí, o valor é três vezes, tipo assim, banco de Wells. Se for mandar fazer, não dá nem cem reais; se a prefeitura for fazer, é mil e duzentos. Aí, é difícil você trabalhar num sistema nessa estrutura. Uma licitação, um banco de Wells, ser mil e duzentos reais, uma caixa, não é, meu marido fala “uma caixa”. Isso não é... não, não é... caixa não, é banco de Wells. Isso aí é muito barato pra fazer, é mais... Entendeu? A gente fica muito amarrado a algumas coisas. Então, material é uma coisa que a gente precisa melhorar. Que mais eu posso falar? Do profissional, estrutura, que a casinhas que precisam melhorar, porque tudo é online, mas nem um polo da gente tem internet. Isso é um... isso significa que eles têm que fazer tudo pelo celular. Não... a gente evita... não use teu celular, nem tua, sua casa. Então, o que a gente vai fazer? A gente fez foi mobilizar a rede de saúde para disponibilizar um computador para a gente numa unidade de saúde, num próprio distrito sanitário. A gente marca um horário, alguns professores conseguem, vai para a rede como um recurso de digitação, mas é complicado. Às vezes, o professor quer fazer um trabalho mais...

como o menino do Buriti, quer desenvolver um artigo, precisa ser bastante detalhista... Aí, leva o seu computador para o polo... é complicado, não é... Para ter sucesso, o programa, acho que é por aí mesmo... Estrutura mínima nos polos e informatização, e de material, apoio da gestão, ser mais próximo. Aqui é muito bom. A gente tem acesso a ela... É só. Ela recebe você lindamente, leva nossa questão para Germana, que é abaixo da secretária. É ela que é nossa interlocutora da Secretaria. Leva mesmo. Você vê que tem um empenho dela e é um grande benefício. Ana Sofia Costa, grande ao Academia da Cidade. Política, a gente tem histórico de gerente que não era tão sensível, de não ser tão acessível.

31. Aproveitando, é... Tem previsão de se expandir, de criar novos polos?

Tem. Nas conferências de saúde, os profissionais, os usuários, todo mundo consegue colocar em pauta para que apareça, no documento final, o plano plurianual, essa questão de criação dos polos, não é. Nessa conferência, apareceu... Não sei se já foi publicado, mas apareceu, na parte documental de ampliação, de ter mais polos, não sei se foi dez polos para ser ampliados, só que não tem como a gente ampliar, não é. Assim, se perguntar para o programa: "Tatiana e Ricardo, o que vocês acham de ampliar o programa?". Eu acho ótimo, quanto mais pontos para o usuário, vai ficar mais perto dele. Mas acontece que não tem como, a gente já está defasado com quarenta e dois polos, já tá defasado, por que a gente ampliar? Acho que tem que qualificar mesmo o que tem, é o que tá faltando: computador, internet, tá faltando.

32. Tem algo que você queira acrescentar sobre a história, sobre o programa Academia da Cidade?

Não... Assim, eu me coloco à disposição, se vocês quiserem, porque quando a gente vai fazer a pesquisa, faz um plano, depois fica uma lacuna, assim, de várias coisas. Eu me coloco à disposição, se você quiser voltar. Terminar a pesquisa é o nosso total interesse. Eu vou falar a mesma coisa que falou Wallacy, total interesse que vocês façam pesquisa e publique as coisas do Academia da Cidade. Quem tá dentro publica, mas não é tanto, então, assim... Se bem que, com o coração aberto, melhor ainda... Às vezes, mostra coisa que a gente sabe... Receber críticas, não é. Isso não, mas, às vezes, é capcioso o estudo, é capcioso, mas, enfim, a gente fica total disposição de vocês. Quiserem falar por telefone, se quiser gravar... Ah, faltou esse detalhe que a gente não tava prevendo, enfim.

ENTREVISTADO 03 – GESTOR PAC

(09.2018 – Recife)

1. Gostaria de saber sobre o programa Academia da Cidade do Recife. O senhor sabe me informar se o programa foi replicado em outras cidades, ou municípios, ou estados do Brasil?

Em 2002, quando foi criado o programa Academia da Cidade, normalmente tinha esse objetivo e alcançou, e... Porque, logo depois, o estado criou o programa Academia das Cidades e, seguindo essa ordem, o Ministério da Saúde criou o Academia da Saúde, ou seja, todos os dois programas foram buscar ou se nutrir do programa Academia da Cidade do Recife.

2. O programa, hoje, ele recebe ou já recebeu algum tipo de recurso de outros programas, inclusive esses que o senhor citou?

A parceria que existia não é com o estado, com o governo do estado, era com relação à construção dos polos. Nós criamos quatorze polos e demos 80% dos recursos da construção do estado, e nós temos trinta e oito polos recebendo, do Ministério da Saúde, o custeio de três mil reais mensais por polo, não é. Esses são os dois, esse do ministério é um recurso mensal que nós recebemos, e o do governo do estado foi na construção do polo.

3. Dessa forma, o senhor pode afirmar que o programa Academia da Cidade, ele serviu de modelo para, posteriormente... Ele serviu de modelo realmente para um outro programa?

Sim, como eu já citei, o do estado, o Academia das Cidades, e do governo, do Ministério da Saúde, o Academia da Saúde.

4. Certo. Houve algum contato com você? Alguma consulta... Vocês receberam visitas dessas outras organizações que estavam interessadas em conhecer mais sobre o programa?

Com certeza, não é. Tanto que eles vieram aqui com os gestores na época e, ainda, continuamos indo para Brasília, porque todos os estudos que se faz pela Academia da Saúde, eles convidam a Academia da Cidade do Recife para participar, dando sugestões, contribuições.

5. Em se tratando da relação do programa Academia da Cidade com o programa Academia da Saúde, gostaria que o senhor falasse como se encontra essa relação aqui em Recife, do programa Academia da Cidade com o programa Academia da Saúde.

O programa Academia da Cidade tem a relação estreita e muito boa com a Academia da Saúde, não é. A gente sabe que, com esses cortes de verba da saúde, eles cortaram muitos eventos, não é, que o Ministério da Saúde fez com relação à Academia da Saúde, e que convida nosso Academia da Cidade do Recife, mais outras academias de outros estados. Mas a relação é muito boa, a relação com ele é estreita, não existe problema nenhum com relação a essa dinâmica.

6. Além do financiamento que a gente conhece, que o programa Academia da Cidade recebe do programa Academia da Saúde, não é, financiamento de custeio, quais os outros recursos que o PAC recebe do PAS?

Não, recurso financeiro nenhum, só esse mesmo. O resto é tudo bancado pela prefeitura da cidade do Recife.

7. E, fora a questão financeira, quais outros tipos de influência que o PAS trouxe e influenciou na dinâmica do programa Academia da Cidade?

Eu acho que aí se inverte. O que o Academia da Cidade influenciou não é o programa Academia da Saúde, não é, influenciou a sua gestão e sua execução. Nós, graças a Deus, somos privilegiados, porque nós fazemos um trabalho diferenciado aqui na cidade do Recife, coisas que [...]. Uma coisa que, se a Academia da Saúde pudesse fazer em todos os estados do Brasil, seria ótimo, não é. Então, um exemplo é trabalhar em rede. Nós trabalhamos com rede, a rede de saúde, está inserido... É um equipamento de saúde pública, o programa Academia da Cidade, coisas que ainda o Academia da Saúde ainda não está, não é, em todo Brasil, em alguns estados sim, em outros, não.

8. Em relação... O programa Academia da Saúde tem seus próprios objetivos e princípios. Isso tem influenciado na dinâmica do programa Academia da Cidade nos polos que são PAC e PAS?

É como eu disse a você, como o Academia da Cidade veio primeiro, então, muita coisa nossa. O Academia da Saúde, não é, ele colocou na sua implantação, nos seus objetivos, nas suas metas e tal, mas, é... Todas as intervenções que existem na Academia da Saúde, não é, no trabalho que eles querem fazer inovação, eles procuram a gente também pra saber, não é, se

isso que eles estão propondo é uma coisa boa, se não é, se já... se existe essa experiência aqui, entendeu?! É mais nesse... através de um diálogo de perguntas e "sugerências" [sic] que a gente trabalha com eles.

9. Quantos polos hoje são academias da saúde? São todos, são alguns? Como está este cenário?

Veja bem, dos 42 polos, hoje, quatro não são, porque não atende as exigências, os critérios do ministério. Nós temos 38, não é, sendo que de 38, é 38 polos.

10. O PAC, ele sempre realizou algumas formações para os professores e profissionais que trabalham. O programa Academia da Saúde, ele trouxe outros tipos de formações ou ainda continua as mesmas formações de quando não tinha esse convênio?

Com relação ao PAC, nós temos, mensalmente, nosso encontro de educação permanente, que nós trazemos profissionais da área para capacitar nosso grupo, não é. As vezes que o ministério faz alguma atividade no Brasil e convida o programa Academia da Cidade como amostra de outras intervenções, nós vamos e participamos, mas é uma coisa muito própria essa nossa capacitação. Nós temos reuniões distritais, coordenadores de distritos, e esse encontro de educação permanente, de mês a mês, sempre direcionando para temas atuais e que interferem diretamente no nosso usuário, e, no final do ano, nós temos o nosso seminário anual, que é a culminância de todo o ano, planejamento, perspectiva para o ano seguinte.

11. Em relação agora ao programa Academia das Cidades, que também surgiu posteriormente e utilizou como modelo o PAC, como está a relação hoje com o programa?

A relação sempre muito boa, a relação de diálogo, não é. Eles contribuem de alguma forma, financiamento... Não, não existe mais financiamento. Como eu falei anteriormente, o financiamento foi somente na construção.

12. Qual o principal objetivo do PAC e se hoje ele consegue alcançar esse objetivo.

Promoção e prevenção da saúde da população do Recife. Plenamente, nós temos 42 polos em toda a zona metropolitana, em todo Recife, e isso atende plenamente nossos usuários.

13. Informação que queira acrescentar sobre o PAC?

Vale acrescentar que nós finalizamos o nosso protocolo de hipertensão arterial, finalizamos nosso protocolo de avaliação física, estamos finalizando nosso protocolo de diabetes, que é importantíssimo, e são doenças, é... Estão aí, tem que se preocupar. Pressão arterial e diabetes, trabalhando com diversos grupos de usuários... Trabalha dessa forma, integralidade com todos os outros... outras políticas públicas da cidade do Recife. Isso é importantíssimo, grupo de gestante, grupo de LGBT, grupo de idosos, grupos de necessidades especiais, ou seja, nós trabalhamos hoje, estamos em todos, estamos na atenção básica e também na média complexidade. Como o programa trabalha em rede hoje, a gente já começa a sentir que as coisas estão fluindo bem, principalmente em relação à referência e contratransferência. Hoje, nós encaminhamos fazendo nosso encaminhamento na hora da avaliação diagnóstica. Se tiver alguma pessoa que tem problema de diabetes ou hipertensão, a gente encaminha para o médico e esse médico está retornando, fazendo a contratransferência ou, também, o médico fazendo a referência para o polo Academia da Cidade é uma coisa importantíssima, coisa que, no passado, não acontecia. Agora, estamos... temos fruto de um trabalho de dezesseis anos, não é, conscientizando a população, conscientização das outras categorias de médicos, da importância da atividade física, do exercício físico planejado e controlado, da necessidade da importância de ter o programa Academia da Cidade no nosso município. A atenção básica é a porta de entrada e a Academia da Cidade é uma porta de entrada, então, essa relação tem que ser mais fortalecida e uma visão do passado todo vão reconhecendo o trabalho e reconhecendo o trabalho dos seus profissionais.

14. Vocês têm algum planejamento de continuar expandindo o programa para outras áreas?

Olha, veja bem, temos para o ano que vem a construção de cinco novos polos, certo. Isso é aprovado na conferência municipal de saúde. Então, construir cinco polos... Ainda não está definido os locais, é um trabalho conjunto também com o prefeito, Secretaria de Governo, Secretaria de Saúde e o PAC, e, vai ver, a viabilidade não é do local, não é... O local próximo a uma unidade de saúde da família ou PSF... Existem critérios que precisam ser atendidos para poder fazer uma construção, não se pode construir um polo muito próximo de outro, senão, está tirando de uma outra comunidade. Mas está previsto para o ano que vem a construção de cinco novos polos.

15. E sobre os recursos humanos?

Na realidade, hoje, nós temos um déficit de profissionais, mas que será suprido pelo novo concurso público, não é, que, segundo o prefeito, esse ano ainda sai o edital para realização de um novo concurso para cobrir esse déficit, também como para cobrir os novos polos que serão construídos.

ENTREVISTADO 04 – FORMULADOR PAS
(08/2018 – Recife)

Só as propostas [...]. Essa transferência para o nível nacional foi real. Ele serviu de base para isso.

1. Certo. Hoje, existe o financiamento e custeio. Você sabe outras influências ou outros recursos, fora o financeiro que o PAS proporcionou para o PAC?

Sim, eu acho que o PAC, apesar de ser o primeiro neste estilo, ele não é o único [...]. No Academia da Saúde, foram feitas várias pesquisas em outros programas: Recife, Aracaju, Belo Horizonte, Vitória, do Espírito Santo, Curitiba... Era num formato mais de esporte e lazer, não era muito relacionado à saúde, e nós identificamos elementos centrais que deveriam ser replicados numa proposta nacional, que é basicamente... Era não ter barreiras, ser base comunitária, ter várias atividades e sem taxas. Todos os programas têm essas características, apesar de ser extremamente diferente. Por isso, ter trazido a versão nacional para dar uma liberdade aos estados, a fim de montarem do programa conforme sua realidade.... A questão do custeio, ela entra como um incentivo à implementação do programa, como uma lógica de partido da sustentabilidade dos programas do Sistema Único de Saúde. Além disso, o programa PAS teve que desenvolver um aspecto de gestão para poder apoiar os estados e municípios. Então, fora a questão do repasse do custeio... A gente tem matérias construídas. A gente tem o apoio dos estados e municípios, a gente tem encontros realizados, a gente tem as discussões do programa atreladas a outros programas. Então, pautando o programa nas agendas interministeriais, orientando para pautar o programa em agendas intersetoriais, a divulgação do programa em agendas internacionais, promovendo um subfluxo, a utilização, digamos assim, como cargo chefe do programa em discussões disparadas mundialmente, como o plano mundial de atividade física, mas, anteriormente, plano de atividade física por segmento populacional, elaboração de manuais técnicos de agenda, enfim, de guias, o programa continua. Não é só repasse essa parte de gestão, de estrutura ter colocado o

programa dentro do sistema de informação da atenção básica, do PMAC. Então, ela se renova cada dia no processo, tentando responder à demanda, e eu considero isso um outro recurso de suporte, no caso ao programa Academia da Cidade. Mas a relação desses dois programas é sempre uma relação de muita troca, não é. O Academia da Cidade, ele é o primeiro desse modelo, ele é o mais velho, ele tem experiências... Não é que os municípios estão passando agora e o Academia da Cidade já passou, e eu sempre busco esse contato com o Academia da Cidade para fazer determinados nivelamentos, então... Discussões de procedimento, de profissionais, problemas e barreiras. Então, tem muito esse relacionamento de troca ainda.

2. Você trabalhou no programa Academia da Cidade?

Sim.

3. Você estava presente durante os ensaios para a formulação do programa Academia da Cidade?

Nessa parte de formulação da Academia, eu fazia parte do grupo, é... Da Secretaria de Esporte e Lazer, que era muito ligado à Academia, porque os polos da Academia, eles tinham os profissionais... E, em outro período, também os profissionais do PELC, Programa de Esporte e Lazer da Cidade. Mas as discussões do Academia, ela vem da origem do programa na UPE, Exercício e Saúde, que o governo municipal Humberto Costa, quando era secretário de saúde, viu e transformou na perspectiva do Academia da Saúde (cidade), construindo o Boa Viagem, os polos mais antigos... E essa discussão, e o Academia, ele entra nessa perspectiva do exercício, mas quando ele é aberto na lógica da comunidade, ele vai para o território da comunidade, ele agrega na lógica da comunidade, ele agrega outras funções, então, ele acabou se tornando diferente do programa do Exercício e Saúde. Essa foi a origem do programa, já contada dentre essas pesquisas que a gente fez. A gente fez um levantamento histórico sobre a origem do programa e isso foi muito interessante nessa lógica e, depois, enfim, o programa foi se remodelando. Ele entra pela Secretaria de Saúde, mas ele não entra, por exemplo, como um equipamento de território de saúde. Isso foi um trabalho muito grande que a gente fez, muito árduo... Fez um mapeamento de processos de lugares para poder negociar com o distrito sanitário. O Academia, como equipamento da cidade, como equipamento de território, na época... E foi bem trabalhoso, mas com muito respeito e, hoje, isso é possível e você, quando vem com essa experiência, já é possível, por exemplo, você contar com o polo do programa. Quando você vai desenhar uma linha de cuidado de atenção à saúde para hipertensos, para diabético... Até para questão da cirurgia bariátrica, isso são ganhos com o tempo, não é. O

processo ritmado de gestão favorece para o programa, no caso, o Academia da Cidade em especial.

4. Certo. Em relação ao nome, por exemplo, do programa Academia da Saúde, o nome desse programa, ele teve influência também? Como foi o debate na aquisição desse nome?

O debate [...]. Logo no início da Academia da Saúde, era um debate que, como a referência foi Recife, trazer também o nome era importante. Destacar que, na época, tinha um alinhamento político, não é. Não só falando de governo de esquerda do município até a união, então, era pacificado que Recife fosse referência e Recife fez vários estudos para o aumento da atividade física dos participantes. A discussão do nome a mesmo nome, isso, mas, também, decidimos que, se possível, a gente mudasse, se fosse pra mudar, muda. Se tudo não trouxesse esse nome Academia, pelo imaginário que isso traz até hoje, o programa, pelo menos o Academia da Saúde, ele sempre foi esse imaginário. Ah, se é academia, tem que ser um professor de educação física, se é academia, tem que ter atividade física... E o programa não é isso, tanto que a gente ressignifica esse termo academia no manual que a gente vai lançar logo, e academia, na lógica de Platão, é uma espaço de produção de conhecimento, e não é, em nada, e não se quer se aparecer com uma academia de ginástica. Então, na verdade, a gente pensou na mudança do nome, mas ficou academia. E se ficasse academia, mas, enfim, tinha um alinhamento político e, se ficou academia, não era preciso ser Academia da Cidade, mas tinha que dar o tom de saúde. Era Ministério da Saúde, enfim, então, ficou Academia da Saúde...

ENTREVISTADO 05 – PROFISSIONAL 01
(10.2018 – Recife)

1. Quando começou a trabalhar no programa Academia da Cidade?

Eu comecei no 2004, quando estagiário, e, posteriormente, após o fim do estágio, participei da seleção simplificada antes da realização do concurso, e foi um contrato de dois anos. Logo depois, fiz o concurso e entrei desde a primeira leva e estou aqui até agora.

2. Ao total, quanto tempo trabalha no programa?

Sem o período de estágio, doze anos.

3. Todo esse tempo, quais foram as suas responsabilidades no programa?

Antes, na seleção simplificada, existia dois cargos de profissionais de educação física: um de vinte horas, para professor de ginástica, e o outro, que era trinta horas, apenas avaliador físico, onde vinte horas a pessoa trabalhava em um período só e trinta horas era os dois períodos para o horário turno tarde polo, onde trabalhava como avaliador físico e, posteriormente, agora, como profissional de educação física trinta horas.

4. Qual sua formação?

Eu sou licenciatura plena em educação física, pela UFPE.

5. Certo, em relação à questão história do PAC, o senhor sabe informar quando começou os primeiros ensaios para a formulação do programa?

Os primeiros ensaios do programa teve através de um experimental pela Universidade de Pernambuco. Começou com Parque da Jaqueira e, posteriormente, foi fazendo alguns projetos que nem se denominavam inicialmente Academia da Cidade, onde, posteriormente, foi feito como uma política de saúde pelo governo da prefeitura de João Paulo, onde, posteriormente, se foi criado o programa Academia da Cidade, onde não tinha uma vinculação profissional com a academia o profissional de educação física, onde, durante seu percorrer, foram feitos fortalecimento de estratégias de saúde e também da política de saúde, e onde foi criado o cargo de profissional de educação física, onde, posteriormente, teve, a partir daí, o primeiro concurso para o profissional de educação física na saúde, na cidade do Recife.

6. Em sua opinião, qual o principal objetivo do programa Academia da Cidade?

Como política de promoção, a saúde na atenção básica é trabalhar a promoção saúde e redução de agravos de doenças crônicas não degenerativas e não transmissível.

7. Sobre o processo de financiamento hoje, como é que se encontra o financiamento hoje?

Antigamente, o programa em si, como política de promoção da saúde, ele era totalmente custeado pelo tesouro municipal de saúde, através de um fundo municipal de saúde, onde, posteriormente, com a criação do Academia da Saúde, se tem uma coparticipação e ajuda do governo federal no custeio de manutenção de todos os polos do Academia da Cidade e, consequentemente, Academia da Saúde.

8. Sabe informar valores e se esse valor já sofreu reajuste ao longo do tempo nesses anos?

O custeio mensal de cada unidade de Academia da Cidade, que atende os critérios da saúde do ministério da saúde, é um custeio mensal de três mil mensais.

9. Entrando em outro assunto. O programa foi replicado em outras cidades?

Sim, o programa Academia da Cidade, como um projeto que levou o encadeamento, forma de adoção do Ministério da Saúde, ele foi aplicado em outras cidades. Primeiramente, consequentemente, foi adotado em nível nacional; e a nível estadual, foi replicado também o programa Academia das Cidades, onde, consequentemente, em cada município que atendeu os critérios do Ministério da Saúde, o estado também tem uma unidade academia da saúde.

10. Na sua opinião, o PAC serviu de modelo para a criação de outros programas?

Sim, serviu de modelo sim para outras estratégias de saúde semelhante.

11. O senhor participou de algum?

A nível estadual, não, a nível municipal ou a nível nacional recebi uma visita da Fiocruz, onde foi feita uma entrevista, tanto no polo, como nas atividades extra polos, e também recebi a visita do CDC, dos Estados Unidos, onde foi feita uma intervenção com a gente há quase dez anos.

12. Como é a manutenção hoje e o funcionamento do programa?

A manutenção, realização do programa é totalmente custeada pela prefeitura da cidade do Recife, onde se tem a manutenção realizada com o distrito sanitário. Eu não tenho tanta dificuldade de manutenção e de limpeza, conforme o meu Academia da Cidade estar dentro de uma unidade de saúde. O funcionamento da unidade do Academia da Cidade, ele é feito de 5:30 às 8:30. Atividade do funcionamento do polo manhã e tarde começa a partir das cinco horas e, fora do horário daqui do polo, eu tenho atividade extra polo, na comunidade.

13. Como anda a relação da academia da cidade com a unidade de saúde? Existe um trabalho conjunto?

Veja, aqui na unidade de saúde tem idas e vindas. Não é onde se tem a realização de algumas estratégias de saúde e, em conjunto, ultimamente, esse vínculo está precário por causa das dificuldades estruturais que hoje acontece na unidade, também com recursos humanos, onde

dificultam o estabelecimento de estratégias. Consequentemente, eu posso dizer que tem algumas atividades exitosas e outras não é. Atualmente, eu não faço atividade aqui com a unidade, a não ser que seja por demanda espontânea, onde tem atividades extra polo, em outra unidade de saúde aqui em dois unidos, onde eu trabalho com dois PSF.

14. Em relação ao funcionamento do programa Academia da Saúde, essa relação com o Academia da Cidade, qual foi a mudança ao longo do tempo depois que o programa PAS passou a estabelecer esse convênio com o PAC?

Após a institucionalização do Academia da Cidade, através do Academia da Saúde e adoção dos critérios do Academia da Saúde, só houve mais procedimentos internos e pessoais administrativos, onde precisamos fazer as vinculações associadas ao Ministério da Saúde para que se tenha comprovação das atividades para fazer o recebimento e financiamento do programa. Só questão administrativa.

15. E em relação a objetivos e princípios do programa Academia da Saúde que influenciaram o funcionamento do programa Academia da Cidade?

É o inverso o que aconteceu. O programa Academia da Saúde aconteceu de adotar alguns princípios do Academia da Cidade, está onde a intervenção do Academia da Saúde é bem mais abrangente do que foi proposto inicialmente pelo programa Academia da Cidade e determinadas intervenções de promoção à saúde não é.

16. O que, na sua opinião, o PAS trouxe para o programa Academia da Cidade de diferente?

O custeio, o fortalecimento do vínculo do profissional da saúde na rede, onde a gente pode dizer que Recife é um exemplo diferencial do restante do país, onde, consequentemente, nos insere diretamente, de fato, na rede de saúde, no Sistema Único de Saúde, e isso, assim, acho que é o maior ganho que a gente ganha como profissional e como intervenção profissional.

17. O planejamento e a organização das atividades no plano anual, o PAS interfere em alguma coisa?

Não. Não interfere, porque isso é coordenado e dirigido pela coordenação do programa Academia da Cidade, onde se faz as intervenções a nível central e que todas as unidades e Academias da Cidade tem que fazer, bem como as demandas distritais, bem como as demandas do próprio polo que tem dentro do planejamento anual.

18. Sobre as formações, o PAS possui suas próprias formações?

Nós, como programa Academia da Cidade, e, consequentemente, Academia da Saúde, nós temos a nossa formação em conjunto uma vez por mês, mediante as temáticas que demanda através da gerência de atenção básica distrital e do próprio programa. Também, mensalmente, dois encontros: um distrital e um a nível geral, com todos Academias das Cidades. Então, temos dois encontros sistemático por mês.

19. O senhor acredita que o PAS teve principalmente o programa Academia da Cidade do Recife como modelo para sua criação?

Sim. De acordo com alguns critérios e algumas propostas e algumas literaturas do Ministério da Saúde, se utilizou o Academia da Cidade do Recife como exemplo, bem como Rio, São Paulo, Minas Gerais e Sergipe.

20. Deseja acrescentar alguma informação essencial?

Precisa ser feito uma estratégia de saúde como política de saúde. É um planejamento a nível central, nacional, estadual e municipal, para que se possa acontecer, de fato, a consolidação da estratégia, não só na atenção básica, como Academia da Cidade. É... Acredito que o profissional de educação física tem outras intervenções dentro da saúde, inclusive na atenção básica. Não é prioridade para a cidade do Recife, até o momento, a inclusão do profissional de educação física no NASF, onde se tem a portaria que legaliza a nível nacional, mas não existe nenhuma legislação específica a nível municipal, bem como a melhoria e apresentação da estratégia da inclusão do profissional de educação física da rede de saúde mental nos CAPS, onde a gente sabe que tem muito através do profissional de educação física. Então, a gente tem o vínculo, até então, por parte de nós profissionais, decisão do profissional temporariamente interrompido na intervenção dentro do CAPS, mas não como estratégia de saúde mental, onde, de fato, precisamos ter as garantias e igualdade perante aos demais profissionais de saúde e que, atualmente, não somos contemplado pela prefeitura da cidade do Recife, bem como também lembrar que a cidade do Recife, pela sua institucionalização municipal por decreto de lei, precisamos do fortalecimento da estratégia do profissional de educação física na atenção básica, pois toda Academia da Cidade, ela é uma unidade de saúde sem complexidade médica, então, devemos ter as mesmas garantias e direitos dos demais profissionais que trabalham na saúde da família.

21. Quais as principais demandas que o programa necessita hoje para se manter com qualidade?

O programa precisa, e já é um programa consolidado, mas ele precisa de uma fonte de custeio, inclusive através de um fundo municipal de saúde, onde precisa se fazer suas manutenções de fato, onde precisam também fazer sua reposição de quadro profissional, pois se encontra um quadro deficitário, onde, consequentemente, precisa de apoio estrutural de recursos físicos e humano para manutenção do programa, e bem como, também, a igualdade de algumas intervenções que o profissional de educação física possa ter perante os outros demais profissionais de saúde, não é, e garantias e suas proteções a nível do trabalhador.

ENTREVISTADO 06 – PROFISSIONAL 02
(10.2018 – Recife)

1. Bom dia! Quando o senhor começou a trabalhar no programa academia da cidade?

Eu comecei a trabalhar em 2002.

2. Há quanto tempo o senhor trabalha?

Estagiei em 2006 e, como profissional, eu entrei em 2012. Fazem seis anos que eu entrei.

3. Em todo esse tempo, quais foram as suas responsabilidades no programa?

A minha responsabilidade é fazer as atividades no polo e também no extra polo, só que o extra polo era numa unidade de acolhimento, e como os profissionais de educação física não estavam tendo a devida atenção da prefeitura centro dos CAPS e unidade de acolhimento na saúde mental, a gente resolveu parar o serviço e não estar mais nessas atividades. Eu continuei no polo fazendo as atividades relacionadas ao profissional de educação física, inclusive eu sou lotado num polo. Com a falta de profissional, eu fico rodando em vários polos do distrito sanitário três.

4. O senhor é lotado neste polo aqui?

Sim, alto do capitão.

5. Mas, sempre que precisa, o senhor tem que estar indo suprir as necessidades?

Isso, dos outros polos.

6. Qual a sua formação profissional?

Sou licenciatura plena em educação física, pela Federal.

7. Em relação à história do programa que o senhor presenciou e conviveu, ou às informações que o senhor tem, o senhor sabe informar quando começou os primeiros ensaios para a formulação do programa?

Se não me engano, foi mais ou menos na época, um pouquinho antes de 2002, um projeto da Universidade de Pernambuco, onde tinha atividades na Jaqueira. Se não me engano também, era em Jardim São Paulo que também tinha atividades. Depois, deu certo o projeto e a prefeitura do Recife, através da Secretaria de Saúde, na gestão de João Paulo, eles trouxeram para a prefeitura e ampliaram para outros bairros.

8. O senhor começou como estagiário e depois fez a seleção. Conta como foi esse processo?

Não. Eu, em 2006, eu fui estagiário, passei o período na Jaqueira e outro período no sítio da Trindade.

9. O senhor foi estagiário quando era um projeto da UPE?

Não. Já era o projeto Academia da Cidade em 2006. Ele passou para a prefeitura acho que em 2002. Em 2005, teve uma política nacional de promoção da saúde, onde teve um estímulo para as políticas de saúde criarem programas para a prevenção dos agravos, e o Academia da Cidade, junto com o programa, acho que era Academia da Cidade também, em Minas Gerais, Sergipe, eles foram os mais exitosos e foi usado como base para outros estados e até teve abrangência para a formação desse programa de prevenção em outros países. Vieram aqui pra saber como funcionava.

10. Em sua opinião qual o principal objetivo do programa?

O principal objetivo é diminuir os agravos de saúde, como as doenças crônicas não transmissíveis, hipertensão, diabetes, e melhorar a qualidade de vida da população, mas não só em relação à saúde, mas também como fazer com que os espaços e praças elas sejam mais bem utilizadas, pois um dos objetivos também do programa Academia da Cidade é reformar praças e fazer com que a população se envolva mais nas atividades, tanto com o programa, como entre eles mesmo, e deve diminuir também a violência.

11. O senhor falou sobre a construção de equipamentos e praças. Existe, no momento, construção de novos polos?

Não. Tem solicitação de algumas comunidades para construção de novos polos, mas aí é através da associação. A gente tem uma associação, a PEF. A gente sempre está nas conferências, nas reuniões, nas discussões na prefeitura para criação desses novos espaços para que tenha uma abrangência maior e uma cobertura 100% em Recife.

12. O senhor sabe quantos polos existem hoje em funcionamento?

Quarenta e dois polos.

13. O senhor conhece algum programa que foi replicado tendo como modelo o programa Academia da Cidade?

Como eu falei, Minas gerais e Sergipe foram os pioneiros e, daí, o Ministério da Saúde, ele usou esses programas, principalmente o programa Academia da Cidade, como base para criação do programa Academia da Saúde.

14. Aqui no estado, o senhor já teve acesso a algum programa similar ao PAC?

Não. O governo do estado também replicou o modelo do programa Academia da Cidade do Recife, criando o Academia das Cidades, onde cada cidade tem um polo, e do Academia das Cidades para fazer atividade física, mas eu nunca fui em nenhum polo desse em outra cidade.

15. Como se encontra essa relação e essa mudança, transição desde que o programa Academia da Saúde passou a entrar com recurso?

O programa Academia da Saúde, do Ministério da Saúde, bem como o Academia das Cidades, deu uma ajuda, pois através do custeio, pois tanto o governo do estado, como o Ministério da Saúde proporcionaram o aumento do número de polos do Academia das Cidades, praticamente dobrou quando passou a ter esse convênio com o Ministério da Saúde e o estado, secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco. É... Tem o custeio que vem do Ministério da Saúde, que são três mil reais por mês para cada polo. No início, era só para os polos que foram criados, depois, com a vinda do programa Academia da Saúde, que eram vinte e um polos, se não me engano, que foram criados com a ajuda do Ministério da Saúde, hoje, parece que todos os polos do Academia das Cidade, ele recebe esse custeio. Porém, é uma grande luta dos profissionais pra que esse dinheiro seja aplicado realmente na Academia das Cidade. A gente também, através das conferências, teve até audiência pública e a gente

cobrou para que fosse prestado conta esse dinheiro e, até hoje, não foi prestado conta. A gente sabe que tem esse dinheiro, mas a gente não vê a aplicação dele para o que ele realmente, para o objetivo desse dinheiro, que é manutenção e limpeza dos polos. Aí, a gente vê muitos polos do Academia das Cidade depredado e, quando vão fazer alguma reforma, demora muito e de má qualidade.

16. Como é a capacitação de materiais?

Material a gente consegue através de muita luta e demora, muita licitação. E está chegando essa questão material, está chegando mais, a gente tem muito material antigo, colchonete rasgado, bastão, caneleira, a reposição não é tão eficaz.

17. Na sua opinião, o programa Academia da Saúde influenciou o programa Academia da Cidade?

Não. Eu acho que o contrário: o programa Academia das Cidade influenciou o programa Academia da Saúde.

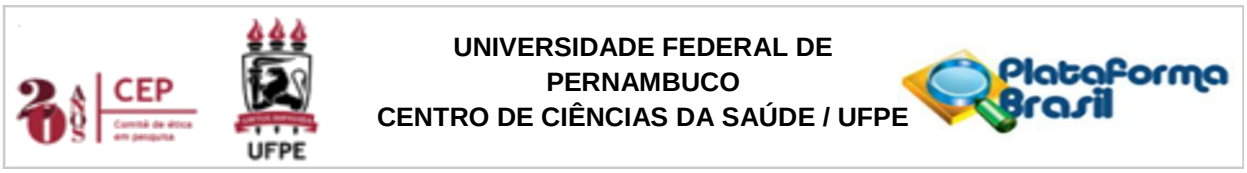
18. Em relação à organização das atividades e formação de recursos humanos?

Diretamente, não, eu acho que tenha nenhuma influência em relação a isso. Não é o mínimo, só quando tem alguma formação em relação ao processo de trabalho relacionado ao Academia de Saúde, que é para submeter algumas fichas que são direcionadas ao Ministério da Saúde para que ele continue tendo o custeio, mas em relação ao processo de trabalho, não, a gente já tem a nossa linha de trabalho do programa.

19. O que, hoje, o programa Academia da Cidade mais necessita?

Sobre o que mais necessita é a questão dos recursos humanos. Hoje, a gente tem um déficit de quase cinquenta profissionais no programa. O concurso foi em 2008 e já tem dez anos que não teve outro concurso, não teve seleção, não teve nada para repor o quadro de profissionais, onde a gente trabalha sobrecarregado. Eu, por exemplo, trabalho, sou lotado aqui no polo do alto do capitão, mas também trabalho em vários outros locais, em outros polos, até. Também já trabalhei em polos de outros distritos, distrito treze de maio, porque estava sem professor esse tempo todo. Se professores ficam doentes ou se aposentam, se aposentam não, ficam doente e recebe licença, ou passam em outros concursos e não é reposto o quadro. Tem alguns profissionais, inclusive eu, que também está trabalhando em dois horários porque tem polos que não tem profissional, então a gente está dobrando pra continuar o serviço.

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ANÁLISE DE POLÍTICAS EM PROGRAMAS COMUNITÁRIOS DE PROMOÇÃO DE ATIVIDADE FÍSICA
Pesquisador: ERICA MARIA DO NASCIMENTO
Área Temática:
Versão: 1
CAAE: 80249017.1.0000.5208
Instituição Proponente: CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.489.658
Apresentação do Projeto: Trata-se de um projeto de mestrado em Educação Física, interessado em investigar as reverberações da política pública de promoção de saúde e atividade física nomeado Programa Academia da Cidade, no Recife. Além da pesquisa documental, serão entrevistados 30 voluntários dentre gestores, formuladores, ex-gestores e profissionais atuantes no Programa.

Objetivo da Pesquisa:
1) Analisar o processo de "contratransferência" em programas de promoção de atividade física na cidade do Recife;
2) Descrever os fatores associados aos processos de transferência e contratransferência de políticas em saúde, como o Programa Academia da Cidade, do Recife.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:
Foram bem descritos e estão bem avaliados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:
Sem comentários.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:
Todos foram apresentados e estão adequados.

Recomendações:
Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:
Projeto adequado do ponto de vista ético.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Protocolo foi avaliado na reunião do CEP e está APROVADO para iniciar a coleta de dados. Informamos que a APROVAÇÃO DEFINITIVA do projeto só será dada após o envio da Notificação com o Relatório Final da pesquisa. O pesquisador deverá fazer o download do modelo de Relatório Final para enviá-lo via "Notificação", pela Plataforma Brasil. Siga as instruções do link "Para enviar Relatório Final", disponível no site do CEP/UFPE. Após apreciação desse relatório, o CEP emitirá novo Parecer Consubstanciado definitivo pelo sistema Plataforma Brasil.

Informamos, ainda, que o (a) pesquisador (a) deve desenvolver a pesquisa conforme delineada neste protocolo aprovado, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao voluntário participante (item V.3. da Resolução CNS/MS Nº 466/12).

Eventuais modificações nesta pesquisa devem ser solicitadas através de EMENDA ao projeto, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

Para projetos com mais de um ano de execução, é obrigatório que o pesquisador responsável pelo Protocolo de Pesquisa apresente a este Comitê de Ética, relatórios parciais das atividades desenvolvidas no período de 12 meses a contar da data de sua aprovação (item X.1.3.b., da Resolução CNS/MS Nº 466/12).
O CEP/UFPE deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (item V.5. da Resolução CNS/MS Nº 466/12). É papel do/a pesquisador/a assegurar todas as medidas imediatas e adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e ainda, enviar notificação à ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, junto com seu posicionamento.

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

RECIFE, 7 de fevereiro de 2018

Assinado por:

LUCIANO TAVARES MONTENEGRO
(Coordenador)

ANEXO B – CARTA DE ANUÊNCIA

PREFEITURA DO
RECIFE
SECRETARIA DE SAÚDE

CARTA DE ANUÊNCIA

Autorizo **Érica Maria do Nascimento**, pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco, a desenvolver pesquisa no Programa Academia da Cidade, da Secretaria de Saúde do Recife, sob o título: "**Análise de políticas em programas comunitários de promoção de atividade física**", sendo orientada por Wallacy M. N. Feitosa.

Estarei ciente que me são resguardados e abaixo listados:

- O cumprimento das determinações éticas das resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.
- A garantia de solicitar e receber esclarecimentos, antes e durante o curso da pesquisa;
- A liberdade de recusar a participar ou retirar minha anuência, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma;
- A garantia de que nenhuma das pessoas envolvidas será identificada e terá assegurado privacidade quanto aos dados envolvidos na pesquisa;
- Não haverá nenhuma despesa para a Secretaria de Saúde do Recife decorrente da participação na pesquisa.

O(s) pesquisador(es) comprometem-se a trazer para esta diretoria o relatório final da pesquisa através de cópia em *Compact Disk* (CD), uma vez que só serão autorizadas novas pesquisas se não houver pendências de devolutiva do serviço.

Tenho ciência do exposto e concordo em fornecer subsídios para a pesquisa.

Recife, 07 de novembro de 2017.

Atenciosamente,

Juliana Ribeiro
Chefe de Divisão de Educação na Saúde

Juliana Dantas Torres Ribeiro
Chefe de Divisão de Educação na Saúde/UGES/DEGTES/SES/SAU
Matrícula: 99.985-8

Rua Alfredo de Medeiros, 71, Espinheiro – CEP 52.021-030 – Recife – Pernambuco
Fone: (81) 3355-1707 – CNPJ: 10.565.000/0001-92

Catalogação na fonte:
Bibliotecária: Elaine Freitas, CRB4:1790

M528a Melo, Érica Maria do Nascimento
Análise de política em programas comunitários de atividade física: o programa academia da cidade do Recife/ Érica Maria do Nascimento Melo. - 2019.
100 f.

Orientador: Wallacy Milton do Nascimento Feitosa.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-graduação em Educação Física. Recife, 2019.
Inclui referências, apêndice e anexo.

1. Programas de saúde. 2. Atividade física. 3. Políticas Públicas de saúde. 4. Pesquisa qualitativa I. Feitosa, Wallacy Milton do Nascimento (orientador). II. Título.

796.07 CDD (23.ed.) UFPE (CCS 2020 - 196)